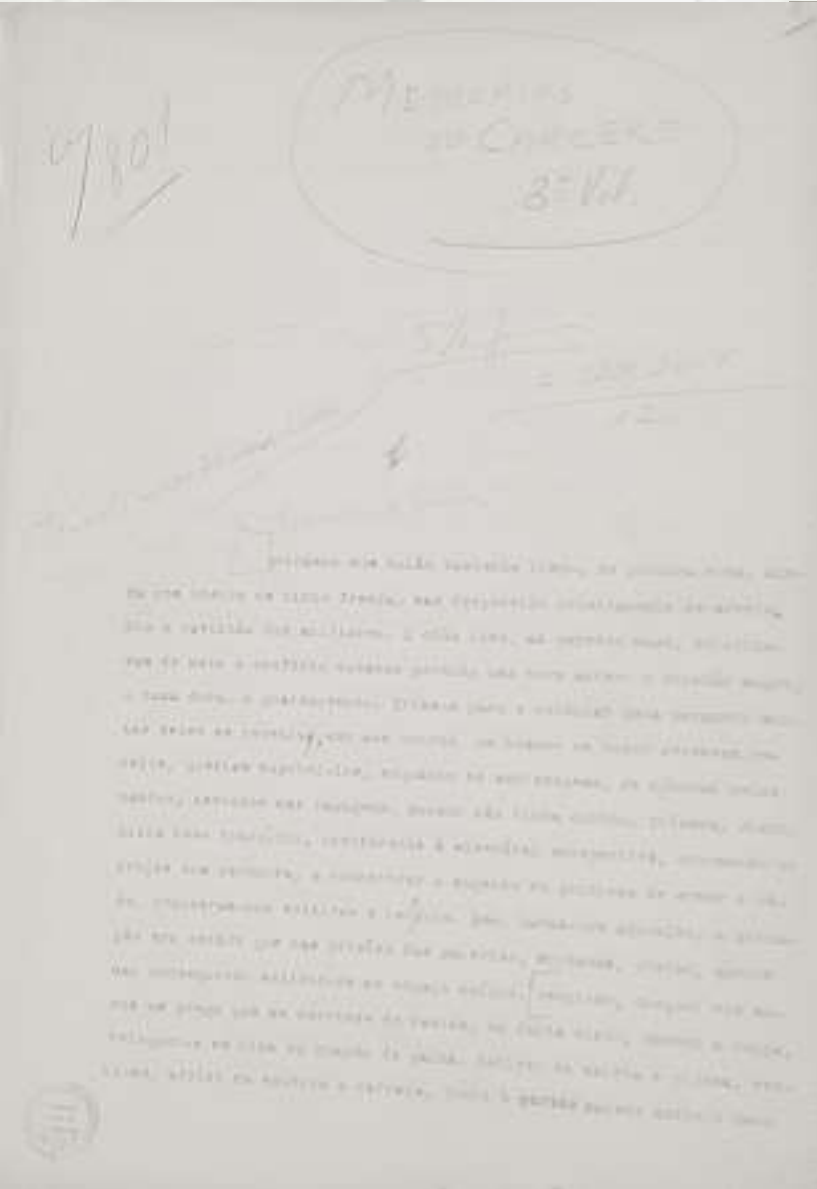


CLÁUDIO ROBERTO DA SILVA

3 de Outubro de 1950

Le todas as coisas continuamente  
diariamente num caderno  
de ideias, pensamentos, ima-  
gem da coisa e as principais  
ocorrências em que fui parte,  
momentos a quem com detalhes  
singulares impletos, poderiam  
regular as manobras fun-  
tórias descritas nos livros  
de aventuras dos escriptores  
de mais rica fantasia ima-  
ginativa. E apparente pro-  
gramma da vida real e' bem  
mais interessante de que  
um que de

ENTRE LITERATURA, MEMÓRIA E HISTÓRIA: A ESCRITA DE SI EM  
GETÚLIO VARGAS E EM GRACILIANO RAMOS



**CLÁUDIO ROBERTO DA SILVA**

**ENTRE LITERATURA, MEMÓRIA E HISTÓRIA: A ESCRITA DE SI EM  
GETÚLIO VARGAS E EM GRACILIANO RAMOS**

Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-graduação em Letras – Curso de Mestrado em Teoria Literária, no Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, para a obtenção do título de Mestre em Letras (Área de Concentração: Teoria da Literatura).

Orientadora: Profa. Dr.<sup>a</sup> Joana Luíza Muylaert Araújo

UBERLÂNDIA – MG

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

S586e Silva, Cláudio Roberto da, 1967-  
2014 Entre literatura, memória e história: a escrita de si em Getúlio Vargas e em Graciliano Ramos / Cláudio Roberto da Silva. - Uberlândia, 2014.  
138 f.

Orientadora: Joana Luíza Muylaert de Araújo.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia,  
Programa de Pós-Graduação em Letras.  
Inclui bibliografia.

1. Literatura - Teses. 2. Literatura e história - Teses. 3. Ramos, Graciliano, 1892-1953 - Memórias do Cárcere - Crítica e interpretação - Teses. 4. Vargas, Getúlio, 1883-1954 - Diário - Crítica e interpretação - Teses. I. Araújo, Joana Luíza Muylaert de. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

CDU: 82

---


CLÁUDIO ROBERO DA SILVA

ENTRE LITERATURA, MEMÓRIA E HISTÓRIA: A ESCRITA DE SI EM GETÚLIO  
VARGAS E EM GRACILIANO RAMOS

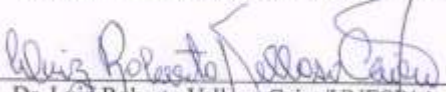
Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras – Curso de Mestrado Acadêmico em Teoria Literária do Instituto de Letras da Universidade Federal de Uberlândia, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Letras, área de concentração: Teoria Literária.

Uberlândia, 24 de fevereiro de 2014.

Banca Examinadora:

  
Dr.ª Joana Luiza Muijlaert Araújo (Orientadora) /UFU

  
Dr.ª Betina Ribeiro Rodrigues da Cunha /UFU

  
Dr. Luiz Roberto Velloso Cairo /UNESP/ Assis

*A Deus pela oportunidade de viver e mostrar que, mesmo  
diante das dificuldades, há sempre uma esperança.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecer não é tarefa fácil, mas fundamental, pois muitas pessoas contribuíram significativamente para suavizar os entraves encontrados nesse caminho.

Aos meus pais, José Francisco da Silva e Emí Maria da Silva, pessoas simples, mas mestres na arte de educar;

Aos meus irmãos, Arízio, Tânia e Sérgio, pelo incentivo e, em especial, à Jaqueline, pois a sua graduação em Letras foi importante para amenizar as dificuldades por que passei ao buscar saberes além da minha formação.

Aos meus sobrinhos, Érica, Everton, Daiane, Felipe, Victor, Rafaella e Sophia.

A todos os professores do Mestrado em Teoria Literária desta instituição, especialmente ao Leonardo Francisco, ao Ivan Marques e ao Roberto Daud;

À professora doutora Betina Ribeiro Rodrigues da Cunha, pelo profissionalismo, pelo carinho e pelo incentivo. Além de docente admirável, alguém que se fez amiga e se tornou inesquecível;

À professora Rosana Gondim Rezende Oliveira, pois, paciente e detalhadamente, fez a revisão da minha dissertação, apontou importantes caminhos e deu carinhosos conselhos, ainda permitindo-me ganhar novas amizades junto à sua família;

À direção, à coordenação e aos amigos da FEESU/UNIPAC, pelo companheirismo e pelo apoio;

À direção e aos colegas da Escola Estadual Tubal Vilela da Silva, pelo incentivo;

Um agradecimento especial à minha orientadora, professora doutora Joana Luíza Muylaert Araújo, pois seu profissionalismo e sua dedicação foram essenciais para a conquista desse sonho, superando enormemente minhas expectativas.

*Éramos uns monstros e o governo, isolando-nos, salvava o país.*  
*Graciliano Ramos*

**RESUMO:** Esta dissertação apresenta uma discussão sobre as possibilidades de interação entre História e Literatura. O desejo, aqui, não é o de estabelecer as diferenças entre as duas disciplinas, mas o de observar como os conceitos de ambas se aglutinam na construção de um texto, a partir de leituras de autores que dialogam com essas duas áreas. Para o estudo dessa relação entre História e Literatura, investigaremos duas obras: *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos e o *Diário*, de Getúlio Vargas. Os caminhos percorridos durante a pesquisa resultaram na elaboração de três capítulos, assim respectivamente organizados: “Entre diários e memórias”; “Getúlio Vargas, o homem, o político e seu diário: a “ficção” na História” e “Graciliano Ramos, o homem e suas memórias: a História na ficção”. O capítulo I servirá para discutir a noção de escrita de si em forma de diário e de memórias. Realizaremos uma discussão sobre o “gênero diário” e as “memórias”, a Literatura e a História do Brasil nos anos de 1930, incluindo a trajetória política e pessoal de Getúlio Vargas e Graciliano Ramos no referido período, para constituir assim o *corpus*, tentando compreender a realidade através de comparações entre os dois “autores”. No capítulo II, estreitaremos nosso olhar para o *Diário*, de Vargas, analisando a presença da ficção na História. Nas escritas de Getúlio Vargas, avaliaremos a possibilidade de conceber o diário como uma escrita de si, verificando a existência de uma fronteira entre o vivido e o seu registro pela escrita, no que tange à seleção e à versão dos acontecimentos ali registrados. No capítulo III, voltaremos nossas atenções para Graciliano Ramos, procurando observar a reflexão que ele faz sobre a restauração da memória, na obra *Memórias do cárcere*, trabalhando o limite da verdade num texto que não se prende a métodos factuais, focalizando aqui a presença da História na ficção. Para tanto, direcionaremos o nosso olhar a reconhecidos estudiosos que tratam das questões em estudo. Em relação ao diário, serão consideradas como referência as reflexões críticas de Leonor Arfuch, Maurice Blanchot e Philippe Lejeune. Para o estudo da memória, Jeanne Marie Gagnebin, Paul Ricouer e Ecléa Bosi. Sobre a relação entre História e Literatura, discutiremos as considerações de Giorgio Agamben, Michel Foucault, Hyden White e Luiz Costa Lima, Ainda serão considerados os importantes estudos de Wander Melo Miranda, Ângela de Castro Gomes, Sandra Pesavento entre outros.

Palavras-chave: História, Literatura, escritas de si, Graciliano Ramos, Getúlio Vargas

**ABSTRACT:** This dissertation presents a discussion on the possibilities of interaction between History and Literature. The desire here is not to establish the differences between the two disciplines, but to observe how the concepts of both coalesce in the construction of a text, from readings of authors that dialogue with these two areas. For the study of this relationship between History and Literature, we will investigate two works: *Memories of prison*, of Graciliano Ramos and *Diary*, of Getúlio Vargas. The paths taken during the research resulted in the development of three chapters, respectively so organized: "Among diaries and memories"; "Getúlio Vargas, the man, the politician and his diary, the fiction in History" and "Graciliano Ramos, the man and his memories: a History in fiction". Chapter I will serve to discuss the notion of self writing in diary form and memories. We will perform a discussion of the "daily gender" and "memories", Literature and History of Brazil in the 1930s, including the personal and political trajectory of Getúlio Vargas and Graciliano Ramos during this period, thus constituting the *corpus*, trying to understand the reality through comparisons between the two "authors". In chapter II, We'll narrow our look at the *Diary*, of Vargas, analyzing the presence of "fiction" in History. In the writings of Getúlio Vargas, evaluate the possibility of conceiving the diary as a written yourself, by checking the existence of a frontier between the living and their registration by writing, regarding the selection and the version of events recorded there. In Chapter III, we'll turn our attention to Graciliano Ramos, trying to observe the reflection he makes about the restoration of memory, in the work *Memories of prison*, working the limit of truth in a text that is not related to factual methods, focusing here the presence of History in fiction. To do so, we will direct our gaze to recognized scholars who consider the issues under study. In relation to daily, will be considered as a reference the critical reflections of Leonor Arfuch, Maurice Blanchot and Philippe Lejeune. For the study of memory, Jeanne Marie Gagnebin, Paul Ricoeur and Ecléa Bosi. About the relationship between History and Literature, we'll discuss the considerations of Giorgio Agamben, Michel Foucault, Hyden White and Luiz Costa Lima, yet will be considered the important studies of Wander Melo Miranda, Angela de Castro Gomes, Sandra Pesavento among others.

**Keywords:** History, Literature, self writing, Graciliano Ramos, Getúlio Vargas

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	10
<b>Capítulo 1:</b> Entre diários e memórias .....	21
1.1. As memórias como forma de perpetuação da vida .....	28
1.2. O diário como registro do cotidiano .....	31
1.3. Graciliano Ramos e Getúlio Vargas: a escrita como instrumento de autodefesa. ....	36
<b>Capítulo 2:</b> Getúlio Vargas, o homem e seu diário: a “ficção” na História .....	44
2.1. O <i>Diário</i> de Getúlio Vargas: (inter) relações entre autobiografia e História .....	51
2.2. O retrato da década de 1930 no <i>Diário</i> de Vargas .....	63
<b>Capítulo 3:</b> Graciliano Ramos, o homem e suas memórias: a História na ficção .....	80
3.1. <i>Memórias do cárcere</i> : a ficção reescreve o fato .....	83
3.2. <i>Em liberdade</i> : Graciliano Ramos por Silviano Santiago .....	105
<b>Conclusão</b> .....	116
<b>Referências</b> .....	123
<b>Bibliografia</b> .....	127
<b>Anexos</b> .....	131
1. Carta de Graciliano Ramos a Getúlio Vargas .....	131
2. Polêmicas sobre a autenticidade do texto de <i>Memórias do cárcere</i> .....	132
3. Outras mídias referentes a Getúlio Vargas e Graciliano Ramos .....	133
3.1 Sobre Getúlio Vargas .....	133
3.2 Sobre Graciliano Ramos .....	134
4. Notas metodológicas do <i>Diário</i> de Getúlio Vargas .....	135

## INTRODUÇÃO

A Historiografia, nos últimos tempos, tem sofrido transformações e lançado novos olhares sobre os objetos de sua análise, sobre questões antes consideradas resolvidas. Diálogos incipientes são abertos com outras áreas do saber e, mais fortemente, com a Literatura. Interessante pensar que essa aproximação da História com a Literatura não ocorre em um sentido único; é uma via de mão dupla. Os estudos literários contemporâneos também reconsideraram seus paradigmas e deles nasceu uma busca por esse diálogo epistemológico com a História. Há uma busca na narrativa pelos historiadores e uma busca na historicidade pelos estudiosos da Literatura.

Cabe ressaltar, contudo, que as possibilidades aqui sugeridas não desejam estabelecer verdades últimas e definitivas, mesmo porque grande parte dos autores que avalia essa aproximação ainda apresenta pontos de inconclusão. O que se propõe, portanto, é uma reflexão sobre as possibilidades de inter-relacionamento entre as duas áreas do conhecimento, através das obras que serão estudadas. Nas últimas décadas do século XX e no início deste novo milênio, é possível observar o crescimento da discussão em torno da questão de a narrativa histórica conter elementos ficcionais. Alguns historiadores, colocando-se em uma situação-limite entre arte e ciência, admitem que seus relatos podem prescindir de elementos ficcionais e abordagens literárias, sem deixar de lado, contudo, a metodologia histórica no estudo de suas fontes. Dialogando com a História, os críticos literários voltam também seu interesse para o contexto em que as obras ficcionais são produzidas, contexto este que contribuirá para elucidar o significado íntimo e profundo da obra.

É certo que História e Literatura apresentam traços característicos. A divergência fundamental é que uma se propõe a trabalhar com fatos e a outra, com a ficção, muitas vezes, recriando esses fatos, além de objetivarem funções diferentes: a História tem compromisso com a objetividade enquanto o compromisso da Literatura se pauta, sobretudo, na subjetividade. Independente das diferenças, historiografia e narrativa de ficção são formas de conhecimento do mundo, que permitem questionar as “verdades”, tanto nas histórias — contidas por trás das obras literárias, ditas ficcionais — quanto na História, como discurso científico de natureza oposta à ficção.

Verificaremos, assim, a necessidade de a História recorrer a outras disciplinas acadêmicas, dentre elas, a Teoria literária, permitindo o reconhecimento do papel da linguagem, dos textos e das narrativas de ficção na descrição e na recriação da realidade, o que culmina com o surgimento da “Nova História Cultural”, que veio ampliar o leque de possibilidades de estudo para o historiador.

Por um lado, as fontes diversificam-se; as “fontes tradicionais” foram percebidas a partir de novos olhares — jornais, revistas, documentos oficiais, vídeos, fotografias, esculturas, obras literárias. E a relação com outras disciplinas, como a Antropologia, a Psicologia, a Literatura, tornou-se mais intensa e efetiva. As principais mudanças epistemológicas decorrentes da História Cultural estiveram ligadas à reorientação da postura do historiador, a partir dos conceitos de representação, imaginário, narrativa, ficção e subjetividade. Para Pesavento (2005), as representações

construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coerciva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade. (PESAVENTO, p. 39)

Com o advento das inúmeras transformações, a expressão “Novos olhares” vem ratificar o que exprime a História cultural. Mesmo que as fontes e os fatos sejam os mesmos, um novo olhar é direcionado sobre o passado, permitindo ao historiador lançar mão de uma gama de saberes interdisciplinares que levam a conceber a realidade por vários ângulos. Levando-se em conta principalmente o lugar social em que este historiador

está inserido, para que direção seu olhar está voltado, entende-se a complexidade de relações que se cruzam na historicidade de suas fontes:

O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações. (FOUCALT, 2002, p.7)

Os historiadores dessa “nova geração” têm apresentado um conjunto de trabalhos que buscam “desconstruir” ou mesmo fazer “releituras” da forma de interpretação das verdades históricas. Nessa perspectiva, a História trabalha com o documento usando outras possibilidades, além da pura extração das verdades contidas neste. O que significa não apenas dizer se ele é verdadeiro ou ter seu grau de verdade apurado, mas estabelecer qual a sua importância para o estudo em processo, já que tais documentos são passíveis de várias leituras.

Nesta nova empreitada, há uma ressignificação dos métodos utilizados pelo historiador, pois estes passam por uma lapidação para contemplar seus objetos de estudo, já que novos olhares e descobertas vão sendo apontados. Podemos considerar que diferentes tipos de análises foram sendo construídos com a colaboração de outras disciplinas. E é nesse momento que entra a Literatura como parte integrante e significativa desses estudos.

Quando essa relação se concretiza, o historiador passa a “ler” suas fontes não só amparado pela sua empiria, mas também por uma gama de saberes interdisciplinares que o levam a conceber a realidade por outros ângulos, saberes estes que se entrecruzam com a Literatura e sua ficcionalidade em obras cujo enredo reflete de tal forma a realidade de uma época, servindo àquele como respaldo histórico, a saber, os romances de Machado de Assis, como retrato da sociedade brasileira da segunda metade do século XIX.

Esse caminho trilhado pelas possíveis aproximações entre Ciência e Ficção sugere a criação de um novo termo: a terceira margem da História. Fazendo alusão a essa suposta margem, encontramos na Literatura um conto, escrito por Guimarães Rosa, “A terceira margem do rio”, que nos serve como alegoria para tal situação. Neste, o narrador-protagonista é filho do homem que, repentinamente, manda construir uma canoa, passando

a “habitar” uma hipotética terceira margem. Ele parece buscar na enunciação um sentido para o acontecido. O título, portanto, já instiga o leitor a um questionamento: o que vem a ser a terceira margem do rio? Esta pode se definir aqui como algo invisível, intangível, mas existente. Meio a meio, duas margens que possibilitaram uma terceira, universo ideal para um homem aprofundar-se no ermo e imergir totalmente no seu interior.

De forma semelhante, a correspondência entre essas duas disciplinas tem recebido significativa atenção e sido alvo de estudos, pensando não apenas no uso de obras literárias como fonte para o historiador, mas também discutindo as possibilidades de se considerar a própria História como uma forma de Literatura. Segundo Hayden White (2001), as narrativas históricas são “ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos e cujas formas têm mais em comum com os equivalentes na Literatura do que com os seus correspondentes nas ciências.” (2001, p.98).

História e Literatura são, portanto, consideradas representações da realidade, e ambas almejam retratar as experiências do homem ao longo do tempo. A História tem um compromisso com os fatos interpretados, já que devem produzir verossimilhança na sua representação narrativa acerca do passado. Assim, esclarecendo ao leitor os caminhos — métodos e procedimentos — que percorreu para descortinar o passado, o historiador reconstrói as verdades históricas. Já pela Literatura, podemos acompanhar o desenrolar de narrativas pessoais em contextos históricos que muito contribuem para o esclarecimento das ações e das trajetórias das personagens. Para White, “a distinção mais antiga entre ficção e História, na qual a ficção é concebida como a representação do imaginável e a História como representação do verdadeiro, deve dar lugar ao reconhecimento de que só podemos conhecer o real comparando-o ou equipando-o ao imaginável.” (2001, p.115).

Considerando as narrativas históricas e literárias, um dos pontos de contato entre esses dois tipos é a forma pela qual os acontecimentos são apresentados. Em ambas, existem elementos que lhes conferem um caráter de verdade, em maior e menor grau respectivamente, tornando-as coerentes e plausíveis. A tênue fronteira entre elas se dá na pretensa imparcialidade atribuída ao relato histórico, prevalecendo, na narrativa ficcional, a liberdade de recriação, caracterizada, na maioria das vezes, por uma parcialidade evidente e intencional.

Não buscando exatamente um ponto final para essa discussão, mas criando outras possibilidades de olhar a questão, em *História. Ficção. Literatura*, Luiz Costa Lima (2006) nos esclarece que não conseguimos separar totalmente as narrativas historiográficas das

ficcionais, [...] “isso porque optando por dizer a verdade do que foi, a História não se desvencilha, radicalmente, do que poderia ter sido” (2006, p.385). A História, portanto, não se limita a reconstituir os acontecimentos, como também os recria; o historiador permite-se reconstruir o real a partir de sua imaginação, em um diálogo com a Literatura, caracterizando tanto esta quanto aquela como representações sociais.

Considerando, assim, essa íntima relação, buscaremos apontar que a História também se pauta no imaginável e no ficcional, permitindo ao historiador lançar mão de obras literárias como fontes significativas de pesquisa. Luiz Costa Lima (2006) destaca que o conceito de Literatura sofreu alterações ao longo do tempo, garantindo que diversos textos passassem ao *status* de literário, quando antes não eram assim considerados. Para esse mesmo autor, a heterogeneidade “[...] mostra a possibilidade de uma certa obra mudar sua inscrição originária.” (2006, p. 349). A essa nova significação, ele dá o nome de formas literárias híbridas: “Por formas híbridas entendemos aquelas que, tendo uma primeira inscrição reconhecida, admitem, por seu tratamento específico da linguagem, uma inscrição literária.” (2006, p. 352).

O desejo, aqui, portanto, não é o de estabelecer as diferenças entre a História e a Literatura, mas o de observar como estas se aglutinam na construção de um texto, seja ele histórico ou literário, tentando estabelecer e entender tais relações, a partir de leituras de autores que dialogam com as referidas áreas do conhecimento. Normalmente, a reflexão acerca dessa relação intrínseca acontece quando podemos constatar o fator ficcionalidade nos textos históricos, levando-nos a perceber que o historiador não é o único detentor da verdade, mas alguém que consegue alcançar a verossimilhança.

Permitindo o acesso ao imaginário, a Literatura apresenta-se como um caminho alternativo e complementar, substanciando as investigações históricas. Dando ao fato um caráter de ficcionalidade, multiplica-lhe o sentido vertical, permitindo-lhe ser mais falível, o que o torna mais humano.

Considerando, portanto, essa significância da Literatura para a História, bem como a harmoniosa convivência entre as duas áreas, investigaremos a presença dessa relação em duas obras — *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos e o *Diário*, de Getúlio Vargas —, focalizando nelas a escrita de si e seus desdobramentos, seja na perpetuação da vida, seja no “simples” registro do cotidiano.

A Literatura, por meio de escritores engajados e conscientes do seu papel social, tem o poder de retratar a sociedade, transformando-se numa fonte de conhecimento, de

informação, de paixão, prazer e deleite. Através das suas ideias, da linguagem e do jogo com as palavras, o escritor conduz o leitor ao pensamento, à projeção de expectativas, à construção de uma identidade e, ao mesmo tempo, à sua história, e também à de outras pessoas, dentro de uma coletividade, moldando-lhe o caráter através da catarse.

Dentre os grandes nomes que figuram na Literatura Brasileira, destacamos Graciliano Ramos. Sua escrita, quase sempre marcada pelas denúncias sociais, recebeu grande atenção por parte de críticos, atraindo um grande número de leitores e se transformou em fonte para inúmeras pesquisas. Seu trabalho de maior relevância compreende os romances, os livros infanto-juvenis, os de correspondência e duas coletâneas de contos.

As obras mais importantes, publicadas em vida ou póstumas, são: *Caetés* (1933), *Caetés* edição especial 80 anos (2013), *São Bernardo* (1934), *Angústia* (1936), *Angústia* edição especial 75 anos (2011), *Vidas Secas* (1938), *Vidas Secas* edição especial 70 anos (2008), *Infância* (1945), *Insônia* (1947), *Memórias do Cárcere* (1953), *Viagem* (1954), *Linhas Tortas* (1962), *Viventes das Alagoas* (1962), *Garranchos* (2012); os infanto-juvenis, que tiveram organizações diferentes, conforme seus editores: *A Terra dos Meninos Pelados* (1939), *Histórias de Alexandre* (1944), *Alexandre e Outros Heróis* (1962), *O Estribo de Prata* (1984), *Minsk* (2013); os livros de correspondência: *Cartas* (1980), *Cartas de Amor a Heloísa* (1992); duas coletâneas de contos: *Dois Dedos* (1945), *Histórias Incompletas* (1946); um romance produzido coletivamente: *Brandão entre o Mar e o Amor* (1942); duas traduções: *Memórias de um Negro* (1940), de Booker Taliaferro Washington e *A Peste* (1950), de Albert Camus.

Ainda sobre a numerosa obra de Graciliano, é importante ressaltar que, como marcas de seu sucesso, alguns de seus textos foram adaptados para o cinema: *Vidas Secas* (1963) e *Memórias do Cárcere* (1984), ambos dirigidos por Nelson Pereira dos Santos, e *São Bernardo* (1972), filme do cineasta Leon Hirszman.

Nas comemorações de fim de ano de 2013, em homenagem aos 60 anos da morte de Graciliano Ramos, a Rede Globo de Televisão exibiu, no dia 18 de dezembro, o especial “Alexandre e outros heróis”, uma adaptação de dois contos do escritor alagoano: “*O olho torto de Alexandre*” e “*A morte de Alexandre*”.

Vivendo na mesma época de Graciliano Ramos, em uma esfera diferente de poder, destacamos Getúlio Vargas como um dos grandes políticos brasileiros. Este, mesmo tendo

sido indicado para a Academia Brasileira de Letras — terceiro ocupante da cadeira 37<sup>1</sup>, eleito em 7 de agosto de 1941 —, não teve na arte da escrita uma grande projeção, pois a atuação como político ocupou quase todo o seu tempo. Segundo relato do site da ABL: “A obra literária do presidente compreendia apenas alguns discursos de natureza política em sua maior parte, que vieram a ser reunidos, muitos sem autoria definida, em “A Nova Política do Brasil”. No seu discurso de posse na ABL, Getúlio Vargas confessou honestamente suas limitações no campo da Literatura: “Não sou e nunca pretendi ser um escritor de ofício, um cultor das belas-artes, embora tenha me habituado, desde moço, à amável convivência de poetas e romancistas, como leitor e admirador comovido das suas obras”. A cadeira do Presidente viria a ser ocupada pelo jornalista Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo<sup>2</sup>, em consequência de sua morte, a 24 de agosto de 1954.

Suas principais obras publicadas são as coletâneas, intituladas *A Nova Política do Brasil*, em 11 volumes, que reúnem os principais discursos realizados de 1930 a 1945 e o *Diário*, em dois volumes, publicado postumamente em 1995.

A vida de Getúlio Vargas, retratada pelo cinema e pela televisão — segundo o colunista Marcelo Perrone, em publicação na Segunda Coluna do *Jornal Zero Hora*<sup>3</sup>, do dia 08/07/13 —, mostra seu gosto pela sétima arte, fazendo uso desta como ferramenta educacional e, sobretudo, como veículo de propaganda, embora tenha presença discreta como personagem de ficção nos filmes brasileiros.

Com previsão para lançamento em 2014 — quando se completam 60 anos da morte de Getúlio Vargas — *Os últimos dias de Getúlio*, segundo o roteirista George Moura, é “uma história que fala do poder político, do lado público do Getúlio e também dos seus momentos íntimos”. Antes de ser protagonista na produção estrelada por Tony Ramos, Vargas foi parodiado por Oscarito, apareceu de relance em produções como *O País dos Tenentes* (1987), vivido por Leon Cakoff, e *For All — O Trampolim da Vitória* (1997), na pele de Carlos Ferreira — que retomou o personagem na minissérie *JK* (2006), também produzida e exibida pela Rede Globo de Televisão. Apareceu com um pouco mais de destaque em *Lost Zweig* (2002), com Renato Borghi, e *Olga* (2006), interpretado por

---

<sup>1</sup> A cadeira 37 da Academia Brasileira de Letras tem como patrono Tomás Antônio Gonzaga, como fundador Silva Ramos e, atualmente, é ocupada por Ivan Junqueira.

<sup>2</sup> Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm/infoid=581&sid=335>. Acesso em 30 de out. de 2013

<sup>3</sup> Disponível em: <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/cultura-e-lazer/segundo-caderno/noticia/2013/07/Tony-ramos-vive-getulio-vargas-no-filme-os-ultimos-dias-de-getulio-4193404.html>. Acesso em: 30 de dez. de 2013

Osmar Prado. Ainda há o filme *Chatô — O Rei do Brasil*, no qual Paulo Betti interpretaria Vargas, que começou a ser produzido em 1995 e ainda não chegou ao cinema.

O rádio exerceu um importante papel na Era Vargas (1930-1945), sendo por este presidente popularizado e utilizado para divulgar seu governo interna e externamente, como forma de repressão e controle de informações feitas pelo Estado (através do DIP — Departamento de Imprensa e Propaganda), e criava mecanismos para difundir seus interesses no Brasil. Nesse período, as emissoras brasileiras de rádio passaram a transmitir, obrigatoriamente, o programa “*Hora do Brasil*”, com o objetivo de tornar conhecidas as realizações do governo e esclarecer a opinião pública sobre os problemas circunstanciais. Durante o Estado Novo, também surge mais uma emissora de rádio oficial, a “Rádio Mauá”, que associava Vargas a um líder que proporcionava o bem aos trabalhadores brasileiros, influenciando os ouvintes.

A partir das leituras de *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos e do *Diário*, de Getúlio Vargas, tendo em vista a importância dos dois “escritores”, verificaremos algumas questões fundamentais ainda não esclarecidas sobre um importante período da História do Brasil. Nosso principal objetivo será realizar um estudo analítico dessas duas obras, reconhecendo as relações entre História, Literatura, memória e ficção.

Buscaremos observar se nas obras em análise imbricam os saberes da História e da Literatura: no relatar e no recriar os acontecimentos. O discurso historiográfico, assim como o literário, é afetado pela exterioridade das condições de sua produção. Nessa direção, delimitaremos a nossa análise, numa tentativa de compreender os dois autores através dos seus escritos. Durante a empreitada, lançaremos o nosso olhar sobre questões que permeiam a memória, o registro, a ficção e as suas significações, a denúncia social e as experiências vivenciadas por eles.

A metodologia usada na realização dessa dissertação se norteará pelo já mencionado caminho da relação entre História e Literatura, por meio de análises das referidas obras, contemplando o intrigante entrecruzar de Ciência e Arte. Logo, adentrando o vasto referencial fornecido pela Literatura e buscando as relações e as contribuições fornecidas pela História, intentaremos evidenciar se uma escritura pode refletir os conhecimentos de ambas, não se fechando nos rígidos limites de disciplinas ou de teorias.

Dentre os objetivos específicos, pretendemos analisar os elementos temáticos mais frequentes na escrita de Getúlio Vargas e de Graciliano Ramos, em que se observam, explícita e/ou implicitamente, as marcas históricas e autobiográficas da década de 1930;

organizar metodologicamente a reflexão crítica sobre o *Diário* de Getúlio Vargas, buscando nele perceber os procedimentos narrativos dessa escrita de si; investigar a narrativa de Graciliano Ramos, para compreender como, em suas memórias, se articulam o factual e o fictício; cotejar aspectos sociais, literários e autobiográficos vislumbrados na leitura do *Diário*, de Getúlio Vargas e de *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos.

Na perspectiva de ampliar as reflexões e buscar respostas, mesmo que provisórias, para as indagações surgidas ao longo da pesquisa, direcionaremos o nosso olhar para reconhecidos estudiosos que tratam das questões em estudo. Em relação ao diário, serão consideradas como referência as reflexões críticas de Leonor Arfuch, Maurice Blanchot e Philippe Lejeune. Para o estudo da memória, Jeanne Marie Gagnebin, Paul Ricoeur e Ecléa Bosi. Sobre a relação entre História e Literatura, discutiremos as considerações de Giorgio Agamben, Michel Foucault, Hyden White e Luiz Costa Lima. Ainda serão considerados os importantes estudos de Wander Melo Miranda, Ângela de Castro Gomes, Sandra Pesavento entre outros.

Para tanto, esta dissertação encontra-se dividida em três capítulos, assim respectivamente organizados: “Entre diários e memórias”; “Getúlio Vargas, o homem, o político e seu diário: a “ficção” na História” e “Graciliano Ramos, o homem e suas memórias: a História na ficção”.

O capítulo I será de fundamental importância para as ponderações iniciais sobre a relação entre a escrita de si em forma de diário e de memórias. Realizaremos uma abordagem sobre o “gênero diário” e as “memórias”, representados pela Literatura e pela História do Brasil nos anos de 1930, incluindo a trajetória política e pessoal de Graciliano Ramos e de Getúlio Vargas no referido período, para constituir assim o *corpus*, tentando compreender a realidade através de comparações entre os dois autores, que viveram em um mesmo tempo cronológico e histórico, mas se encontraram em situações opostas, no que se refere às posições que cada um ocupou nos espaços do poder.

Após essas possibilidades de relação entre as duas formas de escrita, no capítulo 2, estreitaremos nosso olhar para o *Diário*, de Vargas, analisando a presença da ficção na História. Nas anotações de Getúlio Vargas, avaliaremos a possibilidade de conceber o diário como uma escrita de si, verificando a existência de uma mínima separação entre o vivido e o seu registro, situação destacada por Philippe Lejeune (2008), ao definir o diário como uma escrita cotidiana e “uma série de vestígios datados” (p. 260). O diário é o presente e, justamente por isso, há uma possibilidade muito maior de exatidão, de

fidelidade à experiência que está sendo enfocada. Segundo Blanchot (2005), ele “[...] é a âncora que raspa o fundo do cotidiano e se agarra às asperezas da vaidade.” (p. 273).

Apesar da quantidade limitada de estudos sobre o tema, investigar o *Diário* de Vargas pode ser uma tarefa prazerosa, pois se trata de um projeto no qual o autor pretende mais do que registrar sua vida pessoal. Na apresentação dessa obra, Celina do Amaral Peixoto classifica-o como estritamente “pessoal” por se tratar de um “guia para a própria vida”. Caracterizando-se como um entrelaçamento de situações públicas com reminiscências íntimas e pessoais, seu autor não se limita a registrar os aspectos burocráticos de sua atividade cotidiana; também formula opiniões a respeito de seus subordinados e pares, expõe sentimento de perplexidade e dúvida a respeito de suas próprias atitudes, dialoga com a possibilidade da morte como forma de “salvar” a vida, confia ao seu diário situações que não contaria a ninguém. Vargas nos possibilita, quando resolvemos estudar seu *Diário*, uma leitura de suas ações e de seu papel como político no auge da carreira, mescladas com a vida diária de um homem que, longe dos holofotes do poder, se transforma num cidadão quase comum. O seu *Diário* encerra, de alguma maneira, a preocupação de eternizar, diante da História, a sua imagem para a posterioridade.

No capítulo III, voltaremos nossas atenções para Graciliano Ramos, procurando observar a reflexão que ele faz sobre a restauração da memória, na obra *Memórias do cárcere*, trabalhando o limite da verdade num texto que não se prende a métodos factuais. Concentrar-nos-emos na importância da rememoração como meio de expressar sua voz e a dos companheiros que com ele partilharam a experiência do cárcere.

Quando decide contar a referida experiência, Graciliano parece assumir o papel do arqueólogo que, numa busca incessante, cava nos escombros da memória as pistas e as peças para a composição das suas reminiscências. Metaforicamente, podemos dizer que a memória é a pá que cava rumo ao passado. À medida que se revolve a terra, as camadas vão se sobressaindo e chega-se aos aposentos da memória, onde o que é mais íntimo está guardado e somente quem viveu a situação do cárcere pode contar. Quem pretende se aproximar do passado soterrado deve agir como um homem que escava. Antes de tudo, não deve temer voltar sempre ao mesmo fato até alcançar nitidamente as imagens, porém nem sempre é fácil lembrar. Mas o não contar pode perpetuar a tirania do evento e os traumas por ele causados?

Graciliano Ramos demonstra a vontade de se emudecer quando afirma que “[...] queria endurecer o coração, eliminar o passado, fazer com ele o que faço quando emendo um período — riscar, engrossar os riscos e transformá-los em borrões, suprimir todas as letras, [...]” (RAMOS, 2011, p. 35). Ao mesmo tempo, não contar é perder a oportunidade de expor a sua versão sobre a História.

A Literatura atravessa vários rios, as suas águas se misturam com outros campos do saber, como o da História. E esse entrecruzar produz o enriquecimento de ambas. À medida que há essa interseção, há mais troca e mais possibilidade de crescimento e de reflexão para o crítico, para o leitor, para a sociedade.

## CAPÍTULO 1

### ENTRE DIÁRIOS E MEMÓRIAS

Ao longo de sua existência, o homem busca formas de se dizer, de se mostrar ou de se produzir, podendo usar como recurso para tal empreitada o discurso literário. Na biografia, ele, normalmente diz sobre outro; na autobiografia, ele, diz de si mesmo — embora devemos reconhecer que pela escrita autobiográfica, se produz um tipo de texto que, supostamente, garante a aferição da verdade sobre o eu que fala. Entretanto, tudo o que é dito, mesmo tomado como verdade, pode ser invenção à medida que o autor opta, algumas vezes, por “transformar” a sua vida numa ficção através de suas memórias.

Compreendemos que ficcionalizar não é necessariamente mentir, mas sim expor a versão de um ou mais fatos, num ato de recriação, a partir da verdade. Ao escrever diários e memórias, o homem consegue atribuir consistência e significado à própria vida. Buscar nas lembranças e registrar os fatos marcantes de sua vida, seja através do diário ou de suas memórias, são atos que se traduzem em uma forma de querer, no mínimo, ser melhor compreendido pelos futuros leitores.

Ora, quando alguém se propõe a contar sua vida, ou parte dela, na perspectiva da escrita de si, é porque tem em mente fixar um sentido para sua existência. Nessa empreitada, sente-se livre para omitir e selecionar o que mais lhe aprouver. Situação percebida no *Diário*, de Getúlio Vargas, à medida que este confere maior destaque a alguns eventos, enquanto outros são sintetizados ou, até mesmo, omitidos, operações que o autor faz enquanto busca uma significação para aquilo que será relatado.

A escrita de si é, em grande parte, usada como uma forma de se manter vivo. Quem escreve sobre a própria vida demonstra o desejo de perpetuação, além de reforçar o mito da

história que nunca acaba, pois o “ser” que escreve já viveu parte de sua vida, mas parece conservar, pela escrita, o tempo que ainda lhe resta para desfrutar. Além disso, quando sua vida se inscreve discursivamente, há mais possibilidades de perpetuação. Sobre a importância dessa prática, Vargas relata em seu *Diário*:

[03 de outubro de 1930] Se todas as pessoas anotassem diariamente num caderno seus juízos, pensamentos, motivos de ação e as principais ocorrências de que foram parte, muitos a quem um destino singular impeliu poderiam igualar as maravilhosas fantasias descritas nos livros de aventura dos escritores da mais rica imaginação. O aparente prosaísmo da vida real é bem mais interessante do que parece. (VARGAS, 1995, v.1, p.3)

Escrevendo um diário, percebemos que o autor busca a presença do cotidiano, narrado na medida em que os fatos vão acontecendo, em uma escrita organizada em datas, apresentadas em ordem sucessiva. Tal escrita estabelece linearidade e continuidade aos eventos mais significativos, vividos por seu narrador/autor e este, com liberdade, decide registrar o que considera mais relevante.

Em *O espaço literário*, Maurice Blanchot (2011) focaliza a escrita em forma de diário, esclarecendo bem as intenções de quem se dedica a fazê-lo:

O recurso ao Diário indica que aquele que escreve não quer romper com a felicidade, a conveniência de dias que sejam verdadeiramente dias e que se sigam de modo verdadeiro. O Diário enraíza o movimento de escrever no tempo, na humildade do cotidiano datado e preservado por sua data. Talvez o que é escrito não seja mais do que insinceridade, talvez seja dito sem preocupação do verdadeiro, mas é dito com a salvaguarda do evento, pertence aos negócios, aos incidentes, ao comércio do mundo, a um presente ativo, a uma duração talvez inteiramente nula e insignificante, mas ao menos sem retorno, trabalho daquilo que se ultrapassa e avança para amanhã – definitivamente. (2011, p. 20/21)

O autor desse gênero, por meio de um discurso privado, usa a sua escrita para comentar, avaliar, emitir opiniões sobre acontecimentos, mas o seu ponto de vista predomina. O diarista tem total liberdade para, gradualmente, se constituir num sujeito

único. Ao escrever um diário, pressupõe-se que esta é uma escrita para si, portanto, seu autor não estabelece com o leitor um compromisso dos eventos que serão narrados. O discurso, entretanto, é confiado a um eu que pode desnudar a sua mente e seus sentimentos, podendo tornar essa prática discursiva, numa ação extremamente reveladora.

Já quando faz uso da escrita para registrar suas memórias — como foi o caso de Graciliano Ramos que, através de *Memórias do cárcere*, relata algumas de suas experiências e observações durante o aprisionamento —, o escritor, num impulso “artístico”, revive uma época por meio de suas lembranças pessoais.

Ao escrever seu texto, Graciliano Ramos, em *Memórias do Cárcere*, assume três papéis: narrador, voz que relata a história; autor, aquele que garante a unidade do texto, organiza as vivências rememoradas e as interpreta, usando, no caso, uma linguagem literária; e personagem, quem vivencia os acontecimentos. Na escrita de suas memórias, o autor se desdobra em narrador e personagem, num jogo literário muito sutil, narrando os acontecimentos de uma época, olhando-a do ponto de vista de observador geral dos momentos que narra, mas também olhando para si mesmo como personagem que viveu os acontecimentos narrados, recriados pelas lembranças suas e dos outros.

Nas memórias literárias, o que é contado pode não corresponder à realidade exata, pois o narrador goza de liberdade para dizer o que deseja. Ao relatar a sua experiência da realidade, o texto escrito ganha sustentação, mas pode ser constituído, também, por certa dose de inventividade, como ressalta Eneida Maria de Souza (2011), na obra *Janelas indiscretas*: “o próprio acontecimento vivido pelo autor — ou lembrado, imaginado — é incapaz de atingir o nível de escrita se não são processados o mínimo de distanciamento e o máximo de invenção.” (2011, p.21).

Por outro lado, o diário tenta transmitir-nos a intenção de objetividade e verossimilhança, passando ao leitor ares de veracidade na escrita e produzindo credibilidade no que se diz. O seu criador, agindo pelo viés da imparcialidade, omite a sua imagem na obra, mas através da credibilidade contextual, consegue “produzir um documento”, através da sua narração.

Nas considerações de Blanchot (2005) sobre a escrita de si em forma de diário, podemos encontrar uma justificativa para os motivos pelos quais se escreve, ressaltando que o diário é uma empresa de salvação:

[...] escreve-se para salvar a escrita, para salvar sua vida pela escrita, para salvar seu pequeno eu (as desforras que se tiram dos outros, as maldades que se destilam) ou para salvar seu grande eu, dando-lhe um pouco de ar. [...] Ao escrever um diário, o autor busca por si mesmo, travando um falso diálogo que objetiva dar forma e linguagem ao que não pode falar. (2005, p. 274-6)

Quem escreve um diário se coloca a salvo do caos, sente o amparo dos dias comuns e se protege pela regularidade feliz que se compromete a manter. Porém, o narrador pode transformar-se num manipulador, pois tem a possibilidade de destacar aquilo que lhe convém e colocar a franqueza e a convicção do que é narrado em constante suspeita. A presença deste sujeito enunciador é revelada através das escolhas que faz ao longo de sua narrativa, iluminando certos pontos e deixando outros à sombra, comportamento verificado nos “cadernos de anotação”, de Getúlio Vargas.

Os estudos de Philippe Lejeune, em *O Pacto Autobiográfico* (2008), aproximam o diário íntimo da autobiografia, [...] “relato retrospectivo, em prosa, que faz uma pessoa de sua existência, destacando sua vida individual e, particularmente, a história de sua personalidade” (LEJEUNE, 2008, p.14). Conforme ressalta o estudioso francês, a autobiografia busca maior respaldo nos fatos, assim, ainda para Lejeune, a diferença entre esta e as narrativas de ficção consiste na relação existente entre os acontecimentos da vida e sua transição no texto, fazendo emergir o conceito de verossimilhança. A obra, seu autor, narrador e personagens são tão mais dignos de confiança para o leitor quanto mais seus eixos de valores girarem no mesmo sentido, um confirmando a intenção do outro na construção do texto. Mas é o pacto implícito ou explícito — estabelecido entre o autor e o leitor — que determina o modo de leitura. Esse acordo determina uma relação de identificação entre o autor real e o protagonista, identificação esta que estabelece, por parte do leitor, uma atitude de confidente.

Ainda pensando com Philippe Lejeune, a caracterização da autobiografia realiza-se à medida que a identificação entre autor e narrador, expressa mediante o pacto autobiográfico, fica estabelecida. Portanto, quando este se concretiza, entre escritor e leitor, quem escreve se compromete com a veracidade de sua narrativa e quem lê garante acreditar nas revelações. O pacto de leitura, portanto, é um crédito de confiança que o leitor concede ao narrador de primeira pessoa, no sentido de que a experiência narrada é por ele recebida como a retratação da mais pura verdade. Esse acordo garante a quem

escreve o comprometimento com a sinceridade e a quem lê a busca de revelações que possam ser confirmadas extratextualmente; o que é narrado torna-se, portanto, nessas condições, inquestionável.

Assim, quando fazemos a leitura de *Memórias do cárcere*, se considerarmos os estudos de Lejeune, devemos estabelecer confiança no autor, acreditando que ele é sincero ao ponto de não inventar o que nos é narrado, mas de registrar ali os fatos como ele os viu acontecerem, como a sua experiência verdadeiramente os percebeu. O que ali está retratado é a sua mais pura verdade, a mais pura verdade da sua existência. Situação esta que foi admitida por Graciliano, num movimento de sinceridade, quando alertou que escreveria sobre sua vida no cárcere, mas o faria sobre aquilo que lhe fosse permitido, em função do que sua memória conservou, de sua posição social, ou até daquilo que queria lembrar para contar.

Embora o autor manifeste a intenção de ser o mais sincero e verdadeiro possível, a história que está sendo contada é uma versão dos fatos, podendo esta ser influenciada, em menor ou maior grau, por fatores psicológicos e outras subjetividades que podem alterar a realidade ocorrida.

Se a escrita de Graciliano promove um pacto com o leitor, quando este é convidado a acompanhá-lo em seu percurso, o leitor aceita o pacto e procura ler o texto, acreditando na verdade do que foi relatado, mesmo que, entre os fatos narrados, possam existir lacunas e/ou imprecisões, falhas, erros, esquecimentos, omissões e deformações na história do personagem, pois ao colocar no papel as suas memórias, cabe ao autor decidir o que deve e pode ser contado.

Desta feita, *Memórias do Cárcere* permite ao leitor atento e aguçado um entrecruzar de olhares, pois podemos nela encontrar uma história resgatada, revista, que possibilita diferentes perspectivas sobre alguém que foi vítima de uma perseguição considerada injusta, cujas razões ele julga não conhecer, condenado por “um crime” que sequer teria existido. Uma pessoa que não foi acusada formalmente, não foi julgada e, do mesmo jeito, foi solta sem justificativas. Nesta ordem reflexiva, a obra poderá oferecer àquele que resolve estudá-la um trabalho semelhante ao de um tecelão, unindo os fios do passado com os do presente para tecer uma continuação e um possível entendimento de fatos ainda mal esclarecidos.

Mas por que escrever-se? Os motivos podem ser diversos, mas, talvez, a tentativa da perenidade seja o que se destaca. E é nesse sentido que defenderemos os gêneros memória e diário como desdobramentos de um gênero maior: a autobiografia.

A autobiografia é uma representação de acontecimentos, cujo autor aspira a uma “história que ele conta de si mesmo”, baseando-se em suas memórias para narrar o que deseja. Ao fazê-lo, consegue fundir dois tempos, pois busca o passado, pautando-o nas linhas do presente. Nessa aproximação, observam-se discursos que ora se afinam com a História, ora com a Literatura. Logo, uma escrita autobiográfica pode ser concebida como um discurso que encerra um testemunho, um documento ou mesmo uma pura ficção, dependendo do discurso imprimido, pelo autor, entre a sua narração e a ficcionalidade reinterpretativa ou a veracidade histórica.

No relato autobiográfico, o “autor” conta a sua história de vida — em totalidade ou a parte que ele quer revelar, ou mesmo o que ele consegue buscar nas lembranças para escrever —, não a vida física, mas aquela perpetuada nas palavras. Relatar a sua vida pode ser uma maneira de descobrir a si mesmo e a sua experiência, que mesmo não sendo retratada da forma como realmente aconteceu, é constituída de uma memória viva que estrutura e molda o presente.

O memorialista, num ato de arte, é capaz de produzir seu texto por meio das lembranças pessoais de uma época. Nas narrativas memorialísticas, temos um “eu” que quer extrair do passado uma leitura do mundo. A busca das memórias equivaleria ao trabalho de um historiador que procura no que passou aquilo que explique o que então se vive e o desenrolar de acontecimentos diversos, transformando tais eventos em recordações por meio da linguagem.

A escrita de memórias permite ao seu autor olhar o passado por outras perspectivas, especialmente se considerar que aquele que lembra viveu esse pretérito, pois antes do relato ter sido escrito, a história foi vivenciada. Ainda devemos considerar que esta não é necessariamente um espelho, uma vez que ela não reflete as reminiscências do passado tais quais elas se sucederam, pois o memorialista escolhe os caminhos a serem percorridos na (re) escrita. Ele organiza e controla a narrativa, selecionando aquilo que está disposto a registrar.

A narrativa em forma de diário, por sua vez, também pertence ao universo da escrita autobiográfica, constituindo-se numa forma de relato em que um “eu” conta a sua própria vida, em parte ou totalidade, numa tentativa de guardar o presente, já que o texto

acompanha o compasso do calendário. Sua escrita poderá servir ao seu autor, ao entrar na posteridade, como “uma palavra a mais”, que se acrescenta e permanece. Neste gênero, verificamos como característica marcante a presença de um “eu” — em forma de confissão — gerado pelo amálgama perfeito entre o desejo de ser perene e a vontade de registrar acontecimentos.

Escritos sob uma forma de autorrevelação, devemos lembrar que alguns diários podem e devem ser reconhecidos como ficcionais<sup>4</sup>, pois nestes encontramos um relato recriado pelo diarista. Através da ficção, ele escreve aquilo que é supostamente real, mas carregado de invenção, da realidade que ele idealizou ou da forma como ele a viu.

Assim, embora pretendamos encontrar um verdadeiro registro da vida do diarista, pois sempre acreditamos ter sido registrado o que de mais importante aconteceu no período retratado, não podemos nos esquecer dos recortes que podem ser feitos por ele.

---

<sup>4</sup> É o caso de *Em Liberdade* de Silviano Santiago.

### 1.1. As memórias como forma de perpetuação da vida

Através das lembranças, o presente estabelece uma ligação com o passado, trazendo à tona os eventos da nossa história, da nossa vida, ou da vida de outras pessoas, como bem afirma Ecléia Bosi (1994):

A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista. (BOSI, 1994, p. 55)

A memória é, portanto, a presença do passado, uma construção de uma representação seletiva desse pretérito, que nunca é somente aquela do indivíduo, mas de um indivíduo inserido num contexto. Na Grécia Antiga, a deusa Mnemosine tinha a função de lembrar aos homens os grandes feitos. De posse do passado, em forma de recordações, os heróis eram considerados poderosos, e até mesmo imortais, por deterem o poder de reconstituir as lembranças e trazê-las ao presente, por meio da escrita.

Na escrita de si, encontramos um *eu* que tem um projeto específico, o de contar a própria vida e sua experiência como indivíduo, atribuindo à sua existência um caráter narrativo e, por isso, tornando-a compreensível e comunicável. A intenção normalmente é a de contar uma história que recupere um tempo passado, na tentativa de compreender atitudes, sentimentos que por vezes estão obscuros no presente. Para tanto, o sujeito busca objetivar o *eu* que fala. Considerando que ela está vinculada ao relato de vivências e que essas passam pelo tempo e por ele vão sendo reconstruídas, a escrita da memória pode ser entrecortada de traços de recriação e imaginação.

O ato de rememorar pode ser encarado não somente como uma ferramenta de guardar dados mnemônicos, mas, sobretudo, como uma capacidade de (re) significação das coisas e de si mesmo; uma representação de dados guardados, que são manifestados por essa rememoração. Tal relembração exige um esforço que nos leva a buscar um conhecimento obtido anteriormente que, guardado na memória, se faz então presente. Nas

palavras de Ricoeur “[...] não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou antes que declarássemos nos lembrar dela.” (2007, p. 40).

Os vestígios que o homem vai colecionando inconscientemente habitam esse terreno e mesmo que alguns momentos tenham sido marcados por dor e sofrimento, em determinadas ocasiões, eles ressurgem às vezes como reflexos do que se viveu, ou até mesmo como possíveis recursos para se entender escolhas e caminhos que se pretende tomar. O autor, em sua condição naturalmente humana, tem também esse “depósito”, e, muitas vezes, resiste à necessidade de revisitá-lo. Entendemos talvez ser este o caso de Graciliano Ramos, que embora tente esquecer seu sofrimento no cárcere, vê-se obrigado a permitir que seu passado venha à tona, pois depende de suas experiências pretéritas para a reconstituição de sua história presente, porque escrever impõe-se como uma forma de reconstruir sua identidade, de ressignificar sua vida e, sobretudo, de se manter vivo.

Assim, ao rememorar fatos, lugares, nomes e situações pelas quais ele passou num curto espaço de tempo, quando sua vida se transformou de maneira significativa — da prisão à liberdade —, as marcas profundas e os horrores vividos no seu período de cárcere, manifestam, no presente, com outra tonalidade, mas ainda permeadas pela dor da lembrança. O passado é reconstruído, revelando o parecer do escritor; dá-se um misto de narrativa ficcional e texto memorialista, pois não há um compromisso direto com a realidade.

No gênero memória, se o autor buscasse relatar fielmente os fatos, daria ao texto o caráter meramente documental — o que não caracteriza a pretensão de Graciliano Ramos em *Memórias do Cárcere*. E se, nessa obra, empreendesse sua preocupação e sua escritura nos recursos estéticos, estilísticos e ficcionais, colheríamos o fruto único e exclusivo do romance. Mas ele vai além: o romance existe, mas tecido por suas memórias autobiográficas.

É possível, portanto, estudar as *Memórias do cárcere* pelo que podem oferecer de “interessante” à vida do autor ou à sua época, mas também pelo modo como ele espera ser lido, como se revela em seu relato. É o que diz Ângela de Castro Gomes (2004), em *Escrita de si, escrita da História*:

[...] a escrita de si assume a subjetividade de seu autor como dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela a “sua verdade”.  
[...] O que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica

assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de “dizer o que houve”, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento. (2004, p. 14)

Desprendimento de si para seu crescimento, para sua autoavaliação, escrita que carrega consigo os fragmentos de uma realidade da qual faz parte, discurso que atravessa uma vida, as memórias autobiográficas constituem um tecido dinamicamente formado e “comandado” pelas rememorações voluntárias e involuntárias de um sujeito. Seus fios procedem das mais variadas direções: algumas das experiências vividas pelo autor, outras de histórias ouvidas a respeito de antepassados ou de alguém próximo e que, de alguma forma, foram ressignificadas e ganharam espaço em suas lembranças<sup>5</sup>.

Ao escrever suas memórias, o homem usa a capacidade de retomar e registrar fatos nela armazenados, criando, portanto, uma possibilidade de levar ao conhecimento público a experiência de um determinado momento. Uma vez escritas, essas memórias podem servir de suporte para a historiografia, já que ambas buscam abrir o caminho para o conhecimento de outros homens, isto é, tanto a narrativa histórica quanto a memorialista intentam, por meio da enunciação de acontecimentos importantes, anular o possível esquecimento que pode incidir sobre eles à medida que o tempo vai passando. Quando são registradas, as memórias se transformam, portanto, numa busca de recordações por parte do autor, evocando pessoas e acontecimentos que sejam representativos no momento presente — no qual escreve —, entretanto, de forma ímpar, eternizando-se pelo veio da escrita.

---

<sup>5</sup> ALBANO, Adriana Helena de Oliveira. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br>. Acesso em 10 de julho de 2013.

## 1.2. O diário como registro do cotidiano

Nos diários, o relato dos fatos é retrospectivo como nas memórias, porém a natureza da matéria manipulada pelo diarista difere da matéria do memorialista, pois naquela, o assunto é conhecido pelo autor e se dá num curto espaço de tempo entre os acontecimentos e o relato, pois ao produzir esse gênero, ele procura manter uma ligação imediata com o acontecido.

O interesse em ler um diário, procurando ter acesso à identidade, aos pensamentos, à intimidade de alguém tem conquistado um público cada vez mais numeroso, não se importando com as controvérsias de sua trajetória particular ou pública — a exemplo de Getúlio Vargas, em seu *Diário*, publicado em 1995 — ou se viveu em meio a uma época conturbada, como a adolescente de *O diário de Anne Frank*, publicado em 1958.

Ao se revelar em um diário, o narrador inclui-se nas formas autobiográficas por ser este uma escrita de si, portanto, voltada para um “eu” que se revela conforme os fatos vão acontecendo, relatando-os retrospectivamente, mas em um tempo mais próximo aos acontecimentos se comparado às memórias, já que o registro dos fatos está intimamente ligado à memória imediata, permitindo que estes sejam contados assim que aconteceram.

É o que podemos constatar no *Diário*, de Getúlio Vargas, quando ele se refere à importância de registrar diariamente os episódios da sua vida em uma época de grande significado para si: “Não o fiz durante a minha mocidade, cheia de tantos episódios interessantes e dignos de anotar que vão se apagando da memória.” (1995, v. 1, p.03).

Desta feita, acaba por apresentar características que o delimitam como gênero específico; dentre elas, a mais expressiva diz respeito à presença do cotidiano, pois somente há escrita em forma de diário quando o texto acompanha o compasso do calendário ao registrar a sua vivência do dia-a-dia, anotando fatos, pensamentos e procurando conter a passagem do tempo. Assim, os diários, por se efetivarem em ato cotidiano e voluntário por parte do autor, acabam por receber as marcas da espontaneidade e do imediatismo por meio de fragmentações e de elipses.

As datas, — que geralmente aparecem nas anotações de um diário—, além de representar uma proposta de organização da escrita, são uma ordenação dos acontecimentos dentro da narrativa, o que pode ser percebido nas escritas de Vargas, pois

suas anotações se apresentam de forma metódica em seu *Diário*, justificando nas primeiras páginas de suas escritas essa preocupação:

[03 de outubro de 1930] Lembrei-me que se anotasse, diariamente, com lealdade e sinceridade, os fatos de minha vida como quem escreve apenas para si mesmo e não para o público, teria aí um largo repositório de fatos a examinar e uma lição contínua de experiência a consultar. (VARGAS, 1995, v.1, p.3) (grifo nosso)

Ao se explicar, Vargas procura, ao menos em tese, ser sincero — ou *parecer* sincero —, tentando, pela introspecção, justificar sua subjetividade, sua individualidade, mas deixa bem claro que o registro era para si e não para o outro. Segundo Carla Damião (2006), “A sinceridade seria uma forma de verdade, mas completamente turva pela transformação ocorrida pela memória no momento da escrita” (2006, p. 89-90), o que se difere em Blanchot (2005), quando afirma que “Ninguém deve ser mais sincero do que o autor de um diário, e a sinceridade é a transparência que lhe permite não lançar sombras sobre a existência confinada de cada dia, à qual ele limita o cuidado da escrita” (p. 271).

Ainda podemos pensar que Vargas definia a sua “coleção de escritos” como um conjunto de fragmentos que seriam dignos de conservação para a posterioridade. Percebemos nestes uma mistura ou um entrelaçamento de situações públicas com reminiscências íntimas e pessoais, algo bastante característico neste tipo de escrita de si.

Uma questão importante a ser discutida sobre o destino de quem escreve e do que foi escrito se refere à sua publicação, pois ao passar do âmbito privado para o domínio público, finda-se o seu caráter de “secreto” e desnuda-se quem o escreveu. Duque Estrada (2009), ao ponderar sobre as confissões de Rousseau, nos esclarece que:

Se a esfera privada que diz respeito ao individual, ao íntimo, ao ser próprio do indivíduo, constitui o âmbito da ação, a esfera social — com a sua exigência de padronização, objetivação, normatização e administração de tudo — passa a ser, por antítese, a esfera não da ação, mas do comportamento. (2009, p. 139)

Os registros privados, em especial, de figuras públicas, têm se transformado, nos últimos tempos, num denso material para o estudo do cenário político de uma época, despertando o interesse de historiadores, antropólogos e cientistas sociais. As chamadas fontes privadas são cada vez mais consideradas como objetos de análise nas pesquisas históricas, principalmente pelo fascínio que estes arquivos — por se tratarem de uma natureza pessoal, muitas vezes não destinada à publicidade — exercem pelo desnudamento do seu autor, de uma “forma bem verdadeira”, pois devemos acreditar que a escrita íntima retrata traços pouco ou ainda não revelados do seu criador.

A curiosidade impressa sobre os diários íntimos, sobretudo quando se trata de personalidades públicas, é cada vez maior, uma vez que estes podem envolver apreciações privadas pouco comuns, muitas vezes ausentes até mesmo na documentação oficial do personagem; bem como revelar circunstâncias especiais, momentos de hesitação e incertezas que marcam os eventos vividos.

Logo, acreditamos que é possível ler uma obra em forma de diário como se estivéssemos diante de uma produção não retocada. Vargas, em seu *Diário* (1995), relata uma preocupação com o destino do que escrevia e esta se mostra ainda maior quando ele perde seu bloco de anotações: “Perdi minhas notas e observações, ou antes, o pequeno bloco que as continha e que me acompanhou na viagem a São Lourenço. Tê-lo perdido não é o pior, mas cair nas mãos de pessoas que podem explorá-lo.” (15 de abril a 5 de maio de 1941, v.2, p.392)

Mas acreditamos que em um diário, quando publicado postumamente, pode sofrer modificações e recortes, substituindo o caráter textual, antes espontâneo, por um calculado. Não é o caso de o *Diário*, considerando as justificativas da sua organizadora, Celina Vargas, ao afirmar que houve uma transposição integral do texto-base, sempre mantendo fidelidade ao original.

Se o diário, de um modo geral, é uma espécie de crônica cotidiana sobre a vida de um ser que se revela por meio de um narrador em primeira pessoa, o *eu* que fala, em muitos momentos, oscila entre autor, narrador e personagem, pois embora retrate ali fatos de sua vida, consegue selecionar o que lhe convém ser registrado, fazendo-o pelos olhos de alguém que “se ausenta” momentaneamente da história e a olha por fora, mas, simultaneamente, dela participa.

Visando a uma maneira expressiva de contar a experiência humana, o diário registra o “*eu*” como presença singular no mundo, numa produção humana muitas vezes

entremeada por ficção. Por meio das suas anotações, o diarista pode usar as suas escritas, externar seus sentimentos e afastar a solidão. A vida íntima passa a ser contada a “um amigo”, a um interlocutor. Talvez, ou como o próprio Vargas afirma, ele narrava em seus cadernos aquilo que não se podia confidenciar, fato que pode provocar um primeiro interesse do leitor em conhecer a intimidade publicada, ter acesso à identidade e aos pensamentos de alguém:

[25 de outubro de 1934] Neste registro, não constam geralmente os trabalhos comuns de administração, primeiro, porque são assuntos públicos, sem interesse para esta apressada anotação pessoal, e porque se fosse dar-lhes tal extensão, nem tempo sobraria, e teria antes uma história de administração. Essas anotações são apenas rápidos registros mnemônicos, coisas que ficam em bloco em minha recordação de um dia para outro. Às vezes esqueço-as, não só pelo tempo que decorre, outras porque, para mim mesmo, perdem o interesse. Alguns pensamentos ou ideias a realizar, não só guardo segredo para os outros como, por uma defesa natural e inconsciente, para mim mesmo, esquecendo-os ou relegando-os para momento oportuno. Quando este chega e ocorre o fato, já se tornaram triviais. O interessante seria registrá-los antes... (VARGAS, 1995, v.1, p. 336)

O interesse pela intimidade de “pessoas famosas” desperta no leitor a curiosidade na tentativa de compreender os motivos que as levaram a “lançar” a sua vida em folhas de papel, que podem ser lidas sem seu consentimento, e principalmente saber o que está sendo ali revelado. Quando alguém decide “desvendar” um diário, muito provavelmente já conhece o autor através de outras fontes e, tem interesse por ele como personalidade, desejando conhecer as escritas do outro e mais do outro por suas escritas.

É importante considerar, entretanto, que num tom de confiança, o diário ressalta o íntimo do narrador e os acontecimentos que, em seu julgamento, podem e merecem ser apresentados. A exemplo, afirma Vargas:

[18 de setembro de 1934] Anotei apenas isto. No entanto, ocorreu tanta coisa durante o dia e à noite que enriqueceria estas páginas e foi posta de lado. Não há espaço para escrever tudo o que acontece no dia anterior. Valerá a pena continuar estas anotações? Terão algum valor lançadas, assim apressadas, apressadamente, sem forma, palidamente, truncadas,

defeituosas, abrangendo superficialmente apenas alguns fatos?  
(VARGAS, 1995, v.1, p. 328)

Muitas vezes esses fatos nem são os mais importantes e devem ou merecem ser contados, mas podem ser os que darão veracidade à entonação da narrativa, pois oferecem maior verossimilhança ao relato, por se tratar de uma escrita do dia-a-dia, em que o autor tem a liberdade de registrar os acontecimentos que, segundo o seu julgamento, devem e podem ser revelados, como bem ressalta Leonor Arfuch (2010):

O diário cobre o imaginário de liberdade absoluta. Cobiça qualquer tema, de insignificância cotidiana à iluminação filosófica, da reflexão sentimental à paixão desatada. Diferentemente de outras formas biográficas, escapa inclusive à comprovação empírica; pode dizer, velar ou não dizer, ater-se ao acontecimento ou à invenção, fechar-se sobre si próprio ou prefigurar outros textos. (2010, p.143)

Fica, assim, a critério do narrador a ordem de apresentação dos acontecimentos, assim como a seleção dos fatos a serem relatados, a coerência e o caráter da abordagem, embora o leitor sempre parta do princípio de que um diário contempla o que de mais importante existe sobre seu autor, o compromisso com a verdade e a cronologia dos fatos. Registrar a vida num diário pode ser uma forma de individualismo associada à necessidade de autoconhecimento, pois se, por um lado, o narrador assim o faz por não ter com quem dividir emoções e experiências — ou até mesmo pelo desejo de dividir a sua intimidade —, por outro, ele acaba encontrando uma forma de melhor se relacionar com a sociedade e consigo mesmo, como explica Arfuch (2010): “Se se pensa a intimidade como subtração ao privado e ao público, o diário podia ser seu cerimonial, a cena reservada da confissão, [...] o ritual do segredo zelosamente guardado — a gaveta escondida, a prateleira, a chave” (2010, p.143).

Um diário se configura, portanto, num registro com pretensão de verdade, uma escrita que busca a si mesmo, mas, sem deixar de ser, uma prática que almeja a perenidade de “eu”. E, quem sabe, principalmente por outro viés que ele pode nos proporcionar: o autoconhecimento, já que, segundo Blanchot (2005, p. 275), “o diário está ligado à estranha convicção de que podemos nos observar e que devemos nos conhecer.”

### 1.3- Graciliano Ramos e Getúlio Vargas: a escrita como instrumento de autodefesa

A década de 1930, no Brasil, marca o “encontro” de dois homens que se transformariam em referências para o país: Getúlio Vargas, que governa como Presidente da República e Graciliano Ramos, que se consagra como um grande escritor.

Traçando uma linha cronológica do desenrolar de alguns momentos da vida política de Vargas, identificamos a vitória do movimento revolucionário que atribui a ele o comando do governo brasileiro, em 1930; as vitórias sobre as tentativas de tomada de poder pelos comunistas, em 1935; o endurecimento do regime varguista e a instituição do Estado Novo, em 1937, quando implanta a ditadura mediante o fechamento do Congresso e da suspensão das garantias individuais. Curiosamente, Vargas faz importantes anotações entre 1930 e 1942, que constituiriam seu *Diário*. E em seus relatos são registrados acontecimentos da sua vida política e pessoal, que marcaram essa época.

Oposto ao poder soberano desse Presidente, encontramos Graciliano Ramos, numa condição de “sujeito ordinário”, que se torna alvo da situação em virtude da manifestação de seus pensamentos contrários ao sistema vigente. Este se vale da posição de intelectual e, através dos seus escritos, “lança” a sua obra como resistência às relações de poder presentes no cotidiano que permeia o corpo social da época.

Graciliano inicia sua vida pública em 1927 quando foi eleito prefeito de Palmeiras dos Índios (Alagoas), renunciando em 1930. Ainda nesse mesmo ano, é nomeado Diretor da Imprensa Oficial das Alagoas, cargo ao qual também renunciou em 1931. Em 1933, é nomeado, por sua militância e envolvimento com a educação, Diretor da Instrução Pública do Estado das Alagoas. No ano de 1939, torna-se Inspetor Federal de Ensino Secundário do Rio de Janeiro. Trabalha também como colaborador e revisor da revista do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), denominada *Cultura Política*. No desempenho de suas funções públicas, mesmo trabalhando para o governo ditatorial de Vargas, o escritor jamais comungou com as ideias desse regime político: rende-se à necessidade do trabalho, mas não a Vargas. Enquanto colaborador do DIP escreve sobre os costumes do Nordeste — crônicas que foram publicadas na obra póstuma *Viventes das Alagoas*. Nestas aborda as mazelas de sua terra natal, indireta e, às vezes, diretamente, atingindo o Estado. Ex-preso político e fichado na Polícia Política como suspeito de exercer atividade subversiva, tinha severas críticas contra a ditadura do Estado Novo.

As escritas de Graciliano Ramos serão marcadas por forte cunho social, desde a sua estreia, em 1933, com *Caetés*, uma narrativa da vida provinciana de Palmeira dos Índios. O escritor retrata, em suas páginas, o cotidiano da cidade que, por um breve tempo, administrou. As características mais comuns de sua rotina são representadas nesta obra. Graciliano se preocupa em refletir as interações sociais que se estabelecem no referido município.

O segundo romance, *São Bernardo* (1934), é uma verdadeira obra-prima. Na referida obra, Graciliano Ramos, apresenta uma notável evolução de técnica e de estilo e um significativo aprofundamento na análise psicológica das personagens, cujo resultado é a criação de Paulo Honório, um dos maiores personagens da Literatura Brasileira. Nas palavras de Dênis de Moraes (2012), “Graciliano entrelaçará à denúncia da opressão e dos conflitos sociais que caracterizariam a afirmação da hegemonia burguesa com um minucioso arcabouço psicológico dos personagens.” (MORAES, 2012, p. 84).

Em *Angústia* (1936), evidencia a preocupação psicológica, servindo-se de avançados recursos expressivos, pois

Ao lado da intenção recorrente de examinar o psiquismo humano, Graciliano capta a atmosfera exterior sombria da primeira metade da década de 1930, transformando a província em microcosmo dos conflitos que assolavam o Brasil e o mundo, com a ascensão do fascismo, a recessão brutal após a crise de 1929 e as contradições que marcavam a transição da sociedade semicolonial brasileira para a etapa capitalista. (MORAES, 2012, p. 101)

Porém é, possivelmente, na escrita das *Memórias do cárcere* que Graciliano apresenta, aos olhos do leitor, o embate direto entre o intelectual e o poder. Elabora um texto que problematiza tanto a liberdade ilusória com que contam aqueles que se apoiam exclusivamente nas prerrogativas da legalidade, quanto ressalta a necessidade de estar em estado permanente de alerta, sempre vigilante diante dos excessos autoritários daqueles que estão no poder.

Buscando referenciar situações como a descrita acima por Graciliano Ramos, encontramos na obra *Estado de exceção*, do pensador Giorgio Agamben (2004), reflexões

sobre a tendência à instituição de regimes políticos e jurídicos baseados no princípio de revogação de garantias constitucionais e direitos civis. Conforme suas próprias palavras:

o estado de exceção tende cada vez mais a se apresentar como o paradigma de governo dominante na política contemporânea. Esse deslocamento de uma medida provisória excepcional para uma técnica de governo ameaça transformar radicalmente – e, de fato, já transformou de modo muito perceptível – a estrutura e o sentido da distinção tradicional entre os diversos tipos de constituição. (AGAMBEN, 2004, p. 13)

A instituição de governos autoritários com o confinamento de homens advindos dos mais diferentes setores da sociedade acaba por criar práticas de extrema rigidez ideológica, que buscam principalmente o silenciamento daqueles que se opõem às ordens estabelecidas. O poder soberano é a instância capaz de determinar e traçar o limite entre duas existências: a protegida e a exposta à morte, produzindo uma vida nua, transformando os encarcerados em pessoas que apenas habitavam um novo território, a prisão. Esta pode ser vista como um espaço em que os presos não eram encarados como cidadãos, pois nesse ambiente havia a completa suspensão de direitos:

Recebi as últimas notícias, enxerguei a liberdade muito longe, cada vez mais a distanciar-se de mim. Conservar-me-iam fora do mundo, sem processo; não me vexariam com interrogatórios, nem ouviriam testemunhas, segregação isenta de formalidades. Tínhamos chegado a isso, eliminavam-se as praxes, o simulacro de justiça, como se fossemos selvagens. (RAMOS, 2011, p. 361)

Tratados como “selvagens”, os prisioneiros são expostos a situações de extrema degradação. Graciliano admite que fora transformado num bicho, num animal irracional, com a vida resumida a uma existência biológica: “Ia me habituando àquela existência de bicho em fumaça; as desgraças, repetindo-se deixam de impressionar-nos, mudam-se em fatos normais.” (RAMOS, 2011, p. 157-8).

Na obra *Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua I*, Agamben (2002) estabelece uma relação entre o poder soberano e a vida nua, partindo da análise da figura do *homo sacer*, que, no Império Romano, representava um indivíduo banido da sociedade, por ter

sido julgado criminoso. Nesse raciocínio, a prisão de Graciliano Ramos, por motivos políticos, sem acusação formal, conseqüentemente sem um processo efetivo, alude a essa figura. A falta do processo retira do acusado a possibilidade de defesa, evidenciando que não existia liberdade pública e tampouco respeito aos direitos fundamentais em uma sociedade que não acatava o processo penal como forma de indiciar seus presos, mesmo porque os regimes autoritários criam mecanismos — ditos legais e processuais — para selecionar e cercear a liberdade dos cidadãos considerados “ameaça” ao regime. Em seus relatos, Graciliano Ramos nos mostra claramente as conseqüências de ter sido preso sem a formalização de um processo:

Começamos a perceber que dependíamos exclusivamente da vontade desse cavalheiro. O interrogatório, as testemunhas, as formalidades comuns em processos não apareciam. Permaneceríamos talvez assim. Com certeza havia motivo para nos segregarem, mas aquele silêncio nos espantava. Por que não figuraríamos em autos, não arranjavam depoimentos, embora falsos, nem simulacro de justiça? Farsas evidentemente, mas nela ainda nos deixariam a possibilidade vaga de mexer-nos, enlear um promotor. Um tribunal safado sempre vale qualquer coisa, um juiz canalha hesita ao lançar uma sentença pulha: teme a opinião pública, em ultima análise o júri razoável. É esse o medo que às vezes anula as perseguições. Não davam mostra de nos submeter a julgamento. É possível que já tivessem nos julgado e cumpríssemos pena, sem saber. Suprimiam-nos assim todos os direitos, os últimos vestígios deles. Desconhecíamos até mesmo o foro que nos sentenciava. (RAMOS, 2011, p. 68)

Podemos pensar que Graciliano se transformou num autêntico *homo sacer*, pois ao longo da sua narrativa, é possível identificar questionamentos da inexistência de um processo, caracterizando a presença do estado de exceção e o predomínio da vida nua. A ausência de mandado de prisão formalmente lavrado demonstra a marca da exceção e a inexistência de acusação formal indica que a lei de quem domina o poder cumpriu seu papel, pois num estado autoritário, a aplicação das normas jurídicas não se faz necessária. A esse respeito, reflete o narrador de *Memórias do cárcere*:

Surpreso e inquieto, perguntei a mim mesmo porque me enviavam àquela prisão. Deviam estar ali, supus, as criaturas forçadas a cumprir sentença, e ainda não me haviam dito uma palavra a respeito dos meus possíveis crimes. Tinham-me obrigado longos meses a rolar para cima e para baixo; aplicavam-me agora uma condenação enigmática. Desapareceriam talvez as mudanças, as relações instáveis com vagabundos e malandros; estabelecer-me-iam num dos cárceres habitados por assassinos e ladrões perigosos. Chegamos à secretaria; um tipo de farda recebeu o ofício que ordenava a minha permanência ali e os condutores se retiraram. (RAMOS, 2011, p. 550)

Considerando a realidade brasileira na Era Vargas, o Estado instituído por Getúlio decidia politicamente a situação de cada indivíduo, podendo declarar presa qualquer pessoa. Se não havia um respaldo jurídico, existia um caráter político nas decisões. Nas palavras de Agamben (2002), “[...] o soberano, tendo o poder legal de suspender a validade da lei, coloca-se legalmente fora da lei” [...] (AGAMBEN, 2002, p. 23).

Graciliano foi incluído no rol dos criminosos porque o Estado assim decidiu e o rotulou. Deixado como um vivente numa zona de exceção, à margem da sociedade, competia-lhe somente existir, tendo sua cidadania suprimida:

Precisamos viver no inferno, mergulhar nos subterrâneos sociais, para avaliar ações que não poderíamos entender aqui em cima. Dar de beber a quem tem sede. Bem. Mas como exercer na vida comum essa obra de misericórdia? Há carência de oportunidade, as boas intenções embotam-se, perdem-se. Ali me havia surgido uma alma na verdade misericordiosa. (RAMOS, 2011, p. 135)

A vida literalmente nua de Graciliano é percebida quando este chega à Colônia Correcional:

Levaram-me a uma das formalidades inevitáveis na burocracia das prisões, num dos edifícios baixos, limites do pátio branco. Sala estreita, acanhada; homens de zebra a mexer-se em trabalhos aparentemente desnecessários. Porque me encontrava ali? Devo ter feito essa pergunta, devo tê-la renovado. Impossível adivinhar a razão de sermos transformados em bonecos. Provavelmente não existia razão: éramos peças do mecanismo social - e os nossos papéis exigiam alguns carimbos. A degradação se realizava dentro das normas. Que me iriam perguntar? Não disseram nada. Os homens de zebra exigiram apenas que lhes entregasse a roupa. Ora essa! Queriam então que me retirasse dali nu?

Não era bem isso. Tinham aberto a valise, arrolado os troços, achavam possível despojar-me da indumentária civilizada. Estava certo. Era preciso despir-me em público ou havia lugar reservado para isso? Não havia. Perfeitamente. (RAMOS, 2011, p. 414)

Nessa condição de excluído social e politicamente pela conjuntura governamental de Vargas, impõe-se a Graciliano Ramos e demais companheiros de cárcere uma vida de caos, sem direito a qualquer questionamento, totalmente deslocados, em um “mundo” de extrema hostilidade: “Jogam-nos ali, esmagam-nos, indiferentes à capacidade, e batem a porta; viajamos na treva e no calor, como bichos, atormentados pela desagradável assistência.” (RAMOS, 2011, p. 549).

Um possível acerto de contas<sup>6</sup> de Graciliano com seu algoz, Getúlio Vargas, pode ser encontrado no único encontro físico entre os dois, nos anos de 1940. Graciliano se “esbarra” com o ditador durante um passeio noturno pela praia do Flamengo. Diferentemente de Fabiano, o sertanejo de *Vidas Secas* que reencontra o Soldado Amarelo e perde a chance de se vingar por ter sido, pouco antes, trapaceado no jogo, o escritor é cumprimentado pelo presidente e dá, ao seu jeito, a resposta: nega-se a devolver o cumprimento.

Para Dênis de Moraes (2012), a passagem ajuda a quebrar certa animosidade sobre o escritor que, ao fim da vida, era criticado por ter trabalhado como Inspetor Federal do governo Vargas — cargo para o qual foi indicado pelo amigo Carlos Drummond de Andrade e que exerceu com dignidade até o fim da vida — e por ter colaborado com a revista *Cultura Política*, produzida pelo Estado Novo, mesmo após a sua prisão. “Se ele fosse um homem de certezas fúteis, ele teria se aproveitado do encontro pra se aproximar de Getúlio. Mas passa direto”. Esse episódio, como atesta Villaça, é prova da dignidade e coerência dele, diz Moraes<sup>7</sup>, o que pode ser interpretado como uma reação silenciosa de protesto, pelas violências e pela privação da liberdade de que fora vítima, no governo do próprio Vargas.

Outra circunstância interessante é a carta, que Graciliano escreveu para ser endereçada a Getúlio Vargas queixando-se da sua prisão e das condições porque que

<sup>6</sup> O acerto de contas é o encontro entre Graciliano e Getúlio Vargas, relatado ao biógrafo Dênis de Moraes pelo jornalista e escritor Antonio Carlos Vilaça, fato registrado na nova edição de *O velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos*, publicada em 2012.

<sup>7</sup> <http://www.cartacapital.com.br/cultura/viver-para-contar-e-combater/> por Matheus Pichonelli — publicado 26/10/2012 14h21min, última modificação 27/10/2012 15h36min. Acesso em: 25 de out. de 2013.

passou na ida para o Rio de Janeiro. Um trecho desta alude à falta de razões para ter sido preso, quando era Secretário de Educação em seu Estado: “Em princípio de 1936 eu ocupava um cargo na administração de Alagoas. Creio que não servi direito: por circunstâncias alheias à minha vontade fui remetido para o Rio de maneira bastante desagradável”. Em outro momento ele diz: “Percorri vários lugares estranhos e conheci de perto vagabundos, malandros, operários, soldados, jornalistas, médicos, engenheiros e professores da universidade. Só não conheci o delegado de polícia, porque se esqueceram de interrogar-me” <sup>8</sup>.

Em outro, reclama das dificuldades de ser escritor no Brasil: “Adotei, em falta de melhor, uma profissão horrível: esta de escrever”. Ao escrevê-la, Graciliano apresenta uma importante reflexão sobre a exposição do “eu”, pois na escrita de cartas, não há saída para que o “eu” não apareça. Escreve-se para alguém de maneira a se expressar, a se mostrar.

A carta não foi enviada, mas também não foi descartada, uma vez que ela ficou guardada nos pertences de Graciliano. Ou ele tinha a pretensão de um dia enviá-la ou que alguém a trouxesse ao conhecimento público após a sua morte. Nela assistimos a um Graciliano Ramos sofrido e inconformado com o período da prisão, mas de uma habilidade extraordinária para se dirigir ao presidente da República. O texto é polido, sem a presença de palavras duras, porém permeado de fortes traços de ironia. Um exemplo dessa ironia pode ser visto no fato de ele chamar Getúlio Vargas de escritor, “V. Excia. é um escritor”, referindo-se ao livro de discursos, enviado para a Academia Brasileira de Letras, durante a ditadura do Estado Novo. A Editora José Olympio lançou esse livro com uma tiragem de 50 mil exemplares, o que causava inveja em qualquer escritor da época, pois aqueles que conseguiam uma tiragem de 2 mil exemplares, já se davam por vitoriosos.

Despede-se com elogios irônicos: “Apresento-lhe os meus respeitos, senhor presidente, e confesso-me admirador de Vossa Excelência”.

Um ano depois de tê-la escrito, Graciliano Ramos é nomeado Inspetor Federal de Ensino Secundário do Rio de Janeiro, cargo que recebeu de Gustavo Capanema, então ministro da Educação do próprio governo Vargas.

Possivelmente pelas atrocidades físicas e morais sofridas, Graciliano se refere a Vargas em diferentes situações de sua vida, ora diretamente, como fez com a carta, ora através de suas obras, nas quais declara de forma sutil, mas consistente, como em

---

<sup>8</sup> <http://www.folha.com.br>. O documento encontra-se, na íntegra, em Anexos.

*Memórias do cárcere*, suas indignações frente ao poder instituído por Vargas e os desdobramentos deste.

Ao contrário, percebemos uma ínfima referência de Getúlio Vargas a Graciliano Ramos. Esta acontece quando realiza um esforço para a soltura do escritor:

Recebido no Palácio do Catete por Herman Lima, escritor e auxiliar de gabinete da Presidência da República, José Lins pediu que transmitisse um pedido a Vargas:

— Você diga ao presidente que ele precisa mandar soltar o Graciliano Ramos. Graciliano está preso há um ano, tem sofrido os maiores horrores de prisão em prisão. Esse martírio não pode continuar.

No dia seguinte, em sua residência no Palácio da Guanabara, Getúlio Vargas, de roupão azul, fumando o indefectível charuto enquanto despachava a papelada, mirou um ponto imaginário no ar antes de responder a Hermes:

— Você diga ao Zé Lins que nesse caso de comunismo eu não mandei prender ninguém, mas não mando soltar ninguém. Isso é lá com a polícia. Mas autorizo-o a falar com o general Pinto, dizendo-lhe de minha parte que indague ao Filinto Müller se há alguma coisa contra o Graciliano, e, do contrário, naturalmente que soltem o homem. (MORAES, 2012, p. 144-5)

Mesmo afirmando governar um verdadeiro Estado Democrático de Direito, Vargas tem a “permissão”, pela via do poder soberano, de decidir arbitrariamente a respeito da liberdade ou da prisão, da vida ou da morte de um indivíduo, mas ao mesmo tempo este se mostra alheio a toda e qualquer situação que desrespeite ou aniquile a garantia individual. Trata-se de uma situação em que o soberano cria a exceção para que o indivíduo tenha assegurado o direito de continuar a existir, mas, ironicamente, promove a suspensão de todos os seus direitos, especialmente o de saber os motivos de sua prisão e de se defender.

Graciliano não possuía as “mesmas armas” de Getúlio para se “vingar”, mas de forma magistral, em prol de sua autodefesa, denuncia as condições sociais de uma época, o tratamento dado àqueles que não se alinhavam às esferas do poder e, para tal, usa o que domina como poucos o fazem, o que lhe resta à sua disposição: as palavras.

Na já referida carta de Graciliano a Vargas, para, ironicamente, provocar um clima de certa intimidade, Graciliano o chama de “meu colega escritor”, mas o adverte de que, no Brasil, ninguém fica rico com a venda de livros. Até sugere que os dois se “encontrarão”: “Apesar de vivermos afastados, dentro de alguns dias nos encontraremos numa vitrine [...]”.

## CAPÍTULO 2

### GETÚLIO VARGAS, O HOMEM, O POLÍTICO E SEU *DIÁRIO*: A “FICÇÃO” NA HISTÓRIA

*Gosto mais de ser interpretado do que de me explicar.*  
Getúlio Vargas

As anotações deixadas por políticos brasileiros foram, são e, possivelmente, continuarão sendo alvos de pesquisadores, pois apresentam a relação entre a vida pública e a privada dos grandes nomes que representaram o Brasil e, assim, constituem um material riquíssimo para um desvelar de fatos que ficaram aparentemente sem explicação e para a constituição de outras leituras e revisões da história oficial.

No entanto, para tal estudo, apenas o conhecimento do contexto histórico às vezes não é suficiente, visto que muitas informações podem estar encerradas em metáforas, em um jogo de linguagem que os linguistas e os literatos conseguirão esclarecer por meio das análises frequentes nesse campo.

As condições de produção e o destino do diário de Getúlio Vargas são fontes de curiosidade e, ao mesmo tempo, abrem espaço para o “esclarecimento” de fatos, ainda encobertos por uma névoa de indeterminação. Embora não demonstre a pretensão de levar ao conhecimento público as suas escritas diárias, Vargas intimamente demonstrava, através do registro cotidiano de seus atos, transmitir à posteridade a imagem de um político preocupado com os destinos do país que estava sob seu comando, ser um político dedicado,

que agia exclusivamente para garantir o bem estar do povo. Mesmo que seu suposto propósito, registrado em seu diário, fosse o de não deixar que o texto viesse à luz, podemos afirmar que ele escrevia como quem atuava com consciência em relação tanto ao seu público contemporâneo, como em relação à História do Brasil. Produzia um “documento”, no qual demonstraria suas motivações políticas e seus fundamentos morais e éticos, contrariando a imagem pública de ditador e de centralizador.

É preciso, no entanto, ter cuidado para não cair em “certas artimanhas” presentes em seu discurso, pois se observa que ao mesmo tempo em que o autor refuta a ideia de incluir, em suas escritas diárias, ações do seu governo, ele se contradiz com longas páginas em que são relatados despachos típicos e inerentes à função de quem ocupa um cargo no poder executivo:

[10 de outubro de 1932] Despacho com os ministros da Fazenda e do Trabalho, e o presidente do Banco do Brasil. Audiência com o embaixador americano, o ministro da Áustria e outros. Tratei também com o ministro da Justiça, combinando medidas para a realização das eleições com o máximo de garantias possíveis. (VARGAS, 1995, v. 1, p. 332)

Se um leitor, com poucos conhecimentos sobre o governo de Vargas, ler o seu *Diário*, poderá concluir que ele estava no poder contra a sua vontade, abominava a tarefa de ser o Presidente da República e os cerimoniais oficiais. Mas, são evidentes, em suas anotações, as referências à administração pública como um assunto predominantemente técnico, impessoal e suscetível de ser operacionalizado por um aparato burocrático, representado pelos despachos intermináveis com os assessores e os chefes dos setores técnicos do Estado. É farta a presença de relatos de atos oficiais pelas quais passa o Presidente de um país. Por que tais informações preponderariam e teriam grande relevância para seu escritor? A partir das suas anotações, percebemos que Vargas era ou queria ser o centro das atenções e do poder. No caso de homens públicos com atuação no cenário político, o investimento bastante recorrente na acumulação de arquivos pessoais constitui ponto de partida importante para os processos de construção de legados. Assim, faz-se necessária a construção de uma estratégia de leitura numa tentativa de desvendar a personagem que ali escreve sem, entretanto, se mostrar.

Presenciamos, no *Diário* de Vargas, um “eu” que faz o relato da sua própria vida, escrito numa tentativa de guardar não somente o seu presente, mas também o presente histórico. Embora muitos leitores busquem, em seus escritos, o conhecimento puramente político de uma época, observamos, também, um claro tom de subjetividade, beirando o desabafo, pois neste, além de analisar e definir sua vida política — descrevendo o papel que ele, como membro da sociedade brasileira e, paralelamente, representante da mesma, exerce na História do Brasil —, nos apresenta confidências de sua vida íntima.

Quando um diário é redigido por uma autoridade, no caso um Presidente do Brasil, e nele são retratadas as realizações notáveis em que se fez presente, estas podem demonstrar o sentido de engrandecimento nos acontecimentos dos quais ele participou como figura destacada:

[30 de setembro a 1º de outubro de 1931] Nestas anotações, escapam geralmente medidas de ordem administrativa do expediente ordinário, e que constituem a mais interessante função, porque são atividades construtoras e positivas. Quando vou lançar ao papel estas rápidas anotações, já não posso reconstituir o que ficou para trás. (VARGAS, 1995, v. 1, p. 74)

Getúlio Vargas ponderava que não tinha a intenção de usar seu diário pessoal para promover a sua imagem e nem os atos mais importantes do seu governo: [8 de julho de 1940] “limito-me, por isso, a uma simples anotação sumária dos fatos.” (VARGAS, 1995, v.2 p. 325), entretanto deixou bem evidenciado o caráter de “sinceridade” e espontaneidade, contido nos relatos dos principais acontecimentos da sua vida. Ao nos atermos à leitura da sua escrita, notamos que suas declarações se contradizem, como numa citação da página 74, volume 1: “Nestas anotações, escapam geralmente medidas de ordem administrativa do expediente ordinário, e que constituem a mais interessante função, porque são atividades construtoras e positivas.”(VARGAS, 1995).

Tais evidências nos levam a acreditar que Vargas trabalhava na construção de uma persona, a qual, hoje ainda, demanda interpretação. Criou uma personagem, focalizando uma única matéria, ele mesmo e, com habilidade arguta, sua personagem oscila entre o ficcional e o factual. Podemos ver Getúlio Vargas policiando a sua escrita como forma de controlar a leitura que seus contemporâneos e/ou os futuros leitores fariam de si. O autor constrói sua persona, levando o leitor a querer descobrir quem realmente escreve ali.

Pensando na possibilidade de Vargas se desdobrar em diferentes papéis, consideramos a importante contribuição de Luiz Costa Lima (1990) quando este, na obra *Persona e sujeito ficcional*, cita Michel Foucault<sup>9</sup> para afirmar que o nome próprio do autor não é o mesmo que autor. A partir de suas considerações, Costa Lima cria a noção de *persona*, no teatro grego, máscara. Primeiro prova que todos os homens constroem, até pela sobrevivência, suas *personas*, assumindo diferentes papéis perante as circunstâncias que se apresentam na vida. Depois defende que “exercer um papel não é necessariamente uma forma de desonestidade” (1990. p. 47).

Em “*Persona e sujeito ficcional*”, Costa Lima sugere ainda que ninguém nasce biologicamente pronto para uma vida em sociedade e, portanto, precisamos construir uma máscara, a partir da qual se estabelecerão as relações sociais. Segundo o teórico:

a *persona* não nasce do útero senão que da sociedade. Ao tornar-me *persona*, assumo a máscara que me protegerá de minha fragilidade biológica. Se nossa imaturidade biológica não nos entrega prontos para a vida da espécie, então a convivência social será direta e imediatamente marcada pela constituição variável da *persona*. Sem esta, aquela se torna impensável. Não custa entender que a *persona* só se concretiza e atua pela assunção de papéis. É pelos papéis que a *persona* se socializa e se vê a si mesma e aos outros como dotados de certo perfil; com direito, pois, a um tratamento diferenciado. (LIMA, 1990, p.43)

A elaboração de uma *persona* se dá na execução de papéis sociais e da convivência com os seus pares. Construir papéis — *persona* — parece ser uma forma de sobrevivência dentro da sociedade, uma vez que, em diversas situações, somos obrigados a assumir, rotineiramente em nossas relações, as mais diversas identificações, instituindo um sujeito, imprimindo um discurso.

Os relatos de Vargas podem nos oferecer informações tanto sobre sua vida íntima quanto sobre o período histórico em que governou o Brasil, mas, para tal, precisamos identificar que *persona* adota perante o leitor.

---

<sup>9</sup> O nome do autor é um nome próprio; apresenta os mesmos problemas que ele. Não é possível fazer do nome próprio, evidentemente, uma referência pura e simples. O nome próprio (e, da mesma forma, o nome do autor) tem outras funções além das indicativas. Ele é mais do que uma indicação, um gesto, um dedo apontado para alguém; em uma certa medida, é o equivalente a uma descrição. O que é um autor? In: \_\_\_\_\_. **Ditos & Escritos III**. (2009, p. 11)

Reforçando que suas anotações eram para si mesmo e não para a apreciação dos outros, Vargas também receava que seus escritos fossem parar nas mãos de pessoas “inconvenientes”. Dizia registrar os fatos para ter onde consultar, já que sua memória poderia não ser suficiente para guardar tantos acontecimentos importantes. Porém ao escrever um diário, o diarista precisa desconfiar da possibilidade de outra pessoa ter acesso aos escritos, fato supostamente temido por Vargas: [6 de março de 1934] “Este caderno ficou esquecido em Petrópolis, [...]. Talvez alguém o tivesse lido” (VARGAS, 1995, v.1, p. 274). Ao ser lido, ainda que de maneira não consentida, um diário, cujo autor é uma pessoa de grande projeção pública, poderá causar grandes expectativas. Independente da real intenção do presidente Getúlio Vargas em relação à publicação de seu diário, com o tempo, este acaba ganhando uma importância histórica, despertando o interesse de pesquisadores, mesmo que publicado postumamente.

Há, em seu *Diário*, o desenrolar de sua trajetória pessoal e política, sua visão do Estado e do papel que desempenhava na estrutura deste. Encontramos, ainda, um Vargas que exalta um discurso na esfera pessoal, principalmente em seus pronunciamentos públicos, situação que o coloca como o grande sujeito histórico, o centro das transformações pelas quais passava o Brasil:

[18,19 e 20 de dezembro de 1930] Continuo trabalhando intensamente. Chegam-me aos ouvidos vários boatos de revolução, dispersos, confusos, sem continuidade. Recebo, porém, declarações positivas de lealdade e apoio por parte dos oficiais superiores do Exército. Querem dar ao pretendido movimento uma origem comunista, com apoio em São Paulo. Enfim, tudo vago e inconsistente. Não lhes dou crédito. (VARGAS, 1995, v. 1, p. 33)

Quando se refere a si mesmo como parte do diálogo, Vargas costuma se apresentar como protagonista, sobre o qual giram os acontecimentos e as atitudes dos demais envolvidos em seu círculo social: [12 de julho de 1939] “Todos passeiam, vão aos teatros, divertem-se. Eu fico só, trabalhando. Não me queixo, nem maldigo a sorte. Sorrio apenas dos que supõem que este posto seja um gozo, e que eu esteja aqui para servir-me e não para servir.” (VARGAS, 1995, v. 2, p. 239). Diversas passagens apresentam relatos com informações que colocam a esfera política toda voltada para as iniciativas e ações do

Presidente da República, com a responsabilidade de conduzir uma nação ao seu destino superior. Vargas se apresenta e se intitula o responsável pelas transformações ocorridas no Brasil:

[03 de novembro de 1940] Permaneci esse tempo não por amor ao governo, mas pelo desejo de servir meu país, de realizar um plano de administração e de criar a estrutura de um regime e de uma mentalidade que melhor se adapte às condições de vida e às razões do seu triunfo. Se não conseguir levar a termo esses objetivos, terei fracassado, pelo menos em parte. (VARGAS, 1995, v. 2, p. 349)

Mais uma vez reafirma a sua postura de político preocupado com as “questões nacionais” e comprometido com a “defesa do povo brasileiro”, postura que foi observada ao longo de seu governo, uma vez que no chamado “Estado de Compromisso”, Getúlio Vargas incorporou a função de intermediador dos interesses dos vários grupos que atuavam na esfera política, agiu ativamente nas relações conflituosas entre empresários e trabalhadores, usando as suas habilidades de grande articulador. Ele evitava se posicionar como representante exclusivo de um dos lados, marca de um presidente que, ao longo de sua administração, se portou como um político neutro e capaz de se colocar acima dos possíveis antagonismos que poderiam organizar a vida da nação.

Ainda podemos perceber que Vargas usava a estratégia de antecipar-se à História, transformando a narrativa dos acontecimentos — presentes em seus *Diários* — em fato histórico, sob a perspectiva de uma testemunha ocular que também era o protagonista dos acontecimentos. Assumindo os papéis de escritor, narrador e personagem — que são também o próprio escritor — Getúlio Vargas consegue direcionar os acontecimentos na direção que considera mais apropriada:

[29 de maio de 1939] A campanha de boletins infamantes contra mim é muito grande. Confesso que estou apreensivo com estas conspirações e a falta de coesão entre os elementos que apoiam o governo. Estou à mercê do Exército, sem força que o controle, e nem uma autoridade pessoal e efetiva sobre ele. Estou só e calado, para não demonstrar apreensão. As próprias pessoas da minha família passeando, na maior despreocupação. O inimigo esparso e difuso procura diluir as resistências. Veremos o que está para acontecer. (VARGAS, 1995, v. 2, p. 226)

Mesmo que a Constituição de 1937, imposta por Getúlio, quando da implantação do Estado Novo, garantisse plenos poderes ao chefe do poder executivo, ele, em diversos momentos, se sentia perseguido e vítima de possíveis conspirações contra seu governo. O Presidente do Brasil vivia temeroso e acuado por fantasmas, que pareciam ser mais fictícios do que reais. Estava instaurada a sensação de ter se transformado em refém dos militares, mas como afirma Bourne (2012), na obra *Getúlio Vargas: a esfinge dos Pampas*, “Vargas sempre havia estado em parte à mercê do exército — e isso havia ficado óbvio na época da rebelião de São Paulo —, mas os acontecimentos políticos que levaram às revoluções de 1930 e 1937, haviam lhe dado uma posição de domínio.” (2012, p. 184).

No *Diário* de Vargas, presenciamos situações muito curiosas, como o desnudamento de uma personalidade vista de forma tão antagônica pela própria História. Pavimenta sua trajetória com a Revolução de 30, “articula” para permanecer no governo em 1934, quando é eleito pela Assembleia Constituinte, sai e entra do poder presidencial identificado como ditador e fascista (1937-1945) e volta a ele “nos braços do povo”, em 1951, consagrando-se como legítimo defensor dos direitos dos oprimidos. Embora, obviamente, não conste no *Diário* seu fim trágico, sabemos, pela história oficial, que ele se despede do Brasil ironicamente com categoria, quando escolhe sacrificar a sua própria vida para não ceder aos interesses e forças daqueles que, segundo ele, lutavam contra o povo brasileiro.

## 2.1. O *Diário* de Getúlio Vargas: (inter) relações entre autobiografia e História

Ao examinar a trajetória de Getúlio Vargas, deparamo-nos com uma série de perguntas para as quais não foram encontradas respostas definitivas. Revolucionário ou reacionário? Progressista ou conservador? Quem foi esse homem que governou o Brasil por mais tempo que qualquer outro líder republicano? Por que até hoje ele divide tanto as opiniões? Sabemos que ainda não obtivemos explicações plausíveis para tantas perguntas, mas temos a certeza de que a cada resposta encontrada, outras tantas dúvidas surgirão sobre esse ditador que retorna ao poder como um presidente democrata para governar um “novo” Brasil que então se constituía. Seria o seu *Diário* um repertório capaz de esclarecer tantos questionamentos?

As informações contidas em seu *Diário*, publicado em 1995, encontram-se distribuídas em treze cadernos<sup>10</sup>, em que Vargas relata cotidianamente os fatos, desde os mais significativos para a construção da sua trajetória pública, até os mais corriqueiros, como as suas constantes idas ao campo de *golf*, seu esporte preferido e seus “passeios”.

Os manuscritos que compõem o *Diário* de Getúlio Vargas começam a ser escritos entre 3 outubro de 1930, data do início da Revolução de 1930, e setembro de 1942, época em que Getúlio enfrentava forte oposição política, sendo pressionado a definir a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. A data do início das anotações marca uma coincidência histórica, pois começam a ser traçadas justamente a partir do momento em que Vargas chega ao tão sonhado cargo de Presidente do Brasil, sugerindo, assim, a invenção de um marco para o início de sua trajetória. Ainda percebemos que no *diário* de Getúlio, não existem referências para o que aconteceu na sua vida antes de 1930, demonstrando que nada fora “tão significativo” que merecesse espaço nas suas anotações? Logo, informações sobre a sua juventude, sobre sua atuação como Deputado Federal, Ministro da Fazenda e Presidente do Rio Grande do Sul não seriam pertinentes? A forma

---

<sup>10</sup> Caderno 1: período abrangido de 3 a 11 de outubro de 1930; caderno 2: período abrangido de 11 de outubro de 1930 a 3 de fevereiro de 1931; caderno 3: período abrangido de 4 de fevereiro de 1931 a 6-8 de março de 1932; caderno 4: período abrangido de 9 e 10 de março a 12 de setembro de 1932; caderno 5: período abrangido de 13 e 14 de setembro de 1932 a 20 de janeiro de 1933; caderno 6: período abrangido de 21 e 22 de janeiro a 15 e 16 de julho de 1933; caderno 7: período abrangido de 17 de julho de 1933 a 3 e 4 de março de 1934; caderno 8: período abrangido de 6 de março de 1934 a 4 e 5 de outubro de 1935; caderno 9: de 6 de outubro de 1935 a 22 de janeiro de 1937; caderno 10: período abrangido de 24 de janeiro de 1937 a 19 de janeiro de 1939; caderno 11: período abrangido de 20 de janeiro de 1939 a 16 de janeiro de 1940; caderno 12: período abrangido de 17 de janeiro de 1940 a 25 de maio de 1941; caderno 13: período abrangido de 26 de maio de 1941 a 27 de setembro de 1942.

escolhida seria a maneira de Getúlio propor uma história de vida que começa em 1930, pois é aí que se encontra o seu maior significado como político?

Getúlio Vargas normalmente é pouco lembrado como parlamentar, mas é considerável ressaltar que, antes de se tornar Presidente da República, atuou como deputado estadual (1909-1913 e 1917-1922), deputado federal (1923-1926) e senador (1946-1947). Na Câmara dos Deputados, a partir de 1923, passou de político regional a personagem nacionalmente articulado, assumindo o cargo de Ministro de Estado da Fazenda em 1927.

A publicação dos escritos de Vargas resultou da decisão de sua neta, Celina Vargas do Amaral Peixoto<sup>11</sup>, que, na apresentação da obra, explica-se: “Li, reli e convenci-me, nas entrelinhas, de que, uma vez que Getúlio não gostava de se explicar, caberia a um público maior interpretá-lo.” (VARGAS, 1995, v.1, p. VII). Do encerramento da escrita das anotações de Vargas até a publicação do *Diário*, são passados mais de cinquenta anos, situação que abre espaço para se questionarem os motivos de tanta demora para que se tornassem públicas as escritas de Getúlio Vargas, fato também esclarecido por Celina Vargas na referida apresentação. Segundo a organizadora, ela teve conhecimento da existência das escritas do avô por intermédio do livro de sua mãe — *Getúlio Vargas, meu pai* —, publicado em 1960. A mãe ainda relata que se esqueceu da existência do “caderninho preto” até 1945 e quando questionou com Getúlio, ele afirmou que este tinha sido destruído. Somente muitas décadas depois, a coleção reaparece.

As anotações chegam às mãos de Celina apenas depois da morte da sua mãe, em 1992, quando aquela resolve organizar todos os documentos pertencentes ao seu avô e a seus pais. E, em 1993, começa a trabalhar nos cadernos de seu avô, fazendo sua publicação em 1995, cuja data não deixa de ser significativa: 24 de agosto<sup>12</sup>.

Conforme já referido, uma das aparentes preocupações demonstradas por Vargas era a divulgação de suas anotações ao público, por isso as guardava com muito cuidado, como nos esclarece Celina, que também demonstrou curiosidade sobre as motivações que levariam seu avô a escrever diários. Entretanto publicar a escrita de Vargas poderia ser uma forma de revelar traços de um homem apontado como uma das mais polêmicas figuras da política brasileira, além de pensar que seu diário poderia ser não apenas analisado, mas

---

<sup>11</sup> Celina Vargas do Amaral Peixoto, neta de Getúlio Vargas e filha de Alzira Vargas, que foi a responsável pela coleta e organização dos dois volumes que reproduzem os diários, publicados pela Fundação Getúlio Vargas e pela Editora Siciliano, em 1995.

<sup>12</sup> O dia 24 de agosto de 1995 marca o aniversário de 41 anos da morte de Getúlio Vargas.

conhecido pelos mais diferentes públicos — estudantes, admiradores e, até mesmo, inimigos políticos. Nesse raciocínio, merecia uma publicação que inspirasse respeito e confiança aos seus leitores. Segundo a organizadora, um escritor de diário pode construir seu texto como uma experiência íntima ou como uma maneira de guiar sua própria vida na forma de um “diário pessoal”, o que parece ter sido o propósito maior de Getúlio Vargas.

Ao se tornar público, o *Diário* de Vargas aguçava a curiosidade de todos que sempre quiseram saber como vivia o homem de tanta importância política, preocupado em registrar e comentar a história de seu tempo; o que acontecia nos bastidores do governo, num período de grandes transformações na História do Brasil; quem era exatamente o homem por trás do presidente do Brasil. No entanto, enquanto Getúlio registra tal história em forma de um diário, acaba por contemplar-se no espelho da sua interioridade:

[27 de janeiro de 1942] Ao encerrar estas linhas, devo confessar que me invade muita tristeza. Grande parte desses elementos que aplaudem essa atitude, alguns poucos que até me caluniam, são os adversários do regime que fundei, e chego a duvidar que possa consolidá-lo para passar tranquilamente o governo ao meu substituto. (VARGAS, 1995, v. 2. p. 457)

Getúlio Vargas, demonstrando grande empenho em decidir o “melhor” para o país, possivelmente conduzido por sua vaidade, sente-se traído quando sua posição não prevalece, fato evidenciado quando reuniu seu Ministério no dia 27 de janeiro de 1942, com o objetivo de definir a posição do Brasil em relação à entrada na segunda Guerra Mundial: “Hoje deve realizar-se a reunião do Ministério para decidir sobre a ruptura das relações com os Países do Eixo.” (VARGAS, 1995, v.2, p. 457). Entre 1939 e 1942, o Brasil optou pela neutralidade para definir a política externa. Mesmo estando em uma América dominada pela influência estadunidense, o Brasil não estava claramente alinhado aos interesses dos Estados Unidos da América, já que mantinha também laços diplomáticos com os países europeus pertencentes ao Eixo — Alemanha, Japão e Itália.

Nos primeiros momentos da II Guerra Mundial (1939), o Brasil não se aliou a nenhum dos lados envolvidos no conflito. Se as fortes relações econômicas mantidas com os Estados Unidos da América pudessem justificar a sua entrada para combater ao lado dos Aliados — liderados pelos Estados Unidos da América, Império Britânico e União Soviética — por outro lado, Vargas acabava evidenciando um contrassenso, pois

combateria regimes de governo, que possuíam características deveras semelhantes ao seu próprio regime de governo. Num plano interno, havia um governo autoritário e num externo, um que lutaria pela democracia e liberdade dos povos. Ao fim da II Guerra, Getúlio Vargas passa a conviver com uma forte pressão para a redemocratização do Brasil e o fim do seu governo ditatorial.

A projeção de um presidente vocacionado para o bem comum da nação brasileira, imbuído de uma missão que ultrapassava sua condição humana para o bem do povo; a demonstração de sacrifício em dias extenuantes de trabalho, em despachos intermináveis, em meio a aborrecimentos causados por políticos que contrariavam as suas expectativas, descompromissados com o destino do Brasil projetam um homem que vivia por seu país. Talvez essa fosse a imagem que Vargas pretendia deixar como legado de seu governo. Visando demonstrar essa preocupação, registra frequentes passagens no *Diário*. Sobre a demora na reorganização do Brasil depois da revolução de 1930: [06 de setembro de 1931] “Estou bem com a minha consciência no sincero esforço empregado para melhorar a situação do país.” (VARGAS, 1995, v.1, p. 71). A obrigação em cumprir o verdadeiro papel do administrador também pode ser observada em várias passagens: [03 a 10 de fevereiro de 1932] “Foi carnaval. [...]. Embora não tomasse parte nas festas, menos por falta de vontade do que pela dignidade da função, adiantei um pouco a revisão dos orçamentos e da Lei Eleitoral” (VARGAS, 1995, v. 1, p. 90); [04 e 05 de março de 1932] “Completo-se, no primeiro, o meu 21º aniversário de casamento, mas as preocupações políticas encheram o dia, esquecendo a data doméstica.” (VARGAS, 1995, v. 1, p. 94). Sobre os destinos do Brasil frente à Segunda Guerra Mundial, encontramos: [31 de dezembro de 1941] “Nesta aparente alegria, encerrou-se 1941, cheio de apreensões. Penso muito menos em mim do que no Brasil.” (VARGAS, 1995, v. 2, p. 446).

Assim, independente de seus reais propósitos, em seus escritos, parece narrar sua própria vida, selecionando e definindo aspectos de sua personalidade, de suas experiências e vivências individuais, porém a trama narrativa evidencia esse duplo viés: as referências à vida do autor aparecem casadas com uma dimensão social, em que não diz apenas sobre ele, mas sobre os que com ele conviveram, sobre os espaços, sobre os grupos de que participava e sobre a vida política brasileira.

Faz-se importante, portanto, refletir sobre o processo de preparação dos manuscritos de um diário, tendo em vista a possibilidade da sua publicação. Segundo

Celina Vargas, houve uma preocupação em manter a escrita como realmente a mesma se constituiu. Na apresentação feita por ela, há um esclarecimento sobre a produção do texto:

Esta não é uma reprodução fac-similar. Trata-se de um esforço no sentido de articular a coerência da narrativa com a representação gráfica dos diários manuscritos de Getúlio Vargas, produzidos ao longo de 13 anos, com vistas à sua publicação. A transposição integral do texto – base em obra impressa exigiu a adoção de procedimentos que garantissem uma reconstituição fidedigna do original. (VARGAS, 1995, Notas metodológicas, p. XV)

Nas notas metodológicas presentes no Volume 1 do *Diário* de Vargas, encontramos orientações sobre a organização do texto. Ainda segundo Celina, houve uma preocupação em manter o que foi escrito por Vargas; apenas feitas algumas correções, mas sem a mínima intervenção.

Ainda foram feitas a atualização ortográfica e as correções gramaticais ou equívocos apresentados pelo “escritor”; sempre que necessário, há explicações em notas de rodapé, como pode ser visto numa referência que Vargas faz ao Palácio do Piratini, mas usa a expressão “Palácio Branco<sup>13</sup>”: [09 e 10 de março de 1932] “[...] eu enviara a Porto Alegre, dando impressões favoráveis do primeiro conclave no palácio branco.” (VARGAS, 1995, v. 1, p. 95).

Com referência ao processo de normalização, nas notas metodológicas, foram incluídos importantes destaques para chamar a atenção do leitor, a exemplo: [...] reticências entre colchetes — correspondem a lacunas equivalentes a espaços deixados em branco pelo autor com vistas a futuros acréscimos: [15 de outubro de 1930] “Reuniu-se a nós na estação [...] o jornalista Ganot Chateaubriand.” (VARGAS, 1995, v. 1, p. 11). [17 de outubro de 1930] “À tarde, após a manifestação popular, visitei os feridos do combate de [...]”. (VARGAS, 1995, v.1, p. 12); [?] ponto de interrogação entre colchetes — indica palavra ininteligível ou omissão: [17 de outubro de 1930] “Visito depois a família do prefeito e do juiz de [?], da vara crime, sendo gentilmente recebido por suas famílias” (VARGAS, 1995, v.1, p. 12); [*Sic*] palavra latina entre colchetes — informa sobre a reprodução literal de passagens incompletas, imprecisas, de significado dubio, incorreto ou

---

<sup>13</sup> Provavelmente, o Palácio Piratini, sede do governo do Rio Grande do Sul.

pouco usual, cujos elementos não foram alterados para não haver quebra grave de sentido: [27 de julho de 1932] “Trato com Arthur Costa sobre a situação financeira e a possibilidade de uma emissão para resgate em títulos do Tesouro. Disse-me que Sana-Khan havia anunciado a terminação da luta, pela derrota dos rebeldes, para amanhã, 29 [sic]” (VARGAS, 1995, v. 1, p. 119).

Ao final do volume 2, o leitor encontra um apêndice<sup>14</sup> a ser consultado, com uma listagem dos ministros de Estado<sup>15</sup>, chefes dos Executivos estaduais<sup>16</sup>, chefes de Polícia do Distrito Federal e do Estado-Maior<sup>17</sup>, Comandantes<sup>18</sup> e Inspetores<sup>19</sup> das Regiões Militares, além de comandantes da Polícia Militar do Distrito Federal<sup>20</sup>, todos do período compreendido pelo período da escrita. Consta também uma lista de abreviaturas e siglas que aparecem no *Diário*.

O índice biográfico foi organizado, visando identificar os personagens citados por Vargas ao longo de suas anotações. Nele encontramos dados sobre sua atuação e outros que estabelecem vínculos familiares e pessoais. Cada um dos pequenos verbetes apresenta, assim, além do nome completo do personagem, dados sobre o local de nascimento e morte, formação profissional e principais atividades exercidas no período.

Finalizando as informações ao leitor, encontramos um índice, de caráter temático e intitutivo, capaz de norteá-lo nas diferentes instituições, partidos políticos, eventos e temas citados por Getúlio Vargas e de relevância para a história do período. Notamos, ainda, uma relação de entidades culturais e recreativas, de modo a possibilitar não só a recuperação de acontecimentos nacionais e internacionais, mas também as atividades sociais, hábitos e costumes da elite carioca, presentes no cotidiano de Getúlio.

Há, em seus relatos, algo que nos fascina: um jogo de revelar e ocultar, através do qual se percebe o histórico, o social, o político e o íntimo. E é exatamente esse misto de vida pública e privada, de história e autobiografia, que tem seduzido tanto historiadores quanto críticos. Ao mesmo tempo em que ele se revela cheio de emoções, é capaz de reprimir seus sentimentos, mesmo que fossem de orgulho e de nacionalidade:

---

<sup>14</sup> Em nota de rodapé estão citadas as fontes de onde foram extraídas as informações sobre as autoridades:

<sup>15</sup> *Dicionário Histórico- Biográfico Brasileiro*. FGV/CPDOC

<sup>16</sup> *Dicionário Histórico- Biográfico Brasileiro*. FGV/CPDOC

<sup>17</sup> *Dicionário Histórico- Biográfico Brasileiro*. FGV/CPDOC

<sup>18</sup> Relação fornecida pelo Centro de Documentação do Exército.

<sup>19</sup> Relação fornecida pelo Centro de Documentação do Exército.

<sup>20</sup> *Almanaque da Polícia Militar do Distrito Federal para o ano de 1957*. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1956.

[outubro de 1934] O dia 3 do corrente, aniversário da Revolução, não teve qualquer festividade. Parece até que passou esquecido. Observei-o com amargura. Apenas, nesse dia, tivemos a corrida de automóveis. Foi um espetáculo empolgante: grande multidão, pista difícil, corrida arriscada, alguns acidentes, vários que desistiram da prova em meio. Por fim, venceu um brasileiro. Como é forte o sentimento nacional! Junto a mim estavam o embaixador argentino e algumas senhoras. Guardando a atitude de compostura exterior, eu imediatamente sentia-me comovido, com receio até de que me saltassem lágrimas se vencesse um estrangeiro. E eu mesmo me analisava, tomado daquela emoção estranha que procurava reprimir. (VARGAS, 1995, v.1, p. 331)

Semelhante a um ator no palco, Getúlio Vargas, em situações de mostra pública, ora reprime seus sentimentos ora os acentua, conforme lhe convêm as circunstâncias: controle intencional sobre sua imagem pública e suas atitudes, para além do limite da autorrepressão. Para Vargas, a questão fundamental não se centra no modo como ele próprio se sente ou não, mas como ele é avaliado pelas pessoas. A narrativa do acontecimento acima (“O dia 3”) possui uma forma e uma estratégia de comunicação que revelam a imagem que Vargas tinha de si mesmo e do seu papel histórico. A impessoalidade pode ser entendida como o esforço de construção de uma imagem independente dos outros, porém jamais pode ser alheia à subjetividade de quem a construiu. Nesse sentido, Vargas coloca-se como o “centro do poder”, mas mantém sua velada imparcialidade, talvez como uma inteligente *performance* populista.

Os escritos de Getúlio Vargas conduzem-nos, portanto, a uma discussão que nos permite não apenas entender a sua escrita, mas também analisar os motivos históricos e autobiográficos que geraram sua produção. Sabemos que ao mesmo tempo em que foi considerado por muitos como o maior estadista que o Brasil já teve, ser o presidente que mais tempo governou este país e ter deixado um importante legado à nação — as leis trabalhistas, o voto feminino e a criação do Ministério do Trabalho, por exemplo —, Getúlio Dornelles Vargas é tido, por alguns brasileiros, como uma das figuras mais controversas da história nacional. É retratado na História como um homem autoritário, frio, fascista e algoz, embora depreendamos, por meio de suas palavras, a imagem de um indivíduo frágil, conflituoso, temeroso de ser desnudado, de se enfraquecer nas relações cotidianas, razão pela qual, talvez a rejeitava.

Seria o diário um veículo para revelar essa identidade que pouco se mostrava e tanto confundia? Neste, identificamos registros cotidianos de felicidade, de mágoas, de emoções. Em vários momentos, o relato se coloca como canal para o autoconhecimento; é através dele que Getúlio Vargas tenta desvelar sua própria identidade. Parece usar o diário como seu confidente — chega a afirmar que escreve nele o que não revela a mais ninguém —, um interlocutor simultaneamente físico e imaginário, aquele capaz de entender o que se passa com um homem de quem tanto se espera:

[Dias 31 de dezembro de 1931 a 2 de janeiro de 1932] A passagem do ano não me sugere ideias, esperanças? Sim, esperanças de prosperidade para o Brasil. Tudo indica que terminou a convalescença e começa a prosperidade. Sinto meu declínio político, ou por falta de capacidade para abrir novos horizontes, ou por falta de apoio para transformações mais radicais. (VARGAS, 1995, v. 1, p. 83)

Constatamos, ainda, a existência de um tom confidencial de algumas anotações em que o histórico se impõe, de forma a registrar os fatos no tempo, como um cronista que, nesse caso, torna-se personagem central desses fatos, visto que seus atos e suas decisões traçam o novo rumo do país:

[03 de outubro de 1930] Quatro e meia. Aproxima-se a hora. Examino-me e sinto-me com o espírito tranquilo de quem joga um lance decisivo porque não encontrou outra saída digna para seu estado. A minha sorte não interessa e sim a responsabilidade de um ato que decide o destino da humanidade. (VARGAS, 1995, v. 1, p. 4)

Singularmente, há, em seu *Diário*, não apenas a escrita de temas relacionados à vida política, mas também a presença de traços narrativos de uma vida pública, permeados por outros de sua vida privada. O discurso autobiográfico e o discurso histórico são próximos, dialogam entre si. Ambos constituem-se em linguagens e, como tal, representam o mundo em sua volta ao interpretá-lo, compreendê-lo, (re) significá-lo. Assim, constroem sentidos para esse mundo, para as experiências com ele, a partir da linguagem, de uma

metalinguagem que se desdobra sobre si mesma em um jogo ambíguo entre autobiografia e história, capaz de desnudar o que se pretende oculto:

[1º de janeiro de 1936] Este caderno não é a descrição do que fiz como governo. Isso se encontra nos documentos oficiais. É uma anotação pessoal, feita no dia seguinte, do que se passou no anterior, ou antes, daquilo que minha memória reteve. Eis porque não encontrará aqui nenhum balanço dos trabalhos do ano. Não há aqui espaço nem tempo para fazê-lo. (VARGAS, 1995, v. 1, p. 465)

O ato de escrever passa a fazer parte da rotina de Vargas, num processo de organização do seu pensamento. Através de um esforço reflexivo, organiza, analisa e define suas ações políticas. Mesmo afirmando que essas ações não deviam integrar sua escrita, elas se faziam presentes, ali, em diversos momentos. Para Vargas, o diário deveria ser o repositório de fatos da vida cotidiana, cuja releitura propiciar-lhe-ia um exercício de autoexame e inventariaria erros e acertos de sua vida.

Por meio do registro diário de seus atos, acaba por transmitir à posteridade a imagem de um político preocupado com os destinos do país e comprometido exclusivamente com o bem estar do povo. Paralelamente, demonstra não ser um pai de família dedicado e mostra-se perturbado por problemas particulares. Acaba por produzir um documento, no qual, consciente ou não, demonstraria suas motivações políticas e seus fundamentos morais e éticos, contrariando a imagem pública de ditador e de centralizador. E assim age, em meio a um tom de parcialidade, que beira a ficção, tendo em vista o tom constante de subjetividade, permeado por omissões e declarações sugestivas:

[11 de setembro de 1939] Embora as preocupações causadas pela guerra e os problemas que ela cria não serem tranquilizadores, não se deve ser pessimista quanto à marcha dos negócios públicos. O mesmo não poderei dizer na vida particular. Primeiramente, a doença dos dois filhos menores, depois, o desastre de automóvel de Alzira e Amaral. Segue a Darcy para assisti-los, e lá também adoece e é recolhida a um hospital. O filho mais velho, em Berlim, não deseja sair. Tudo isso são motivos de apreensões e de não pequenas despesas. Quanto a mim, dois acidentes desagradáveis perturbam a minha saúde, além da velha doença crônica que progride, crescida de agudos motivos sentimentais. Mas tudo isso é comigo e, se escrevo aqui, não falo a ninguém. (VARGAS, 1995, v. 2, p. 254)

A sua atuação como homem público, parece distanciar Vargas dos compromissos de pai, de avô e de esposo, pois são poucos os momentos que ele se apresenta no cumprimento de tais obrigações familiares: [26 de agosto de 1940] “A Alzira tem estado doente em Niterói. [...] E embora sinta saudades de vê-la, ainda não o fiz, pela dificuldade em ir só, evitando acompanhamentos oficiais, além da falta de tempo.” (VARGAS, 1995, v. 2, p. 333). Consegue transformar momentos que poderia desfrutar junto à família em atos políticos, observáveis em diversas passagens, sugerindo-se como vítima de si mesmo: [28 de janeiro de 1941] “A Darci subiu, trazendo o neto e os pais deste. Trabalhei até tarde, despachando um longo expediente” (VARGAS, 1995, v. 2, p. 374); [17 de janeiro de 1942] “Hoje, meu neto Getúlio está fazendo seu primeiro ano, e não pude vê-lo.” (VARGAS, 1995, v. 2, p. 453).

Aparecem, ainda, referências aos períodos de chuvas, sábados, domingos e feriados, que são tratados por Vargas como dias de tristeza:

[6 de setembro de 1931] Noite um tanto chuvosa. Se o tempo melhorar, haverá parada de manhã. (VARGAS, 1995, v.1, p. 71)

[...]

[17 de fevereiro de 1935] Domingo foi um dia chuvoso e pouco agradável. Passei- o em família, jogando dominó durante a tarde. Trabalhei pela manhã e a noite. (VARGAS, 1995, v.1, p. 362)

[...]

[29 de março de 1936] Domingo, dia de chuva e de enfado. Só. As naturezas, mesmo as mais adustas, sentem necessidade de um refúgio carinhoso que lhes adormeça os sentidos e lhes dê a impressão, embora ilusória, de que nem tudo que o cerca é feito de interesse. (VARGAS, 1995, v. 1, p. 492)

[...]

[09 agosto de 1936] Domingo. Chuvoso e frio. Prejudicou a frequência à corrida do Grande Prêmio do Jockey Club, a que compareci. (VARGAS, 1995, v.1, p. 531)

Interessante pensar que as referências aos dias de tristeza correspondem àqueles em que Vargas não se transforma no centro das atenções. Em contrapartida, os dias de desfiles e paradas militares eram “felizes”, pois sempre comemorados, inclusive com a participação de estudantes e de seus familiares, colocavam em destaque a figura do Presidente Vargas, evidenciando sua visão egocêntrica, consolidada pela presença do outro.

Nas referências a esses dias de agitação política e outras comemorações, não se observa a sensação de dias tristes, mesmo que fossem domingos:

[8 a 10 de abril de 1933] Domingo, fui a um churrasco em casa do desembargador Alencar. [...] lá encontrei vários colegas seus, desembargadores da Corte de Apelação, além de advogados, promotores e outros funcionários da Justiça. Foi uma tarde agradável — churrasco excelente e amável companhia. (VARGAS, 1995, v.1, p. 202)

[...]

[16 e 17 de setembro de 1934] No domingo, compareci ao Gávea Golf, onde assisti ao jogo entre a Sociedade Hípica Paulista e a equipe de Dom Pedrito, do Rio Grande do sul, formada por oficiais do Exército do regimento aquartelado naquela localidade. Os gaúchos ganharam por 10 a 1. (VARGAS, 1995, v.1, p. 327)

Presenciamos aqui exemplos de Vargas estabelecendo contatos com seus aliados, bem como a sua comoção perante um fato. Estar em “boa companhia” seria, portanto, se juntar aos aliados, que apoiavam seu governo e lhe davam sustentação política, além de inflar seu ego. Ressaltar a vitória de 10 a 1 dos gaúchos sobre os paulistas poderia ser uma forma de mostrar a superioridade daqueles, talvez uma breve recordação da Revolução de 1932, quando São Paulo tinha sido derrotado pelo exército nacional.

Analisando o processo da escrita de Vargas, podemos constatar que esta segue uma regularidade própria do gênero, a anotação cotidiana, mas entre os anos de 1930 e 1936, percebemos claramente uma dedicação maior no registro dos acontecimentos, pois estes ganham longas citações. A partir de 1937, as anotações começam a ficar mais curtas e em diversos momentos, ele apenas cita alguma atividade corriqueira, como uma ida ao *golf*.

Mesmo considerando a importância de relatar os fatos significativos de sua vida pessoal e política, em alguns momentos, Vargas demonstra vontade de parar de escrever, possivelmente em função das exacerbadas individualidades no interior do governo e da crescente contestação da unidade coletiva do Estado Novo. Se antes o autoritarismo do Estado Novo era facilmente justificado pelo contexto internacional, com o encaminhamento da II Guerra na direção da vitória dos aliados contra o Fascismo, Vargas percebe as dificuldades que enfrentaria para nortear seu governo e passa a justificar suas ações, com valores de sentido invertidos aos que havia empregado até então.

Mesmo assim, segue anotando, pois a sua trajetória como Presidente do Brasil estava em processo de construção e muitos acontecimentos significativos e dignos de registro — para serem consultados na posterioridade, como ele mesmo já havia afirmado — ainda estavam para acontecer.

Surpreendentemente, sem muitas justificativas, ele encerra seu *Diário* em 30 de abril de 1942: “Quantos acontecimentos de grande transcendência ocorreram na vida do Brasil. Aqui chegando, tracei estas linhas, dando por encerradas as anotações. [...] A revolta, o sofrimento também mudaram muita coisa dentro de mim!” (VARGAS, 1995, v. 2, p. 477).

A ausência de explicações para a interrupção de sua escrita nos instiga a abrir alguns questionamentos: qual seria o verdadeiro motivo de Vargas ter abandonado o registro, antes tão frequente dos seus feitos? As dificuldades enfrentadas por seu governo, uma vez registradas, demonstrariam seus pontos fracos como político? Ou pretendia ele, em sua astúcia política e vaidade pessoal, tornar-se um enigma a ser continuamente estudado?

## 2.2. O retrato da década de 1930 no *Diário* de Vargas

Getúlio registra em seu *Diário* os principais acontecimentos do país que governa, atribuindo uma intensa vibração para as vitórias alcançadas e uma demonstração de desânimo nos momentos de insucessos. Simultaneamente, num registro cotidiano e datado, presenciamos o relato de um tempo histórico de grandes convulsões e mudanças. Alguns dos fatos que marcaram profundamente seu governo são tratados de forma mais evidente; outros, mais discretamente. Encontramos relatos da Revolução de 30, do fracasso da Revolução Constitucionalista de 1932, da eleição de Vargas pela Assembleia Constituinte, legitimando seu governo em 1934, da tentativa de golpe da Intentona Comunista, bem como a prisão de seus líderes, em especial Prestes, da implantação do Estado Novo, da Segunda Guerra Mundial.

No ano de 1930, realizar-se-iam eleições presidenciais no Brasil e, de acordo com a Política do Café com Leite, seria a vez de Minas Gerais indicar o candidato a ser apoiado por São Paulo. Mas, rompendo com o “acordo”, São Paulo escolhe seu próprio candidato, Júlio Prestes. Diante da situação, Minas Gerais se alia ao Rio Grande do sul e à Paraíba, formando a Aliança Liberal, que lança o gaúcho Getúlio Vargas para presidente e João Pessoa, da Paraíba, para vice. Apesar da forte aliança e dos esforços empreendidos na campanha, a vitória nas eleições de 1930 coube ao paulista Júlio Prestes.

Inconformada com a derrota, a oposição<sup>21</sup> instaura uma conspiração contra o governo, que culminará em um movimento revolucionário, visando interromper o mandato Washington Luiz e impedir a posse de Júlio Prestes. Uma vez vitorioso, o poder é entregue ao líder desse movimento civil, Getúlio Vargas. Nas primeiras notas do seu *Diário*, Vargas faz referências a esse movimento: [03 de outubro de 1930] “Lembrei-me disso hoje, dia da Revolução. Todas as providências tomadas, todas as ligações feitas. Deve ser para hoje às 5 horas da tarde. Que nos reservará o futuro incerto nesse lance aventureiro”? (VARGAS, 1995, v.1. p.3). As providências a que Vargas se refere são relativas à organização e ao início do processo de luta para a tomada do governo.

Uma vez decidido pelo movimento revolucionário, Vargas se coloca como o grande responsável pela condução do processo: [6 e 7 de outubro de 1930] “Começo a fazer meus preparativos a fim de seguir para o teatro de operações, no Paraná. Desejo fazê-lo, porque

---

<sup>21</sup> Chamamos aqui de oposição a Aliança Liberal — aliança política formada em 1929, em oposição à candidatura de Júlio Prestes à Presidência do Brasil. A mesma foi liderada pelos estados de Minas Gerais, Rio Grande do sul e Paraíba.

esse é meu dever, decidido a não regressar vivo ao Rio Grande, se não for vencedor.” (VARGAS, 1995, v.1, p. 8).

Com a vitória, Getúlio Vargas assume o poder como Presidente (provisório) do Brasil, a partir de uma “revolução”, que coloca fim na chamada “República Velha”, quebrando o domínio político de Minas Gerais e São Paulo, com a “Política do Café com Leite”. Ele ressalta em seus relatos a acolhida que recebeu no seu retorno ao Rio de Janeiro:

[31 de outubro de 1930] Trinta e um, à noite, cheguei ao Rio, recebido pela Junta Governativa e altas autoridades, na gare. O Rio, durante todo o trajeto, desde a estação da Central ao Catete, recebeu-me com uma manifestação extraordinária de entusiasmo e impressionante pelo número. Hospedei-me no Catete. Darci, que já me aguardava, estando hospedada no Glória, mudou-se para o palácio. Combinei com a Junta que só assumiria o governo em 3 de novembro. Não havia ainda organizado o Ministério e queria, com alguns dias de antecedência, observar o meio. (VARGAS, 1995, v.1, p. 21)

Em uma ascensão político-nacional meteórica, governa o país por quinze anos, sem ser interrompido, e, a fim de que isso acontecesse, usa de um jogo político e de influências para se transformar no presidente que mais tempo exerce o poder executivo no Brasil.

A sensação do poder em suas mãos pode ser observada quando Vargas faz referências à organização do seu governo:

[04 de novembro de 1930] Organizo minhas casas Civil e Militar. (VARGAS, 1995, v.1, p. 22) (grifo nosso).  
[05 de novembro de 1930] É preciso combinar um limite, ou antes, temperar os poderes ditatoriais que me confere a Revolução, para que não atente contra os ideais da mesma com medidas restritivas de liberdade que possam ser consideradas como continuação do antigo regime. (VARGAS, 1995, v. 1, p. 22)

No dia 11 de novembro de 1930, através do Decreto nº 19.398, Getúlio Vargas institui o Governo Provisório, conferindo-lhe os poderes Executivo e Legislativo até a eleição de uma Assembleia, responsável pela reorganização constitucional do país.

É significativo observar que todos aqueles contrários à política centralizadora imposta no Brasil a partir de 1930, bem como os que fizeram oposição sofreram fortes perseguições. O exílio seria o destino dos que perderam o poder para as forças revolucionárias:

[20 de novembro de 1930] Neste dia, embarcaram para a Europa os primeiros presos políticos: o ex-presidente Washington Luís, o ex-prefeito do Distrito e o ex-ministro da Guerra. Observo que não foi a primeira leva. No dia anterior já haviam seguido o ex-senador Azeredo e outros. Essa medida foi bem-aceita pela opinião. Maurício de Lacerda atacou-a como excessiva brandura, achando que o Tribunal nada mais tinha a fazer. (VARGAS, 1995, v.1, p. 27)

Ao fazer tal declaração, Vargas justificava a “eliminação” de seus opositores, pois, segundo ele, todas as atitudes tomadas para o sucesso da Revolução foram necessárias; somente assim seria capaz de defender os interesses do povo brasileiro. Sempre demonstrando uma notável habilidade política, ele reafirmava que a escolha havia sido a ideal: a melhor opção era realmente a Revolução:

[20 de novembro de 1930] E, afinal, depois de humilhar-me e quase suplicar para que os outros nada sofressem, sentindo que tudo era inútil, decidi-me pela revolução, eu, o mais pacífico dos homens, decidido a morrer. E venci, vencemos todos, triunfou a Revolução! Não permitiram que o povo manifestasse para votar, e inverteram-se as cenas. Em vez de o Sr. Júlio Prestes sair de Campos Elísios para ocupar o Catete, entre as cerimônias oficiais e o cortejo dos bajuladores, eu entrei de botas e esporas nos Campos Elísios, onde acampeei com soldados, para vir no outro dia tomar posse do governo no catete, com poderes ditatoriais. O Sr. Washington Luís provocou a tormenta, e esta o abateu. Dizem que o destino é cego. Deve haver alguém que o guie pela mão. (VARGAS, 1995, v.1, p. 27)

Decidido pela Revolução, mais uma vez Vargas transfere a responsabilidade do movimento à oposição — no caso aqui tratado, ao então Presidente do Brasil Washington Luís. Segundo a historiografia, Getúlio tentou várias vezes a conciliação com o governo

de Washington Luís e só se decidiu pelo movimento revolucionário quando já se aproximava a posse de Júlio Prestes. Em 3 de outubro de 1930, esta é desencadeada, simultaneamente, em Porto Alegre, Minas Gerais, Paraíba e Pernambuco; inicia-se, assim, o movimento que, em poucos dias, declarava Getúlio Vargas vitorioso em quase todo o país — com a adesão de grande parte da população, dos militares e das polícias estaduais — e o levaria ao poder. Em 3 de novembro, Vargas é reconhecido pela junta governativa como chefe do governo provisório da República. Mesmo com a Constituição de 1891 em vigor, através de medidas centralizadoras, Getúlio Vargas passa a governar o Brasil após a Revolução de 1930.

A atuação de Vargas na política sempre esteve pautada pela defesa dos princípios federativos, da autonomia dos governadores e do Congresso Nacional. Mas o seu ingresso na política nacional implanta um modelo centralizador e intervencionista. Conquistando o apoio popular, torna-se “permitido” ao governo ousar em suas iniciativas contrárias aos interesses políticos das oligarquias derrotadas. Em nome de um governo provisório e amparado por instrumentos legais, Vargas assumiu plenos poderes, dissolvendo o Congresso Nacional e demais órgãos legislativos e nomeando interventores para os estados, até a eleição de uma Assembleia Constituinte.

Em suas escritas, Vargas segue narrando seus feitos políticos durante a vigência do Governo provisório, como a criação do Ministério do Trabalho (26/11/1930), os acordos políticos, financeiros e as manobras para a sustentação do seu governo.

Um tema de destaque no *Diário* de Vargas é a Revolução Constitucionalista de 1932. São Paulo sempre considerou o movimento de 1930 como uma guerra contra os paulistas, fato que muito contribuiu para complicar o relacionamento de Getúlio com este estado. Para os paulistas, a imagem da Revolução de 1930 deveria ser “destruída” e 1932 seria o marco divisor, quando, então, uma nova era se iniciaria. O desencadear do movimento contra o Governo federal é descrito assim por Vargas:

[10 e 11 de julho de 1932] Irrompe o movimento revolucionário em São Paulo. Todo o tempo absorvido nas providências para combatê-lo. Morosidades, confusões, atropelos, deficiências de toda ordem, felonias, traições, inércia. Algumas dedicações revolucionárias. Um ato impressionante a solidariedade do Rio Grande, através de Flores da Cunha. A unanimidade do Norte, solidariedade e colaboração dos demais estados. (VARGAS, 1995, v.1. p. 115)

Inconformado com alguns destinos estabelecidos ao Brasil por Getúlio Vargas — demora na realização de eleições, nomeação de interventores —, São Paulo inicia a “Revolução Constitucionalista de 1932”, um movimento contra o Governo Federal que pode ser caracterizado como o incidente mais grave ocorrido durante o Governo Provisório, mostrando que a oposição estava atenta aos movimentos varguistas e se preocupava com a questão política do País. O governo de São Paulo foi “confiado” a um militar não paulista, o Tenente João Alberto, acirrando as relações entre esse estado e Vargas, pois num acordo com Getúlio, ficou acordado que a direção de São Paulo seria entregue a Francisco Morato, membro do Partido Democrático paulista. Inconformado com a inabilidade do Governo em tratar o “caso paulista”, São Paulo se agita numa guerra civil, o que, para alguns, seria uma contrarrevolução à Revolução de 1930.

Em março de 1932, Getúlio tenta apaziguar a situação, nomeando um interventor paulista, Pedro de Toledo, mas este não era um nome de prestígio no estado. Tornada inevitável, em 9 de julho de 1932, estoura em São Paulo a revolução contra o governo. As forças paulistas não resistem e são derrotadas pela superioridade militar dos governistas.

Mesmo vitorioso, o governo percebe que não era possível ignorar a elite de São Paulo, tomando, assim, algumas atitudes, como a nomeação de um interventor civil e paulista, Armando Sales. O decorrer do movimento é registrado por Vargas, que ressalta com certa segurança as vitórias do Governo Central sobre o movimento: [03 de agosto de 1932] “O espírito ofensivo das tropas paulistas está em declínio. Nesta capital, continuam as conspirações para amotinar tropas, para destruir aviões e outros recursos do governo, para eliminação de pessoas etc.” (VARGAS, 1995, v. 1, p. 120).

Quando as forças do governo começam a triunfar sobre os revolucionários paulistas, Vargas expressa com empolgação os fatos:

[13 e 14 de setembro de 1932] Esses dias foram cheios de acontecimentos de sensação. Na frente de leste, as forças sob o comando do general Góis ocuparam Cruzeiro, o Túnel, a Serra da Bocaina e Cachoeira. Houve um retraimento dos rebeldes para encontrar suas linhas. Ignora-se ainda se resistirão em nova frente ou se já é a derrota final. Os rebeldes não resistem mais: levantam bandeira branca e fogem. Haverá uma nova distribuição de tropas reforçando Minas. (VARGAS, 1995, v. 1, p. 132)

Findado o movimento com a vitória das forças governamentais, Getúlio Vargas busca mecanismos para manter a situação sob seu controle:

[11 de novembro de 1932] Continuam a chegar de São Paulo as pessoas chamadas para inquérito, que são recolhidas presas. A população ainda está exaltada, arrogante. A atitude do general Valdomiro, demasiado tolerante, pode ser interpretada como fraqueza do governo. (VARGAS, 1995, v. 1, p. 140)

[...]

[21 de novembro de 1932] Determinei que extraíssem listas dos presos civis e militares, para lhes dar destino. (VARGAS, 1995, v. 1, p. 143)

É evidente a intenção do Presidente de não apenas punir os revoltosos, mas principalmente exercitar a sua condição de poder, demonstrando a superioridade do Governo Central sobre as forças paulistas.

Em 3 de maio de 1933, depois de longa espera, são realizadas eleições para a composição da Assembleia Nacional Constituinte, responsável pela promulgação de uma nova Constituição para o Brasil. O resultado das eleições confirma a vitória dos aliados de Vargas na maioria dos estados brasileiros, com exceção de São Paulo, Rio Grande do Norte e Ceará. Getúlio Vargas registra o fato em suas anotações e o destaca como o cumprimento de um compromisso firmado quando assumiu o poder. Deve-se ressaltar que a demora para a realização do pleito foi bem significativa, fato que muito incomodou, especialmente os adversários do regime varguista:

[3 de maio de 1933] Realizou-se o grande pleito. Está cumprida a palavra do Governo Provisório, apesar de todas as descrenças e dos embaraços criados por uma paradoxal Revolução Constitucionalista feita preventivamente para realizar uma constitucionalização já com data marcada. As notícias de todo país informam que o pleito se realizou em completa ordem e plena liberdade — concorrência numerosa e entusiasmo. Antes assim. Os jornais da capital trazem informações muito lisonjeiras sobre o pleito e a correção de atitude do governo. (VARGAS, 1995, v.1, p. 208-9)

No dia 16 de julho de 1934, entra em vigor a nova Constituição brasileira — a terceira Constituição do país e a segunda da República. Vargas considera essa data um grande dia: [17 de julho de 1934] “Entre festas e demonstração de regozijo, foi promulgada a nova Constituição. Parece-me que ela será mais um entrave do que uma fórmula de ação. Amanhã será a eleição de presidente.” (VARGAS, 1995, v.1, p. 307).

Depois de permanecer por quatro anos num “governo provisório” e ter vencido seus opositores, inclusive recorrendo ao uso de armas, Getúlio Vargas é eleito pela mesma Assembleia que elaborou uma nova Constituição para o Brasil, promulgada em 1934. Embora este declarasse não ser candidato, como aparece num relato da página 212, do volume 1 do seu diário: “[...] nunca fui um postulante de candidatura, nunca me apresentei como tal para a eleição próxima” (VARGAS, 1995). Em seu *Diário*, relata o momento em que foi escolhido como o “novo” Presidente do Brasil:

[17 de junho de 1934] Realizou-se a eleição para presidente da República. Acompanhei pelo rádio, como no dia anterior, os trabalhos da Constituinte. A oposição escolheu o Dr. Borges de Medeiros, que obteve 59 votos, e meu nome, 175, havendo 14 votos em outros candidatos. Logo após o resultado final da eleição, afluiu ao Guanabara grande número de deputados, ministros e vários amigos que vieram cumprimentar-me. (VARGAS, 1995, v. 1, p. 307)

Uma vez eleito, de forma indireta<sup>22</sup>, para um novo mandato, Vargas toma posse em 20/07/1934 e governaria o Brasil por quatro anos, período conhecido como Governo Constitucional. A posse aparece nas suas anotações como um fato de destaque: “[...] realizou-se a posse. Foi um dia frio, chuvoso, e isto prejudicou a concorrência. O ato da posse na Câmara foi brilhante e festivo. Nas ruas, o acolhimento simpático. Foi a impressão que tive, sem exagero.” (VARGAS, 1995, v.1, p. 308).

No seu segundo governo, Vargas recebe apoio de organizações como a AIB — Ação Integralista Brasileira —, mas enfrenta um forte inimigo, a ANL — Aliança Nacional Libertadora —, um movimento de frente popular, inicialmente apoiado e depois dominado pelo Partido Comunista Brasileiro, que tinha como líder um grande opositor de

---

<sup>22</sup> A Constituição de 1934 estabeleceu que as eleições fossem diretas, com exceção da primeira após a publicação desta.

Vargas, Luís Carlos Prestes. Os comunistas, que sempre representaram uma ameaça ao governo de Getúlio Vargas, são duramente combatidos:

[23 de agosto de 1934] Houve um conflito entre os comunistas e a polícia, por eles agredida. A polícia sente-se timorata e vacilante na repressão dos delitos, pelas garantias dadas pela Constituição à atividade dos criminosos e o rigorismo dos juízes em favor da liberdade individual, mas contra a segurança social. (VARGAS, 1995, v.1, p. 319)

Em 1935, liderada por Prestes, a ANL tenta uma insurreição comunista, que é vencida pelas forças de Vargas, levando à prisão todos os seus líderes, especialmente Luís Carlos Prestes e Olga Benário, companheira deste, vinda de Moscou com a missão de proteger este líder revolucionário:

[24 e 25 de novembro de 1935] A conspiração comunista, estimulada pelas divergências políticas explodiu em duas rebeliões: a do 21º Batalhão de Caçadores, em Natal, e a do 29º Batalhão de Caçadores, em Pernambuco. A primeira, após alguma resistência da polícia, dirigida pelo comandante do Batalhão de Caçadores, venceu, tomando conta da cidade. A outra encontrou tenaz resistência da polícia local e da parte fiel do 29º, e foi repelida no ataque a Recife, entrincheirando-se no quartel da Vila Militar. (VARGAS, 1995, v.1, p. 444)

Com o fracasso do movimento, seus líderes são presos e Olga é deportada para a Alemanha, sendo entregue aos nazistas como um troféu, um “presente” de Vargas a Hitler. Sobre a prisão de Prestes, Vargas relata:

[4 e 5 de março de 1936] Nestes dias, dois fatos principais ocorreram de mais importante: primeiro, uma nova visita cordial do Flores, parece que decidido ao restabelecimento das relações, deixando-me um poncho de vicunha como penhor de amizade; no dia seguinte a prisão de Luís Carlos Prestes, o chefe comunista. Foi um fato sensacional, de larga repercussão no país. (VARGAS, 1995, v.1, p. 484)

Se, num primeiro momento, é difícil perceber a relação que Getúlio faz entre os dois fatos citados acima, numa busca mais detalhada, conseguimos entender que durante seu governo, ele acabou “ganhando” verdadeiros inimigos políticos, inclusive aqueles que antes eram seus aliados, neste caso, Flores da Cunha. A princípio, aludimos apenas a Luís Carlos Prestes como grande inimigo de Vargas, pois aquele liderou a Intentona Comunista, movimento cujo principal objetivo era tomar o poder de Vargas e implantar o comunismo no Brasil.

Ao citar Flores da Cunha — José Antônio Flores da Cunha —, Vargas faz referências a um aliado que atua ativamente na revolução de 1930<sup>23</sup>, sendo este, em 28 de novembro de 1930, nomeado interventor no Rio Grande do Sul. Ajuda a fundar o Partido Republicano Liberal (PRL) em novembro de 1932. Na Revolução Constitucionalista de 1932, permanece leal a Getúlio Vargas. Em abril de 1935 é eleito governador do Rio Grande do Sul, exercendo o mandato até outubro de 1937. No mesmo ano da eleição, já como governador constitucional, começa a se afastar do Presidente Vargas. Os atritos entre o general Flores da Cunha e Getúlio atingem o ponto de ruptura quando Getúlio Vargas deseja implantar o Estado Novo, mas não conta com o apoio de Flores.

Buscando ampliar sua influência política nacionalmente, Flores da Cunha envolve-se em disputas sucessórias em outros estados, como Santa Catarina e Rio de Janeiro. Defensor do federalismo, atrita-se com os setores militares que, como o general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, defendiam a centralização do poder no Governo Federal. Em 1937, rompido com Getúlio Vargas, é forçado a deixar o governo gaúcho. Exila-se, então, no Uruguai e só volta ao Brasil cinco anos depois, durante a Segunda Guerra Mundial, quando cumpre pena de nove meses na Ilha Grande, no Rio de Janeiro. É libertado por Vargas em 1943.

Já Luís Carlos Prestes, “o cavaleiro da esperança”, foi um dos maiores disseminadores das ideias comunistas no Brasil. Sua militância começa ainda na chamada República Velha, durante o governo de Arthur Bernardes, quando lidera a Coluna Prestes. O movimento lutava por mudanças sociais e econômicas no Brasil e percorreu, durante quase dois anos — de abril de 1925 a fevereiro de 1927, — cerca de vinte e cinco mil quilômetros. Apesar de toda experiência e da resitência, a Coluna Prestes não consegue

---

<sup>23</sup> Gunter Axt. Flores da Cunha: um compromisso com a democracia liberal. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br>. Acesso em: 18 de nov.2013.

alcançar plenamente seus objetivos e se divide. Luís Carlos Prestes, seu líder, passa a se dedicar aos estudos do comunismo, transferindo-se, em novembro de 1931, para a União Soviética, a fim de se “especializar” na causa comunista. Retorna ao Brasil, clandestinamente, em 1935, com o objetivo de comandar uma revolução para derrubar Getúlio Vargas, liderando a Intentona Comunista. O movimento eclode em 23 de novembro de 1935, em Natal e Recife, e no dia 27 do mesmo mês, no Rio de Janeiro, mas devido à falta de organização e do apoio popular com que Prestes tanto contava, as tropas governamentais conseguem derrotar os revoltosos e prender as suas principais lideranças.

O episódio de 1935 abriu caminho para amplas medidas repressivas e para a escalada autoritária de Vargas. Passada a euforia da tentativa da tomada de poder, Vargas transforma os dois anos seguintes — da supressão das revoltas comunistas à promulgação do Estado Novo, de inspiração fascista — no período mais repressivo do seu governo, como afirma Bourne (2012), em *Getúlio Vargas, a esfinge dos pampas*:

Vargas usou deliberadamente a reação anticomunista para ampliar os poderes presidenciais. Em dezembro de 1935, a Câmara dos Deputados fortaleceu a Lei de Segurança Nacional e aprovou três emendas à Constituição: uma dava ao presidente o poder de demissão sumária dos servidores civis, outra lhe permitia o controle de promoções e nomeações militares e a terceira ampliava o alcance de seus poderes de emergência. (2012, p. 115)

Um dos pontos fortes que legitima a atuação autoritária de Getúlio Vargas é a aprovação da Lei de Segurança nacional, em 4 de abril de 1935, que definia as ações consideradas crimes contra a ordem e a política social e transferia para uma legislação especial todos os atos contra a segurança do Estado. Sobre a aprovação dessa Lei, Vargas ressalta em seu *Diário*:

[28 de março de 1935] Passou a Lei de Segurança. Enxertaram nela uma disposição contra o integralismo. Estou em dúvida se sanciono ou veto esse dispositivo. O integralismo é uma forma orgânica de governo e uma propaganda útil no sentido de disciplinar a opinião. Contudo, não confio muito nos seus dirigentes, nem eles têm procurado se aproximar do governo de modo a inspirar confiança. (VARGAS, 1995, v. 1, p. 373)

Além de colocar na ilegalidade o Integralismo, a referida Lei ganha, em 1936, suporte de um órgão judiciário subordinado ao governo, o Tribunal de Segurança Nacional, que garantiria a punição dos presos, sem grande consideração pelos princípios jurídicos vigentes, como afirma Boris Fausto: “A princípio, esse tribunal destinava apenas a julgar os comprometidos com a insurreição de 1935, mas acabou se transformando em um órgão permanente, que existiu durante todo o Estado Novo.” (2001, p. 362).

Usando como pano de fundo uma nova ameaça comunista, aliada ao desejo de criar um Estado Nacional forte, Vargas torna pública, em 10 de novembro de 1937, a implantação de um novo regime para o Brasil, o Estado Novo, considerado por ele como uma fase política incipiente, em favor do qual outorga uma nova Carta Constitucional, que entra em vigor no mesmo ano.

A nova Constituição (1937) dava ao Presidente o poder de governar através dos decretos-leis, pois não se realizaram nem plebiscito nem eleições para o parlamento e os governadores dos Estados se transformaram em interventores.

O Estado Novo foi implantado no estilo autoritário, sem grandes mobilizações, pois os maiores opositores de Vargas, o movimento popular e os comunistas, já tinham sido abatidos e não poderiam reagir; a classe dominante via no golpe algo benéfico e inevitável para o Brasil. Os Integralistas, que apoiaram o golpe e esperavam retribuições, tiveram suas esperanças extintas. Sobre a implantação de uma nova Constituição para o Brasil, em 1937, há um registro que aparece em seu *Diário* como um comunicado histórico:

[Novembro de 1937] No dia seguinte, 11, as duas casas do Congresso amanheceram guardadas pela polícia. Às 10 da manhã, reuniu-se na Guanabara o Ministério, e assinamos a Constituição. Só não compareceu o ministro da Agricultura, que pediu demissão. À tarde, compareci ao Catete, despachando com os ministros da Fazenda e Trabalho, recebi várias outras pessoas e regressei ao Guanabara, trabalhando até às 8 horas da noite, quando pronunciei pelo rádio o Manifesto à nação. (VARGAS, 1995, v.2, p. 83)

A implantação do Estado Novo, em 1937, mudou o cenário político brasileiro, mas em seu pronunciamento, Vargas o descreve como um ato de rotina. Com o regime autoritário instituído, busca a formação de uma ampla opinião pública a seu favor, usando,

para isso, a censura aos meios de comunicação e a elaboração de versão própria da fase histórica que o país vivia. Busca os mais diferentes mecanismos para se manter no poder: persegue, prende, tortura e força ao exílio intelectuais e políticos, sobretudo os de esquerda. E para justificar a necessidade das suas formas de agir, cria o DIP — Departamento de Imprensa e Propaganda, entre cujos recursos está o rádio, com transmissões diárias de programas que divulgam as obras do governo.

Como expressão da soberania, algo coerente para aquele período, o governo de Vargas, além de ser marcado pelo autoritarismo, passa a cercear a liberdade de expressão, tentando anular todos aqueles que representavam algum tipo de perigo. Afirma agir em nome de uma “liberdade coletiva”. É o que acontece com os Revolucionários ligados à Ação Integralista Brasileira: [14 de outubro de 1938] “A nota do dia foi a prisão de Belmiro Valverde. Foi também apreendida uma carta do Fournier a ele, com comentários e o plano de conspiração que tinha como principal objetivo eliminar-me.” (VARGAS, 1995, v. 2, p. 165).

No dia 03 de janeiro de 1938, seriam realizadas eleições, de acordo com o que previa a Constituição de 1934, mas com a vigência do Estado Novo, foi um dia comum, lembrado por Getúlio: “Era o dia em que deviam ser realizar as eleições. Em geral ninguém se apercebeu disso.” (VARGAS, 1995, v. 2, p. 101).

São constantes as narrativas dos feitos realizados por Vargas, especialmente em dias de grande concentração de populares, como as comemorações do dia 1º de maio, no ano de 1939: “Grande parada militar em frente ao prédio do ministério, discursos, assinaturas de decretos criando a Justiça do Trabalho, os *restaurants* populares e as escolas profissionais nos próprios estabelecimentos industriais.” (VARGAS, 1995, v. 2, p. 220).

A II Guerra Mundial representa um marco significativo nos rumos da vida política do Brasil, atingindo diretamente o governo de Vargas. Havia muita cobrança para que o país se decidisse em relação ao conflito. O assunto ganha destaque em diversas passagens de suas anotações, como aparece descrito no dia 4 de junho de 1940: “Todos opinam no sentido de o Brasil armar-se e da manutenção da neutralidade, embora benévola para com aquele país. Só tínhamos compromisso de entrar na guerra no caso de agressão a um país americano.” (VARGAS, 1995, v.2, p. 317).

Tentando manter uma situação de “neutralidade”, Vargas parece adiar a decisão de o Brasil participar ou não da Guerra: [10 de janeiro de 1942] “À tarde, houve reunião do

Conselho de Segurança Nacional, presidida por mim, no Catete, onde se tratou da situação internacional, da atitude do Brasil” [...] (VARGAS, 1995, v.2, p. 450).

Havia uma pressão contra Vargas e isso o deixava preocupado: [12 de janeiro de 1942] “Das muitas conversas, do que observo, fico apreensivo. Parece-me que os americanos querem nos arrastar à guerra, sem que isso seja de utilidade, nem para nós, nem para eles.” (VARGAS, 1995, v.2, p. 451).

Numa indagação do Ministro das Relações Exteriores do Chile, Juan Batista Rossetti, sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, Getúlio Vargas pondera: [19 de janeiro de 1942] “Respondi-lhe que poderia contar com o Brasil, mas que, nessa decisão, eu jogava a minha vida, porque não sobreviveria a um desastre para a minha pátria.” (VARGAS, 1995, v. 2, p. 454). A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial poderia contribuir para “o fim” de Vargas?

Sua posição diante da Guerra foi, em primeiro momento, de completa indefinição, ora pendendo para um lado, ora para outro. No dia 11 de junho de 1940, em momentos de vitória parcial da Alemanha no espaço europeu, Vargas chega a pronunciar um discurso: “*No limiar de uma nova era*”<sup>24</sup>, exaltando e saudando o sucesso da Alemanha. Diante disso, os Estados Unidos iniciam um processo de aproximação do Brasil para que este se definisse em relação à Guerra, mas esperava do Brasil uma definição favorável a eles.

Depois de enfrentar inúmeras turbulências e ver seus “ídolos” europeus, Hitler e Mussolini, serem vencidos na Segunda Guerra Mundial pelas “Potências Centrais”—, que colocam fim ao sonho de domínio do mundo pelos fascistas —, Vargas começa a enfrentar sérias dificuldades para manter o controle e o poder; sua queda se torna inevitável. Em 1945, é “aconselhado” a renunciar à presidência do Brasil, mas jamais se afasta da cena política, fato constatado na sua eleição para senador e deputado federal nas eleições de 1945, mas é pelo voto do povo que, em 1950, triunfa e volta à Presidência do Brasil.

Obrigado a governar o país seguindo os princípios de uma Constituição democrática, mais uma vez Getúlio Vargas sofre grande pressão da oposição. Com o cerco se apertando cada vez mais contra ele, responde com um último e trágico ato: na manhã do dia 24 de agosto de 1954, suicida-se em seus aposentos no Palácio do Catete, num ato que exprimia não apenas o desespero pessoal, mas também um profundo significado político, fato bem evidente na carta-testamento que ele deixa à “Nação brasileira”:

---

<sup>24</sup> Discurso pronunciado a bordo do encouraçado “Minas Gerais”, capitania da esquadra nacional. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1940/21.pdf/download>. Acesso em 20 de out. de 2013.

Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História. (FAUSTO, 2001, p. 418)

Vitimado pelas ameaças reais de seus opositores e assombrado constantemente por seus medos e temores, Getúlio Vargas já havia sugerido, em seu diário, uma possibilidade de utilizar a morte como escudo contra a destruição de sua imagem de político sério e comprometido com o bem estar da coletividade e o rumo do país. Seu diário revelará a face do estadista que estava sempre em tensão entre o extremo do populismo e do autoritarismo, imagem esta criada por admiradores e detratores, e talvez por isso não conseguia contemplar a complexidade do homem público, tampouco as particularidades do homem privado: [20 de novembro de 1930] “Quantas vezes desejei a morte como solução da vida.” (VARGAS, 1995, v.1, p.27).

A historiografia tem tentado buscar respostas, seja através de pesquisas que se transformam em livros didáticos ou paradidáticos, de romances ou biografias, para elucidar os diferentes registros sobre Getúlio Vargas. Mesmo com tantas informações disponíveis e tantas pessoas interessadas em desvendar essa figura tão enigmática e controversa da História, talvez seja esse *Diário* um bom caminho para revelar, mesmo que parcialmente, as suas faces ainda desconhecidas, pois nele encontra-se, segundo sua ótica, o relato diário de treze anos significativos de sua vida.

Produzidas e guardadas em segredo, envoltas em capas artísticas, escritas à mão sobre si e, como afirmava o próprio Vargas, para si mesmo, suas anotações eram praticadas na intimidade, relatando fatos históricos e pessoais, alguns com riqueza de detalhes, outros de forma subjetiva; parecem tomar a aparência de “refúgios do eu”, repositórios de lembranças.

Registrando essas informações, Vargas parecia usar a sua escrita diária como forma de apressar em suas páginas o passar do tempo, ainda que de forma fragmentada, uma vez que ele mesmo admitia se esquecer de anotar acontecimentos decorridos, outros que teriam pouca significância ou, ainda, aqueles que eram escolhidos para serem registrados:

[8 de julho de 1940] Se eu fosse relatar tudo o que se passa comigo nesse prazo de 24 horas, as preocupações criadas pela situação de guerra na Europa, sua repercussão em nossa vida, as múltiplas ocupações da administração num vasto país cheio de problemas a resolver, encheria, de cada vez muitas páginas deste caderno. Limito-me, por isso, a uma simples anotação sumária dos fatos. (VARGAS, 1995, v.2, p. 325)

Um diário pode absorver em suas páginas tanto os grandes como os pequenos acontecimentos sem nenhuma sequência previamente estabelecida, salvo o que lhes impõe a passagem cronológica do tempo. Mesmo em se tratando de um diário, seu intervalo de escrita, paradoxalmente, não precisa ser necessariamente diária. Tal situação pode ser percebida em diversas passagens na escrita de Vargas:

[13 e 14 de novembro de 1930] atrasei-me nas anotações que vinha fazendo, e hoje, 17, ao retomar o serviço, já não posso recompor o que passou nesses dias. (VARGAS, 1995, v. 1, p. 25)

[...]

[5 a 9 de dezembro de 1930] Esqueço de tomar apontamentos durante esses dias. (VARGAS, 1995, v.1, p. 31)

[...]

[3 a 9 de janeiro de 1931] Esqueci-me de tomar notas. Várias coisas importantes aconteceram, que não guardo na memória para relatar. (VARGAS, 1995, v.1, p. 41)

[...]

[5 a 15 de fevereiro de 1931] Por esquecimento, foi interrompido este diário. É difícil recompor o que se passou, ou as impressões que ficaram. (VARGAS, 1995, v.1, p. 48)

[...]

[25 de julho a 7 de agosto de 1931] Decorreram muitos dias sem anotação das ocorrências, que ficaram esquecidas em suas minúcias. (VARGAS, 1995, v.1, p. 68)

[...]

[5 a 9 de outubro de 1933] A rapidez dos acontecimentos não me permitiu a anotação diária deste caderno, nem é possível, agora, reconstituí-la. (VARGAS, 1995, v.1, p. 242)

Na produção desse gênero, devemos pensar que existe um sujeito que escreve para si próprio, mas seus propósitos não precisam ser necessariamente claros, podem variar de

acordo com sua conveniência, com as circunstâncias do contexto ou com a vontade de registrar; está em pauta, sobretudo, a sinceridade. No entanto esta se mostra, muitas vezes, apenas aparente. Pois, embora escreva para si mesmo, aspirando a “verdade”, a subjetividade pode sobressair, dando aos fatos uma versão pessoal. Além disso, pode haver uma pretensão que o outro, algum dia, leia as suas anotações e, por elas, conheça também a intimidade de quem as escreveu e, em se tratando de Getúlio Vargas, um homem marcado pela extrema vaidade, manifesta o desejo de se mostrar um homem exemplar.

Vargas deixava escapar que estava fazendo das suas escritas uma encenação para leitores futuros; escrevia como se tivesse a ambição — embora isso negasse — de que tal diário se tornasse literatura, objeto de análise e, assim, sujeito a inúmeras interpretações. Ele já pressupunha que haveria leitores para seu diário e o direciona, de certo modo, para tais leitores, induzindo-os às pretendidas análises das suas escritas.

Mesmo afirmando que preferia ser interpretado a ter que se explicar, Vargas soube contar história e relatar a História. Seu *Diário* é uma narrativa orientada tanto para sua vida pública quanto para sua vida privada; é documento, no sentido de que nele se mostram presentes os fatos da esfera do público aliados à ordem do privado, formando uma mescla perfeita que se traduz no precioso diálogo entre História e Autobiografia; é ficção quando pensamos que sua escrita não é tão factual e a forma como se autodescreve mais parece uma construção de personagens, numa linguagem elaborada com traços de literariedade, em meio a uma ambiguidade proposital. Parafraseando Antonio Candido (1994), em *Ficção e confissão*, podemos acreditar que em toda (auto) biografia do artista, está contida uma dose de romance, uma vez que ele não consegue entrar em contato com sua própria vida sem recriá-la.

Registrar em um diário os acontecimentos que julgamos mais importantes é escrever o livro de uma vida. Anotar o nosso cotidiano, o que acontece ao nosso redor, nos permite guardar tudo o que for digno sobre a nossa vida.

Getúlio Vargas decide registrar seus feitos pessoais e políticos. Usando o diário como um confidente, em seus relatos, vai construindo um repertório de notações, um “bilhete de identidade”. Seus registros poderiam ser considerados desabafo quando se sentia sozinho, sem ter com quem falar; ali ele externava seus sentimentos, angústias, frustrações e vitórias.

Mesmo considerando suas anotações de ordem pessoal, ou se necessário, para futuras consultas, e não desejando torná-las públicas, Getúlio não estaria construindo com

seus registros um conjunto de informações que ele mesmo poderia publicar na posterioridade? Por que tratar com ricos detalhes os acontecimentos mais significativos do seu governo? Por se tratar de um diário, não seria mais interessante a presença de mais feitos pessoais, particulares e menos atos políticos, sociais?

Contemporâneo do período dos relatos do diário de Vargas, encontramos Graciliano Ramos, cuja escrita denuncia os problemas vividos por ele e por seus semelhantes no governo daquele. Um cidadão que vê, sente e pinta o mundo com as palavras torna-se vítima de um Presidente que exila e confina pessoas em ambientes sórdidos, tratando como verdadeiros párias sociais todos aqueles que iam em direção oposta aos seus ideais.

Os momentos tensos enfrentados, a convivência com toda espécie de indignidade humana, sofrendo intensamente uma verdadeira tragédia moral, tornar-se-ão pano de fundo das *Memórias do cárcere*, uma obra que une o lado informativo às impressões de Graciliano Ramos desse significativo período da História do Brasil.

### CAPÍTULO 3

#### GRACILIANO RAMOS, O HOMEM E SUAS MEMÓRIAS: A HISTÓRIA NA FICÇÃO

*Quem dormiu no chão deve lembrar-se disto, impor-se disciplina, sentar-se em cadeiras duras, escrever em tábuas estreitas. Escreverá talvez asperezas, mas é delas que a vida é feita: inútil negá-las, contorná-las, envolvê-las em gaze.*

*Graciliano Ramos, Memórias do Cárcere*

Graciliano Ramos nos presenteia com a escrita das suas memórias do cárcere, quando relata seu dia-a-dia em um testemunho da realidade de alguém que viveu em porões imundos, sofreu torturas e privações, provocadas pelo regime ditatorial instituído por Getúlio Vargas. *Memórias do Cárcere* é uma obra crítico-reflexiva, marcada pela memória do exílio interno de seu escritor-narrador-personagem, cuja narração da experiência vivida no cárcere, nos anos de 1936/1937, nos convida a uma referência sobre as péssimas condições de encarceramento em prisões brasileiras. Trata-se de uma narrativa híbrida, na qual depoimento, ensaio e ficção se enlaçam, para denunciar o longo período de autoritarismo instituído no Brasil, por Getúlio Vargas.

Ao mesmo tempo em que ele rememora a sua situação, também retrata os diversos tipos psicológicos com quem conviveu durante o cárcere. Eram dissidentes políticos, militares, profissionais liberais, intelectuais, prostitutas e ladrões. Sua situação de encarcerado despertou-lhe, desde o início, grande vontade de escrever sobre tudo o que ali vivenciou, mas não segundo um compromisso guiado pela linguagem denotativa, — que

tão somente se marca por um discurso de referencialidade —, mas guiado pelo desejo de externar emoções, de desabafar, de soltar o grito por tanto tempo abafado.

No decorrer da narrativa, estabelece uma aguçada crítica ao sistema político vigente, considerando este como um grande cárcere não só para os revolucionários, como também para o povo, dado à opressão estabelecida pelo regime da época.

Luiz Costa Lima (2006) considera que “as *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos, sendo predominantemente memórias, não deixam de ser, ao mesmo tempo, autobiografia” (p. 353).

Em outra obra sua, *Sociedade e discurso ficcional*, afirma que o autor de uma obra autobiográfica não pode ser considerado um historiador, entretanto, sua escrita também não deve ser concebida como um romance puramente ficcional. Considerando a autobiografia um gênero híbrido entre a história e a ficção, portanto, por mais que o autor possua a busca da verdade como referência, sua narrativa não conseguirá se libertar totalmente do ficcional e nem estará sob seu completo domínio.

O relato autobiográfico tem a pretensão de se organizar em uma sequência ordenada, como se o biografado buscasse um sentido de vida, o qual daria significado aos acontecimentos que a preenchem. A vida quando se transforma numa história, perfazendo um caminho linear, nos fazendo supor uma finalidade para essa “trajetória”. Todos os momentos evocados devem, portanto, aludir a uma imagem deslocada da memória, um projeto de autorrepresentação que subjuga esta rememoração e a transforma em nova representação mimética, mais próxima do ficcional.

O ponto central de uma escrita autobiográfica encontra-se, portanto, na mobilização da memória para buscar, no passado, a matéria que permeará sua escrita e, num encadeamento lógico, se configurar nas circunstâncias do presente. São essas circunstâncias que envolvem os valores éticos e preceitos do indivíduo; projeto e rememoração associam-se para dar significado a suas ações.

Em *Mimesis: Desafio ao Pensamento*, Luiz Costa Lima (2000), também considera a relação autor e leitor. Afirma ser a leitura crítica um conjunto de sinais, os quais ao invés de recuperar o real, apenas o indiciam. Dessa forma, cabe ao autor distanciar-se da intenção de uma linguagem com extrema exigência de transparência, possibilitando assim, construir um texto permeado pela imitação da realidade. Ao considerar o processo de constituição da representação, Costa Lima abre caminhos para investir na ideia que um

texto não se encerra em si mesmo. Na recepção da obra, cabe ao leitor, extrair a intenção do autor, pois através da sua interpretação, é possível pressupor uma representação.

Cruzando História e Literatura, Graciliano Ramos, ao rememorar e registrar as reminiscências em sua obra e ao mesmo tempo (re) significar um passado constrói instrumentos e estratégias em uma tentativa de instituir um processo de mudança e transformação do momento em que vive. Revela, na sua “trajetória individual”, as transformações, as permanências e a simultaneidade em sua vida, consequentemente, na sociedade da qual faz parte. Nesse sentido, podemos encontrar parte da obra de Graciliano Ramos como uma escrita de si, uma escrita da História, partindo da sua memória.

### 3.1. *Memórias do cárcere*: a ficção reescreve o fato

Em março de 1936, Graciliano é detido em Alagoas. Transportado nos porões do navio “Manaus” para o Rio de Janeiro, permaneceu na Casa de Detenção, rumando, depois, em direção ao “inferno”: a Colônia Correcional de Ilha Grande. Durante o seu período de encarceramento, Graciliano Ramos, afirma ter feito minuciosas anotações sobre a vida na cadeia, que lhe serviriam para a escrita de *Memórias do Cárcere*, de publicação póstuma. Posteriormente, Ramos relata ter tido que se livrar de tais apontamentos, sob o risco de estes serem usados como prova em uma possível acusação formal contra ele:

Quase me inclino a supor que foi bom privar-me desse material. Se ele existisse, ver-me-ia propenso a consultá-lo a cada instante, mortificar-me-ia por dizer com rigor a hora exata de uma partida, quantas demoradas tristezas se aqueciam ao sol pálido, em manhã de bruma, a cor das folhas que tombavam das árvores, num pátio branco, as formas dos montes verdes, tintos de luz, frases autênticas, gestos, gritos, gemidos. Mas que significa isso? Essas coisas verdadeiras podem não ser verossímeis. (RAMOS, 2011, p. 14)

É interessante observar que ao afirmar “Essas coisas verdadeiras podem não ser verossímeis.”, o escritor lembra um princípio básico da Literatura, mostrando que, nesta obra, a verossimilhança — a semelhança com a verdade — faz-se mais importante do que a verdade mesma. *Memórias do cárcere* apresenta um capítulo explicativo dessas relações, o primeiro, considerado como um “capítulo-prefácio”.

No artigo intitulado “O efeito de real”, Barthes (1984, p.131), considera essa inclusão de elementos na narrativa que façam parecer ou simular o real. Para Barthes (1984, p.135), esse efeito de real é:

como se, por uma exclusão de direito, aquilo que vive não pudesse significar — e reciprocamente. A resistência do “real” [...] à estrutura é muito limitada na narrativa fictícia, construída, por definição, de acordo com um modelo que, nas suas grandes linhas, não conhece outras exigências para além das do inteligível; mas esse mesmo “real” torna-se a referência essencial da narrativa histórica, que supostamente relata “aquilo que aconteceu realmente”: que nos importa então a

infuncionalidade de um pormenor, a partir do momento em que ele denote “aquilo que aconteceu”?

O resultado, portanto, alcançado por um texto, supõe diretamente a relação de reconhecimento que o leitor estabelece com o que lhe é apresentado, fazendo com que este acredite ou não na verdade do texto.

O próprio Graciliano Ramos esclarece ao seu leitor que não tem a pretensão de transformar as suas memórias num romance puramente ficcional, pois os personagens existiram (em carne e osso); mas o adverte de que os acontecimentos narrados podem ser frutos de sua imaginação:

Também me afligi a ideia de jogar no papel criaturas vivas, sem disfarces, com os nomes que têm no registro civil. Repugnava-me deformá-las, dar-lhes pseudônimo, fazer do livro uma espécie de romance; mas teria eu o direito de utilizá-las em história presumivelmente verdadeira? Que diriam elas se se vissem impressas, realizando atos esquecidos, repetindo palavras contestáveis e obliteradas? (RAMOS, 2011, p. 11)

Desta feita, ao escrever suas memórias, ressalta as suas convicções políticas, sociais e pessoais. Faz uma profunda leitura da sociedade da qual faz parte. Sua obra consegue produzir um documento, um testemunho de sua época.

Mostra-se preocupado em registrar os fatos contados por ele mesmo, mas deixa claro que a sua obra deve ser tratada, concebida como memorialista. O uso do termo “memórias”, que aparece no título, pode ser significativo e deve receber algumas considerações. Na obra *A memória, a história e o esquecimento*, Paul Ricoeur (2007), se não esclarece, pode nos dar uma pista para elucidar a questão, quando nomeia aquilo de que nos lembramos como lembranças, o que exige de nós um esforço de retomada do passado:

Buscamos aquilo que tememos ter esquecido, provisoriamente ou para sempre, com base na experiência ordinária da recordação, sem que possamos decidir entre duas hipóteses a respeito da origem do esquecimento: trata-se de um apagamento definitivo dos rastros do que

foi aprendido anteriormente, ou de um impedimento provisório, este mesmo eventualmente superável, oposto à sua reanimação? Essa incerteza quanto à natureza profunda do esquecimento dá à busca o seu colorido inquieto. (RICOEUR, 2007, p. 46)

Se por “impedimento provisório” ou “apagamento definitivo dos rastros”, Graciliano Ramos apresenta, no próprio título, o seu propósito mais evidente — relatar a experiência do cárcere a partir de suas reminiscências —, reescreve paralelamente a historiografia oficial dos anos 1930, o que lhe permite construir sua relação com o “outro”, o leitor, pois à medida que narra sua história lado a lado com os fatos históricos, oferece ao interlocutor a possibilidade de, em meio à “ficção”, percorrer um dos períodos mais conturbados da História do Brasil:

O mundo se tornava fascista. Num mundo assim, que futuro nos reservariam? Provavelmente não havia lugar para nós, éramos fantasmas, rolaríamos de cárcere em cárcere, findaríamos num campo de concentração. Nenhuma utilidade representávamos na ordem nova. Se nos largassem, vagariamos tristes, inofensivos e desocupados, farrapos vivos, fantasmas prematuros; desejaríamos enlouquecer, recolhermo-nos ao hospício ou ter coragem de amarrar uma corda ao pescoço e dar o mergulho decisivo. Essas ideias, repetidas, vexavam-me; tanto me embrenhara nelas que me sentia inteiramente perdido. (RAMOS, 2011, p. 160-61)

O autor-narrador-personagem começa a registrar suas memórias em 1946; mas os acontecimentos são narrados com datação a partir de março de 1936, quando é preso. Na composição da obra, dividida em quatro partes — *Viagens*, *Pavilhão dos Primários*, *Colônia Correccional* e *Casa de Correção* —, há amostras de como eram tratados os presos pelo Estado, em meio à construção de um percurso, revelador do calvário do protagonista<sup>25</sup>.

De cárcere em cárcere, os fios vão sendo tecidos e a história da prisão de Graciliano Ramos é construída. A primeira parte da obra, denominada *Viagens*, relata desde os

---

<sup>25</sup> A obra contém ainda uma explicação final, escrita pelo filho de Graciliano, Ricardo Ramos, sobre as últimas páginas do livro, referentes à libertação do escritor, que deixaram de ser escritas devido ao seu falecimento. Além desta, há o posfácio escrito por Wander Melo Miranda, que integra a edição 45 de 2011, em volume único.

acontecimentos que antecederam a prisão de Graciliano Ramos, em Maceió, narrando parte da sua vida no interior de Alagoas, bem como as atividades profissionais por ele desenvolvidas. Ressaltamos que esse encarceramento não foi marcado por interrogatório e nem mesmo por acusação ou processo formal, como é confirmado por sua escrita:

Nada afinal do que eu havia suposto: o interrogatório, o diálogo cheio de alcapões, alguma carta apreendida, um romance com riscos e anotações, testemunhas sumiram-se. Não me acusavam, suprimiam-me. Bem. Provavelmente seria inquirido no dia seguinte, acareado, transformado em autos. Que horas seriam? (RAMOS, 2011, p. 31)

Da reclusão até sua chegada ao Pavilhão dos Primários, são narradas as viagens realizadas por vários tipos de cárcere e os curtos espaços de tempo neles permanecidos. O escritor é conduzido ao 20º Batalhão de Alagoas, ainda em Maceió, passando ali algumas horas: “Chegamos ao quartel do 20.º Batalhão. Estivera ali em 1930, envolvera-me estupidamente numa conspiração besta com um coronel, um major e um comandante de polícia, e vinte e quatro horas depois achava-me preso e só.” (RAMOS, 2011, p. 29-30).

Depois, conduzido de trem para Recife, onde fica detido por alguns dias:

Agadanhavam-me e, depois de uma noite de insônia, despachavam-me para o Recife. Que diabo queriam de mim no Recife? Capricho. Certamente me forçariam a interrogatórios morosos, testemunhas diriam cobras e lagartos, afinal me chegaria uma condenação de vulto. Sem dúvida. Quais seriam os meus crimes? Não havia reparado nos enxertos em 1935 arrumados na constituição. Num deles iria embrulhar-me. A conjectura de que me largariam ao cabo de dois ou três dias, por falta de provas, sumiu-se. Aquela transferência anunciava demora. (RAMOS, 2011, p. 39)

As dúvidas e as incertezas quanto ao seu destino começam a inquietar Graciliano, pois por mais que ele buscasse motivos que pudessem explicar a sua prisão, estes não apareciam em seus pensamentos. Se ainda não tinha conseguido a resposta para o seu encarceramento, agora ele questionava a sua estada em Recife. Saber o que viria a acontecer parecia algo que começava a criar uma grande inquietação. Mal sabia ele que seu calvário ainda se rascunhava; seu próximo destino seria a partida, no porão do navio

“Manaus”, rumo ao “sul do país”: “[...] — Viajar. Para onde? Essa ideia de nos poderem levar para um lado ou para outro, sem explicações, é extremamente dolorosa, não conseguimos familiarizar-nos com ela.” (RAMOS, 2011, p. 42).

Quase enjaulados no referido porão, Graciliano e outros presos começam uma “nova fase” do suplício, convivendo num exíguo espaço com vagabundos e ladrões. Como se não bastasse, os presos ainda eram obrigados a presenciar cenas de promiscuidade, disputar com a sujeira um canto com certo “conforto”, além de serem submetidos ao fedor e ao calor intensos. Uma cena do horror poderia ser vista quando os homens dormiam em redes ou no chão junto a cascas de laranjas, vômitos e urina. Parecia mais um conjunto de cadáveres sonâmbulos num cemitério: “era como se me achasse numa vala, único sobrevivente no meio de cadáveres, e nas grades do cemitério surgia de quando em quando um rosto de demônio, a vigiar-nos.” (RAMOS, 2011, p. 182). Um verdadeiro horror e a mais pura degradação humana anunciava-se:

A minha educação estúpida não admitia que o ser humano fosse batido e pudesse conservar qualquer vestígio de dignidade (...) era a degradação irremediável. Lembrava o eito, a senzala, o tronco, o feitor, o capitão-domato. O relho, a palmatória, sibilando, estalando no silêncio da meia-noite, chumaço de pano sujo na boca de um infeliz, cortando-lhe a respiração. E nenhuma defesa: um infortúnio sucumbido, de músculos relaxados, a vontade suspensa, miserável trapo. Em seguida o aviltamento. (RAMOS, 2011, p. 121)

Graciliano tece uma severa crítica ao sistema político brasileiro, de maneira bastante explícita, tanto que o narrador compara a situação vivenciada à época da escravidão, quando os negros eram punidos e maltratados, a mando dos senhores. Escravidão e cárcere se equivalem quando se trata da ausência de liberdade, da existência da violência, da submissão e da degradação do ser humano. O preso do sistema autoritário sofre as torturas, a mando do governo.

A próxima parada dessa viagem, que começara em Alagoas, é marcada, finalmente, pela chegada ao “Pavilhão dos Primários” <sup>26</sup>. Sob título homônimo, a segunda parte se

---

<sup>26</sup> Anexo da Casa de Correção do Rio de Janeiro, composto em sua maioria por presos políticos de várias regiões, credos e nacionalidades.

refere aos acontecimentos no período em que Graciliano esteve preso (cerca de quatro meses) anexo à “Casa de Correção”, no Rio de Janeiro.

As características do local e as primeiras impressões já demonstram o tratamento que ali receberiam:

Descemos, tomamos lugar na fila organizada para o almoço. Junto à grade, mexendo em caixões e sacos, faxinas se atarefavam na distribuição da comida. Examinei-a de longe, considerei-a suportável. O apetite não me vinha, contudo achei-me capaz de engolir qualquer coisa. Afastadas as marmitas de folha e a horrível imundície do porão, o torpor do estômago iria desaparecer. Avizinhei-me, recebi um prato, uma laranja e uma banana, voltei ao cubículo. Ofereceram também aos recém-chegados canecos de alumínio. A falta de mesa me atrapalhava, servi-me com dificuldade, na cama. Não havia faca nem garfo, uma colher apenas. (RAMOS, 2011, p. 194)

A passagem revela as condições dos presos no pavilhão, evidenciando que ali a condição humana não era levada em consideração. Situação pior só seria vivida na “Colônia Correcional”. Mesmo em meio às tormentas, o narrador conhece, nesse único espaço, os mais diferentes tipos de pessoas, rendendo-se a momentos de prosa: [...] “havia ali pequeno-burgueses e operários, homens cultos e gente simples. [...] Engenheiros, médicos, bacharéis;” [...] (RAMOS, 2011, p. 197). E entre os presos, Graciliano, que sempre se considerou um homem desconfiado, acostumado com o silêncio, observa que existe ali um espírito de cordialidade: “Percebi entre os meus companheiros uma esquisita amabilidade antes de pedir, ofereciam. Alguém me veio perguntar se necessitava qualquer coisa, dinheiro, cigarros” (RAMOS, 2011, p. 198), bem como de coletividade: “[...] admirava-me do Coletivo, das lições, especialmente da perícia daqueles cidadãos na exposição de ideias em conversas simples e claras” (RAMOS, 2011, p. 202), porém o clima de opressão é intenso: os policiais frequentemente abusavam da tortura física e da pressão psicológica. O dia posterior era sempre uma incerteza:

Que nos poderia acontecer? Seríamos postos em liberdade ou continuaríamos presos. Se nos soltassem, bem: era o que desejávamos. Se ficássemos na prisão, deixar-nos-iam sem processo ou com processo. Se não nos processassem, bem: à falta de provas, cedo ou tarde nos

mandariam embora. Se, nos processassem, seríamos julgados, absolvidos ou condenados. Se nos absolvessem, bem: nada melhor, esperávamos. Se nos condenassem, dar-nos-iam pena leve ou pena grande. Se se contentassem com a pena leve, muito bem: descansaríamos algum tempo sustentados pelo governo, depois iríamos para a rua. Se nos arrumassem pena dura, seríamos anistiados, ou não seríamos. Se fôssemos anistiados, excelente: era como se não houvesse condenação. Se não nos anistassem, cumpriríamos a sentença ou morreríamos. Se cumpríssemos a sentença, magnífico: voltaríamos para casa. Se morrêssemos, iríamos para o céu ou para o inferno. Se fôssemos para o céu, ótimo: era a suprema aspiração de cada um. E se fôssemos para o inferno? A cadeia findava aí. Realmente ignorávamos o que nos sucederia se fôssemos para o inferno. Mas ainda assim não convinha alarmar-nos, pois essa desgraça poderia chegar a qualquer pessoa, na Casa de Detenção ou fora dela. (RAMOS, 2011, p. 219)

O que o futuro reservava a esses presos atordoava a cada dia, fato que criava um clima de angústia: “A minha situação não melhorava nem piorava. Ausência de processo, nenhuma testemunha; adiava-se, provavelmente não se realizaria o interrogatório longamente esperado.” (RAMOS, 2011, p. 274).

A sobrevivência na prisão se assemelha a uma caçada, “[...] cheia de tocaias e mundéus traiçoeiros.” (RAMOS, 2011, p. 243). E, nessa caçada, “[...] a eliminação de uma vida pouco influiria no cadastro policial: uma vida a menos.” (RAMOS, 2011, p. 316).

O governo ditatorial de Vargas é desmascarado na obra, e lacunas ainda encobertas pela História oficial, podem ser reveladas:

Entre o chamado e a última palavra uma pausa se alargara, talvez com o intuito perverso de dar ao infeliz uma esperança tênue. Pata macia de gato acariciando um rato. Em horas assim este se encolhe cheio de pavor, agarra-se a ilusões fugitivas, busca imaginar ocorrências vulgares: ida à secretaria, visita inesperada, uma carta improvável. Engana-se voluntariamente, esforça-se por afastar a lembrança das torturas, ali visíveis na pele, desalenta-se ouvindo as sílabas fatais, e a significação delas surge clara: perguntas invariáveis multiplicadas, a exigir denúncia, a teimosia do paciente punida com sevícias: golpe de borracha, alicate nas unhas, o fogo do maçarico destruindo carnes. (RAMOS, 2011, p. 348)

Podemos imaginar as atrocidades praticadas pela polícia e a dor, tanto física quanto psicológica, suportada pelos prisioneiros, o que poderia marcá-los pelo resto de suas existências. Se a vida no “Pavilhão dos Primários” fazia-se lastimável por tantos atritos e ofensas, a penúria física e mental torna-se ainda mais miserável quando surge a “lista” de presos a serem transferidos. A retirada de um grande número de presos os assusta e os leva aos piores pressentimentos; fazendo emergir o fantasma da “Colônia Correcional”, espaço da completa degradação.

A terceira parte, *Colônia Correcional*<sup>27</sup>, é uma referência aos momentos vividos por Graciliano Ramos na temida “Colônia Correcional da Ilha Grande”, no Rio de Janeiro. Nela, assistimos aos momentos mais difíceis de sua estada no cárcere, ao ápice da degradação do ser humano: “O ar estava nauseabundo e empestado, havia certamente nas proximidades um bicho morto a decompor-se.” (RAMOS, 2011, p. 418). Apesar do adjetivo presente no nome — “Colônia Correcional” —, na verdade não havia nada a ser corrigido, pois a realidade encontrada ali era a mais pura e dura crueldade que se pratica contra um ser humano: situação que pode ser vista nas palavras de um dos guardas da prisão: [...] “Vocês não vêm corrigir-se, estão ouvindo? Não vêm corrigir-se: vêm morrer.” (RAMOS, 2011, p. 429).

Neste momento, o narrador faz uma reflexão sobre o que acontecia, não apenas a ele, mas a toda uma sociedade, então privada de todos os seus direitos, inclusive o de viver. Mas a morte não chegava depressa, pois parecia que matar aos poucos era a melhor forma de vingança, mesmo àqueles que nem sabiam se eram e nem do que eram culpados:

Várias pessoas estavam ali sem processo, algumas deviam quebrar a cabeça a indagar porque as tratavam daquele jeito; não havia julgamento e expunham claro o desejo de assassiná-las. Não nos faziam ameaça vã, como notei depois. Atanazavam-me as palavras do caolho: todos iguais, nenhum direito, os soldados podiam jogar-nos impunemente no chão, rolar-nos a pontapés. E finar-nos-íamos devagar. Isso me trouxe ao pensamento a brandura dos nossos costumes, a índole pacífica nacional apregoada por sujeitos de má fé ou idiotas. Em vez de meter-nos em forno crematório, iam destruir-nos pouco a pouco. (RAMOS, 2011, p. 429)

---

<sup>27</sup> Colônia Correcional: local onde se misturavam presos políticos e ladrões de terceira categoria

Era a mais pura demonstração de que os direitos, mesmo os básicos de um ser humano não existiriam mais para aqueles que se encontravam naquele espaço: “— aqui não há direitos. Escutem. Nenhum direito. Quem foi grande esqueça-se disto. Aqui não há grandes. Tudo igual.” (RAMOS, 2011, p. 429). Graciliano sente os horrores do espaço em que se encontravam, quando passa mal e precisa ir ao banheiro: “[...] sem vasos, buracos apenas, lavados por frequentes descargas rumorosas.” (RAMOS, 2011, p. 441). Era um quadro inverossímil, um cenário dantesco, imprimindo ao narrador a sensação de pesadelo:

As pessoas agachadas contorciam-se em longos tenesmos, retardavam-se arfando; limpavam-se em farrapos, lenços, fraldas de camisas, erguiam-se exaustas, e ao cabo de minutos, várias iam de novo contrair-se numa cauda de fila. Passariam a noite a arrastar-se na viagem de alguns metros, nas horríveis estações. Os sucessivos jatos de água lavavam nádegas. Apesar disso, havia filetes de sangue, às margens das latrinas, coágulos de sangue. (RAMOS, 2011, p. 442)

Os homens contorciam-se de dor, sentiam cólicas prolongadas e violentas, porque, no feijão, eram misturados excrementos de ratos e potassa, daí esse pesadelo, numa fase bastante dolorosa, uma verdadeira prisão física e espiritual, acompanhada de uma perda de identidade à medida que seus nomes eram substituídos por algarismos. Se pensarmos em desumanização, aqui está a mais pura retratação da mesma. A situação vivida na Colônia Correcional torna-se tão desesperadora que sair dali, mesmo que fosse para um retorno ao “Pavilhão dos Primários”, já seria um alívio.

A quarta e última parte do livro, *Casa de Correção*, relata o retorno de Graciliano Ramos à “Casa de Correção”<sup>28</sup>, última estação da viagem. Graciliano e alguns outros presos que conseguiram sobreviver ao verdadeiro inferno da Colônia, são transferidos novamente. Nos detentos, observava-se uma verdadeira desfiguração: eram fantasmas, cadáveres que ainda se moviam: “Sentimos em demasia, e o pensamento já não existe: funciona e para. Querem reduzir-nos a máquinas. Máquinas perras e sem azeite. Avançamos, recuamos — nem sabemos para onde nos levam.” (RAMOS, 2011, p. 575). Estar naquele ambiente assemelhava-se a viver uma situação fantasmagórica: “tínhamos a impressão de nos acharmos num cemitério.” (RAMOS, 2011, p. 645).

---

<sup>28</sup> Ao sair da Colônia Correcional, Graciliano passa pela Polícia Central e depois é levado de volta à Casa de Correção, no Rio de Janeiro.

Após a sua permanência no cárcere, rolando para cima e para baixo, durante longos meses, Graciliano se pergunta como seria a sua vida em liberdade: “A perspectiva de liberdade assustava-me. Em que iria ocupar-me? Era absurdo confessar o desejo de permanecer ali, ocioso, inútil, com receio de andar nas ruas, tentar viver, responsabilizar-me por qualquer serviço.” (RAMOS, 2011, p. 659).

Ao tomar conhecimento de que teria um advogado para sua defesa, Graciliano Ramos sente, a princípio, um verdadeiro conflito interior, pois alguém se preocupar com a sua defesa seria perder tempo, já que ele se considerava apenas um preso vagabundo, refugado num cárcere. Ele, que sempre questionou a falta de um processo, de uma acusação formal, de inquéritos, de interrogatórios, passa a considerar que seria impossível preparar uma defesa se nem existia acusação. Mas numa conversa com Sobral Pinto, seu advogado constituído, uma advertência o faz refletir sobre sua situação:

- Ora, doutor, para que tantas minúcias? Como é que o senhor vai preparar a defesa se não existe acusação?
- O advogado estranhou a minha impertinência. Em que país vivíamos ? Era preciso não sermos crianças.
- Não há processo.
- Dê graças a Deus, replicou o homem sagaz espetando-me com o olhar duro de gavião. Por que é que o senhor está preso?
- Sei lá! Nunca me disseram nada.
- São uns idiotas. Dê graças a Deus. Se eu fosse chefe de polícia, o senhor estaria aqui regularmente, com processo.
- Muito bem. Onde é que o senhor ia achar matéria para isso, doutor?
- Nos seus romances, homem. Com as leis que fizeram por aí, os seus romances dariam para condená-lo. (RAMOS, 2011, p. 660-61)

Graciliano jamais pensara que seus romances fossem capazes de condená-lo, pois sempre considerou que sua literatura era chinfrim, seria absurdo julgar que histórias simples, constituíssem arma contra um governo tão poderoso. Isso não seria motivo para que ele se sentisse culpado. A única certeza que parecia ter, naquele momento, era a incerteza em relação à sua situação, pois tudo poderia acontecer: passar o resto da sua vida na Colônia, conseguir resistir aos tratamentos recebidos, livrar-se do cárcere e reconstituir sua vida fora da cadeia e acomodar-se outra vez acreditando que nada poderia fazer, pois aquele ambiente o tornava cada vez mais fraco e sem alma. Vivia, naquele momento, a situação de alguém que não pode conduzir seu próprio destino.

A quarta parte de *Memórias do cárcere* é interrompida no 27º capítulo, deixando a obra com aparência de inacabada e, mesmo sem a parte final, é publicada em 1953. Os acontecimentos posteriores a esse capítulo já nos mostram Graciliano Ramos fora da prisão, assim, história narrada seria da sua vida em liberdade. Assim, deixar a obra inacabada, pode ser analisado como um gesto intencional?<sup>29</sup> O “desfecho” se apresenta um tanto abrupto, com a narração de uma pequena rebelião na “Sala da Capela”, motivada pela falta de entendimento, constantemente existente entre os presos, sobretudo no que se refere à postura ideológica. Segundo Ricardo Ramos, filho do segundo casamento de Graciliano, faltava apenas um capítulo para concluir as memórias, em que o pai trataria das primeiras sensações da liberdade assustadora a que fora exposto — seus medos em relação ao futuro, o peso de um passado que o esmagava e do qual não poderia nunca se livrar.

Mas falar sobre os horrores nem sempre é uma tarefa fácil, criando uma situação antagônica entre a vontade de contar e uma incapacidade crescente desse contar, “porque nunca houve experiências mais radicalmente desmoralizadas que a experiência estratégica pela guerra de trincheira, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela fome, a experiência moral pelos governantes” (BENJAMIM, 1994, p. 115). A maior parte das experiências significativas, como a guerra e a industrialização, fica incomunicável. O narrador acaba sendo privado da “faculdade de intercambiar experiências” (BENJAMIN, 1994, p. 198). A narração, na modernidade, ainda segundo Benjamin, é substituída pela informação, que já vem deglutida, interpretada; daí resulta o empobrecimento da experiência.

A partir das suas memórias, Graciliano Ramos lança um novo olhar sobre o passado, permitindo-nos entender o contexto fora da prisão pela visão de quem esteve lá dentro. Constrói, assim, um texto ficcional que nos concede um olhar para a História, mesmo que este seja composto por um discurso articulado por quem rememora — recurso possível a quem resolve contar as suas experiências. No universo das memórias de Graciliano Ramos, conseguimos perceber os diferentes setores da sociedade que vive num mesmo espaço coletivo e a organização deste espaço dentro do presídio. Enquanto sujeito da enunciação, ele reflete sobre o próprio enunciado.

---

<sup>29</sup> Na explicação final da edição 45 de 2011, em volume único, o filho de Graciliano Ramos, Ricardo Ramos, relata conversa com seu pai sobre o último capítulo do livro que escrevia:

— Que pretende com o último capítulo?

Sensações de liberdade. A saída, uns restos de prisão a acompanhá-lo em ruas quase estranhas.

No que diz respeito à temporalidade e à noção de espaço, podemos pensar na demora da escrita das suas memórias do cárcere como uma tentativa de reconstrução dessas dimensões na vida de um sobrevivente, uma vez que o tempo vivido na prisão representaria um tempo de difícil pensar, de quase impossível expressar, tempo inerte e, por assim dizer, um “não-tempo”. O esforço de sobreviver buscando forças para resistir à violência pode apagar da memória alguns fatos que aconteceram antes e anular a esperança dos acontecimentos que poderiam vir depois. Entende-se, num primeiro momento, que o indivíduo tenha temporariamente morrido, pois vive a sensação de um sobrevivente, que mesmo tendo escapado da morte, esteve bem perto dela, por isso mesmo intenta apagar resquícios de consciência.

As experiências vividas por Graciliano Ramos como encarcerado, a convivência com seres humanos que partilhavam com ele as sensações de viver num cárcere, trazem no seu interior um conteúdo traumático. O indivíduo, diante de um acontecimento traumático, encontra-se machucado, sofrendo as dores físicas e morais, e a cura — suas possibilidades imediatas de superação — parece ficar mais distante.

Na condição de sobrevivente, podemos considerar que Graciliano Ramos possuía, basicamente, dois sentimentos, mesmo que paradoxais, em relação às lembranças que pudessem intervir no ato de contar suas experiências vividas na prisão. O primeiro é o do silêncio, sugerindo que o não contar seria uma forma justa para esquecer, enclausurando as imagens, os sons e os cheiros do sofrimento para que o tempo se encarregasse de apagá-los. O segundo é narrar, pois poderia ser outra maneira de se libertar de tudo que pudesse provocar qualquer dor ou lembrança amarga. Mas a tarefa do narrador é dolorosa e ambígua. O confronto constante com a memória do cárcere — a ferida aberta, as lembranças de um período marcante na vida de alguém que mudou seu percurso em função de uma prisão — envolve tanto a resistência quanto a superação.

Ramos esclarece ao leitor que os outros exigem dele o relato de suas experiências — essa narrativa do passado —, e considera a exigência justa: “Acho que estão certos: a exigência se fixa, domina-me.” (RAMOS, 2011, p. 13). O próprio Graciliano considera justo contar ao mundo o que viveu no cárcere, mesmo que tenha perdido as diversas anotações que fez durante o período em que esteve preso:

Não conservo notas: algumas que tomei foram inutilizadas, e assim, com o decorrer do tempo, ia-me parecendo cada vez mais difícil, quase impossível, redigir esta narrativa. Além disso, julgando a matéria superior às minhas forças, esperei que outros mais aptos se ocupassem dela. (RAMOS, 2011, p. 11)

Talvez por esse motivo, uma de suas preocupações é a pessoa do discurso de que fará uso durante a narração. Uma vez decidido a contar as suas experiências, Graciliano menciona, numa espécie de justificativa — fato que pode ser observado em passagens do primeiro capítulo —, que, em *Memórias do cárcere*, Graciliano usa o pronome “eu” para revelar “o outro”:

Desgosta-me usar a primeira pessoa. Se se tratasse de ficção, bem: fala um sujeito mais ou menos imaginário; fora daí é desagradável adotar um pronomezinho irritante, embora se façam malabarismos para evitá-lo. Desculpo-me alegando que ele me facilita a narração. Além disso, não desejo ultrapassar o meu tamanho ordinário. Esgueirar-me-ei para os cantos obscuros, fugirei as discussões, esconder-me-ei prudente por detrás dos que merecem patentear-se. (RAMOS, 2011, p. 15)

Nas considerações de Wander Melo Miranda, a obra de Graciliano Ramos é entrecortada por lapsos, lacunas, vestígios de memória: [...] “são as idas-e-vindas, interrupções e retomadas da matéria narrada, as anexações parciais e nunca integrais dos conteúdos da experiência, as reminiscências arredias a articulações definitivas.” (MIRANDA, 2009, p. 121). Ao ler *Memórias do Cárcere*, devemos pensar que os “vestígios” reminiscentes no autor foram transformados em palavras na mais pura honestidade, levando-nos a deduzir que estamos lendo a escrita de um “eu” que quer ser o mais autêntico e verossímil possível:

Nesta reconstituição de fatos velhos, neste esmiuçamento, exponho o que notei, o que julgo ter notado. Outros devem possuir lembranças diversas. Não as contesto, mas espero que não recusem as minhas: conjugam-se, completam-se e dão hoje impressão de realidade. (RAMOS, 2011, p. 15)

Mesmo assim o fazendo, parece-nos que ainda permanece no autor e no homem certo receio, certa ponderação ao falar sobre questões políticas, fazendo emergir um estilo enxuto, “seco”, mas denso. Em uma entrevista a Joel Silveira— Casa de Graciliano Ramos, Palmeira dos Índios — em 1948, ele explica:

Deve-se escrever da mesma maneira como as lavadeiras lá de Alagoas fazem seu ofício. Elas começam com uma primeira lavada, molham a roupa suja na beira da lagoa ou do riacho, torcem o pano, molham-no novamente, voltam a torcer. Colocam o anil, ensaboam e torcem uma, duas vezes. Depois enxáguam, dão mais uma molhada, agora jogando a água com a mão. Batem o pano na laje ou na pedra limpa, e dão mais uma torcida e mais outra, torcem até não pingar do pano uma só gota. Somente depois de feito tudo isso é que elas dependuram a roupa lavada na corda ou no varal, para secar. Pois quem se mete a escrever devia fazer a mesma coisa. A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer. (SILVEIRA, 1998, p. 284)

Graciliano Ramos, no decorrer de sua vida literária, conseguiu dar ao seu regionalismo um tom universalizante, pela análise psicológica das personagens e suas reflexões em face dos problemas enfrentados. Entretanto, talvez em virtude do meio agreste em que viveu e que decidiu apresentar em sua obra, acaba por produzir, também, uma linguagem enxuta, seca, concisa, mas decisivamente densa, fruto de uma intensa prática de escrita.

Uma linguagem ao mesmo tempo seca e afetiva, marcada por frases curtas e precisas: muita informação traduzida em poucas palavras. Uma escrita de cárcere. Como o próprio Graciliano afirma, deve-se escrever de maneira enxuta, pois somente assim se consegue dizer o que realmente precisa ser dito.

Ao fazer a leitura de *Memórias do cárcere*, podemos constatar que as enunciações vão sendo feitas, mas não percebemos sinais de deformação ou intervenção do narrador — mesmo que eles possam ocorrer —, pois ele se coloca em um plano secundário, não se transformando (apesar de ser, simultaneamente, autor, narrador e personagem) no centro dos acontecimentos. Esse é um aspecto que demonstra uma forte característica do estilo da escrita e do comportamento de Graciliano Ramos: a considerável habilidade para observar e analisar situações com imparcialidade e lucidez.

Ao narrar as *Memórias do cárcere*, Graciliano, como já referido, se revela num eu discreto. Constatamos tal discrição em diversas passagens do texto: Graciliano Ramos não ser chamado pelo próprio nome pelos demais prisioneiros, pelas autoridades, ou mesmo pelos familiares e amigos. No lugar do verdadeiro nome, comumente aparece a designação de “fulano”: “—Adeus, Fulano. Até a volta”. (RAMOS, 2011, p. 37); em outra passagem — em que Hermes Lima procura-o, querendo conhecê-lo: “— Quem de vocês é o Fulano”? (RAMOS, 2011, p. 286) ou, ainda, quando o oficial Euclides de Oliveira desculpa-se com Graciliano, depois de um mal - entendido: “—Fulano, venho pedir-lhe desculpa. Fui injusto com você há pouco”. (RAMOS, 2011, p. 327). Tratamento semelhante é percebido quando Graciliano se refere à sua mulher, Heloísa Ramos, e aos seus filhos. São designados por “minha mulher”, “meu filho mais velho” e “as crianças mais novas”.

O narrador das memórias mostra-se *a priori* resistente ao processo de rememoração e registro dos acontecimentos, mas quando decide fazê-lo, expressa comprometimento com o passado de angústia, embora, na realização da escrita, goze de liberdade. Assim, não promete relatar a verdade e até mesmo questiona se o que vai narrar é uma história (supostamente) verdadeira; quer apenas oferecer ao leitor a sua percepção a respeito do passado, pois, fora obrigado a se desfazer de suas anotações, fato que não impediu sua escrita:

E se esmoreceram [coisas verdadeiras], deixá-las no esquecimento: valiam pouco, pelo menos penso que valiam pouco. Outras, porém, conservaram-se, cresceram, associaram-se, e é inevitável mencioná-las. Afirmarei que sejam absolutamente exatas? Leviandade. Em conversa ouvida na rua, a ausência de algumas sílabas me levou a conclusão falsa — e involuntariamente criei um boato. Estarei mentindo? Julgo que não. Enquanto não se reconstituírem as sílabas perdidas, o meu boato, se não for absurdo, permanece, e é possível que esses sons tenham sido eliminados por brigarem com o resto do discurso. Quem sabe se eles aí não se encaixam com intuito de logro? Nesse caso haveria conveniência em suprimi-los, distinguir além deles uma verdade superior a outra verdade convencional e aparente, uma verdade expressa de relance nas fisionomias. Um sentido recusou a percepção de outro, substituiu-a. Onde estará o erro? Nesta reconstituição de fatos velhos, neste esmiuçamento, exponho o que notei, o que julgo ter notado. Outros devem possuir lembranças diversas. Não as contesto, mas espero que não recusem as minhas: conjugam-se, completam-se e nos dão hoje impressão de realidade. (RAMOS, 2011, p. 14-5)

Não há, em *Memórias do cárcere*, o propósito de agradar ou de entreter; há a palavra de um homem, o relato dramático de uma testemunha real que viveu uma situação real, transfigurada magistralmente pela elaboração artística. Se a tessitura da obra não revela necessariamente a verdade, sua recriação, esteticamente elaborada, traz ao conhecimento, episódios que existiram fora do texto.

Para Hermenegildo Bastos, a literatura de Graciliano Ramos é crítica da realidade e, ao mesmo tempo, da própria Literatura. *Memórias do Cárcere* é toda tomada por autoquestionamento: não há um enredo amarrado pela narração; o que há são inúmeras indagações. Se o leitor procurar no texto elementos específica e exclusivamente narrativos estéticos, estará tirando da obra seu caráter central: a denúncia da realidade. Não se trata de uma simples imitação, vai, além disso. A verossimilhança se faz presente em uma mescla de ficção e realidade declarada, fazendo se maior do que um simples depoimento; é um parecer do intelectual, que questiona o panorama da Revolução de 1930, as atitudes e imposições instauradas por Getúlio Vargas quando este “se transforma” no presidente do Brasil.

Os registros são tensos e dolorosos, mas o narrador não se martiriza, nem se coloca como vítima, reforçando que estar naquela situação não seria total injustiça. Desta feita, Graciliano Ramos consegue conduzir o leitor para o conhecimento da realidade vivenciada por muitas pessoas. Assim, o que o narrador retrata — o mais interessante em *Memórias do Cárcere* — é um olhar de quem foi preso, algo muito mais abrangente do que o olhar do narrador. O discurso, regido pela égide da opressão, é caracterizado pelo desdobramento: é psicológico, e, ao mesmo tempo, um documentário; é particular, mas se universaliza.

O próprio autor, ao iniciar a escrita de suas memórias do cárcere, esclarece aos leitores que apresentará os motivos da sua resistência em registrar os fatos por ele vividos nos momentos de clausura, portanto, nossa preocupação com a distância temporal parece também incomodá-lo: “Resolvo-me a contar, depois de muita hesitação, casos passados há dez anos e, antes de começar, digo os motivos porque silencie e porque me decido.” (RAMOS, 2011, p. 11).

A partir deste distanciamento temporal e emocional dos acontecimentos, é possível abrir alguns questionamentos. Que motivos levaram Graciliano a demorar tanto tempo para colocar no papel o seu testemunho sobre um dos momentos mais repressivos de nossa história? Não seria mais interessante usar a memória “fresca” dos acontecimentos, pois

assim os fatos narrados ganhariam mais credibilidade e menos questionamentos por parte dos leitores?

Numa busca para entender os motivos de tal demora em escrever as experiências que vivenciou no cárcere, devemos levar em conta que a memória também é construção, e que uma experiência como a que o autor vivenciou deixa marcas profundas, sendo a sua recuperação um processo difícil. Este período foi tão significativo que o próprio escritor disse: “na verdade estávamos mortos, vamos ressuscitando.” (RAMOS, 2011, p. 13). Podemos também pensar que essa demora pode ter sido uma maneira de Ramos se livrar do cárcere, pois havia uma cobrança grande por parte de todos para que ele relatasse sua dolorosa experiência naquele espaço-tempo. Era necessário reorganizar, física e emocionalmente, os acontecimentos para que estes pudessem ser reconstruídos através da ficção, porém, simultaneamente, serem relatados próximos à verdade, mesmo que esta seja a sua (de Graciliano Ramos) verdade, pois antes de se nos preocuparmos com o que é ou não verdadeiro, devemos considerar que essa vontade de verdade foi conduzida por reminiscências.

A criação, a invenção e/ou a fantasia podem fazer parte de *Memórias do cárcere*, uma vez que esta foi escrita a partir de interpretações de signos, rastros, memórias. Essa verdade pode, assim, ser entrecortada por falhas, pois como ressalta Jean Marie Gagnebin, na obra *Lembrar esquecer escrever* (2006, p. 44), “memória vive essa tensão entre a presença e a ausência, presença do presente que se lembra do passado desaparecido, mas também presença do passado desaparecido que faz sua irrupção em um presente evanescente.” Se o medo da perseguição um dia existiu, ele não era mais motivo, pois contar aquilo que a memória permitia, inclusive citando e criticando as atrocidades cometidas pelo governo getulista, não representava mais uma situação de temor, uma vez que se passaram dez anos da sua liberdade (1946), e o governo autoritário de Vargas se findara. Como já observado, a publicação da obra acontece somente em 1953; somam-se, portanto, sete longos anos de escrita.

Pairam questionamentos sobre a possibilidade da filiação de Graciliano Ramos ao Partido Comunista ter alterado a versão final de *Memórias do cárcere*. A exigência de fidelidade às ideias do partido poderia ser um fator de interferência nas escritas da obra em questão, já que o Comunismo, enquanto doutrina oposta às ideias e atitudes de Getúlio Vargas, condenava o autoritarismo do Estado Novo. Logo, essa obra deveria se apresentar

como um instrumento de denúncia, de divulgação das práticas ditatoriais do governo de Vargas.

Para Wander Melo Miranda:<sup>30</sup>

Várias hipóteses sobre o fato de a obra permanecer inacabada foram levantadas; uma polêmica sobre a autenticidade do texto surgiu, a partir de artigo que Wilson Martins publicou no suplemento literário de O Estado de S. Paulo, em 6 de dezembro de 1953. Nele o crítico aponta as diferenças entre o texto publicado e a reprodução de trechos manuscritos que ilustram a edição; vê na diferença manifestação da censura do Partido Comunista ao livro ou manipulação do seu organizador. (RAMOS, 2011, p. 682)

[...]

A polêmica, retomada pelo mesmo crítico (Wilson Martins — anotação nossa) posteriormente em 1963 e por Clara Ramos, filha do escritor, continuou por um bom tempo. Matéria de capa do Caderno B do jornal do Brasil de 13 de novembro de 1979, de autoria de Susana Schild, traz como título uma pergunta e uma resposta, em letras garrafais: “Memórias do cárcere. Alguém mudou o texto de Graciliano Ramos? José Olympio diz que não”. (RAMOS, 2011, p. 682)

Sabemos que o próprio Graciliano Ramos, em seus últimos meses de vida, ao ser pressionado pelo Partido Comunista a fazer alterações nos manuscritos, recusa convictamente, afirmando: “se eu tiver que submeter meus livros à censura, prefiro deixar de escrever” (RAMOS, 1992, p. 79). Ricardo Ramos declara, ainda, que, após a morte do pai, os dirigentes do Partido procuraram sua família para tentar impedir a publicação de *Memórias do Cárcere*, tentativa sem sucesso, pois os originais já se encontravam em posse do editor José Olympio, o qual vinha recebendo os capítulos separadamente das mãos do autor.

Na obra *O Velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos*, Dênis de Moraes (2012), ao se referir à polêmica em questão, reitera essa posição ao destacar uma fala de Ricardo Ramos, filho de Graciliano, sobre o assunto:

Seja como for, a família Ramos rejeitou a ordem e publicou na íntegra os dois livros<sup>31</sup>. Disse-me Ricardo: *Memórias do cárcere* desagradou ao

---

<sup>30</sup> Posfácio de *Memórias do cárcere*, edição 45 de 2011.

partido inteiro, na época com aquela orientação esquerdista. Mas o partido não escreveu uma linha sequer, nem para atacar nem para defender. Verbalmente, chegava-se a dizer que o livro era um elogio à polícia e à pederastia. Mas não saiu uma linha em lugar nenhum. E dez anos depois, quando se comemora o aniversário do velho, os que o atacavam vieram me abraçar e dizer, como Astrojildo: “O Graciliano era grande. *Memórias do cárcere*, que livro fabuloso!” (MORAES, 2012, p. 295)

Clara Ramos, filha de Graciliano, porém, discorda dessas críticas. Tentando elucidar a questão, em sua tese de doutorado em Comunicação pela PUC de São Paulo<sup>32</sup>, a pesquisadora Vanda Nery conseguiu reunir todas as versões do texto e fez uma comparação entre elas, trabalho denominado crítica genética pelos estudiosos. Também verificou como as várias versões apareciam no livro publicado. Em *Narrativa da Criação: a gênese de Memórias do Cárcere*, declara que:

[...] a filha do escritor, não se convence. Em 1992, agora mais próximo desse nosso tempo, ao lançar seu novo livro *Cadeia*, ela deixa ainda aberta a questão. Para ela, há desaparecida, em algum lugar, uma cópia escrita a mão, intercalada à cópia datilografada, na qual se apoia o livro. E ela espera um dia encontrar. (NERY, 2006, p. 267-8)

[...]

Uma atmosfera de mistérios e suspeitas acompanha o texto das *Memórias*.

Tempo de realinhar o já escrito. Dessa luta travada sobre a autenticidade das *Memórias*, luta cheia de lances inflamados, restou para nós, que estudamos a obra do autor por meio dos manuscritos por ele deixados, um saldo altamente positivo.

[...]

É esse material que tenho aqui agora diante de mim. Comparo os textos em diferentes versões. Incontáveis vezes. Num trabalho de paciência teimosa, confronto a terceira versão com a cópia datilografada. É o mesmo texto. Checo agora, palavra por palavra, cada uma dessas páginas com o texto impresso em primeira edição. Examino detidamente cada rasura. Encontro, claro, algumas pouquíssimas alterações. Todas de pequena monta. A maioria efetuada apenas para correção gramatical ou ortográfica ou para precisar o sentido do texto anotado. (NERY, 2006, p. 268)

<sup>31</sup> Os livros aqui mencionados são *Viagem e Memórias do cárcere*

<sup>32</sup> No ano de 2006, a Editora Edições Inteligentes publica a obra *Narrativa da Criação: a gênese de Memórias do Cárcere*, de Vanda Nery Cunha Albieri.

Ora, se consideramos que, em *Memórias do cárcere*, a ficção reescreve o fato, entendemos que a confiabilidade da memória não deve ser colocada à prova, pois através das escritas de suas reminiscências, Graciliano convida o leitor a conhecer, pelo menos em parte, o que representou o período ditatorial instituído no Brasil por Getúlio Vargas, bem como refletir sobre a situação de quem foi prisioneiro, subjugado e degradado pelas forças de um Estado de Exceção. A partir da leitura, provavelmente adquirimos condições de elaborar outro julgamento, pois são apresentadas “verdades” que fogem das chamadas verdades oficiais e, possivelmente, compreender melhor o presente, já que ainda vivenciamos resquícios do conservadorismo e da manipulação exercida pelas esferas do poder e pelos meios de comunicação.

Não sendo a memória um processo absolutamente inequívoco, imune a quaisquer interferências, age seletiva e fragmentariamente, ao retomar um fato, há a inevitável interferência da subjetividade de quem narra, pelo esquecimento ou mesmo pela decisão, in(consciente) de omitir o ocorrido. A respeito disso, também esclarece Ricoeur:

Se podemos acusar a memória de se mostrar pouco confiável, é precisamente porque ela é o nosso único recurso para significar o caráter passado daquilo que declaramos lembrar. Ninguém pensaria em dirigir semelhante censura à imaginação, na medida em que esta tem como paradigma o irreal, o fictício, o possível e outros traços que podemos chamar de não posicionais. (2007, p. 40)

Um entendimento autêntico do passado nos conduz além da história oficial, difundida pelo senso comum, pois esta, muitas vezes, pode também ser “construída”, intentando domínio e alienação, elementos cruciais para a manutenção da tradição e do poder. Gagnebin (1982, p. 70) considera que a revisão do passado deve ser realizada sob o prisma do presente, porém “a coincidência destes, não deve [...] liberar o indivíduo do jugo do tempo, mas operar uma espécie de condensação que permita ao presente reencontrar, reativar um aspecto perdido do passado”. O que deve acontecer é uma releitura do passado, de modo que se forme uma leitura plausível da realidade.

A partir das suas memórias, Graciliano Ramos lança um novo olhar que nos permite entender o contexto fora da prisão, tomando como referência alguém que esteve lá dentro, construindo assim, um texto híbrido que nos permite um olhar para a História,

mesmo que o texto seja composto por um discurso que faz as seleções de quem rememora — recurso possível a quem resolve contar as suas experiências. No universo das memórias de Graciliano Ramos, conseguimos perceber os diferentes setores da sociedade vivendo num mesmo espaço coletivo e a organização deste espaço dentro do presídio.

Ao sair da Colônia Correcional, o narrador de *Memórias do cárcere* não pode deixar de exprimir ao diretor sua sarcástica gratidão, por ter-lhe fornecido tão rico material para contar ao mundo o que se passava nas prisões instituídas no governo de Vargas. Ironicamente, revela que vai “pagar” a “hospedagem” que lhe deram. O pagamento se deu pela escrita; a Literatura foi o instrumento utilizado para denunciar. Escrever é um compromisso não só com a palavra, mas também com a sociedade. O escritor pode não pegar em armas, porque sua luta é outra, sua arma são (com) as palavras. Ao deixar a Colônia Correcional, Graciliano Ramos sente a necessidade de dizer ao diretor do presídio que vai escrever o registro de sua experiência como prisioneiro:

— Levo recordações excelentes, doutor. E hei de pagar um dia a hospitalidade que os senhores me deram.  
 — Pagar como? Exclamou a personagem.  
 — Contando lá fora o que existe na ilha Grande.  
 — Contando?  
 — Sim, doutor, escrevendo. Ponho tudo isso no papel.  
 O diretor suplente recuou, esbugalhou os olhos e inquiriu carrancudo:  
 — O senhor é jornalista?  
 — Não senhor. Faço livros. Vou fazer um sobre a Colônia Correcional. Duzentas páginas ou mais. Os senhores me deram assunto magnífico. Uma história curiosa, sem dúvida.  
 O médico enterrou-me os olhos duros, o rosto cortante cheio de sombras. Deu-me as costas e saiu resmungando:  
 — A culpa é desses cavalos que mandam para aqui gente que sabe escrever. (RAMOS, 2011, p. 516)

Graciliano nos mostra a motivação em transformar a experiência do horror da prisão na experiência do testemunho que virá a ser a obra sobre a cadeia. A narrativa vai além de uma simples revanche contra a *hospitalidade* oferecida pela ditadura. Trata-se igualmente de resgatar a dívida contraída com relação aos companheiros de prisão,

fazendo-os reviver à medida que o narrador vai pondo ordem no caos que, ao tê-lo atingido como indivíduo, havia contaminado a sociedade como um todo.<sup>33</sup>

Para Graciliano Ramos, a Literatura é arma de denúncia; por ela realizou o seu protesto: mais que registrada, sua experiência foi narrada. Como depoimento, *Memórias do Cárcere* acaba, também, por confrontar o homem e o ficcionista. Assim, a autobiografia, mesmo se conduzida pelo viés da ficção, parece sempre se mostrar como uma autointerpretação, visto seu caráter de subjetividade, pois questões do próprio autor não são apenas suscitadas a todo tempo, mas narradas e analisadas segundo sua ótica.

As memórias podem ser consideradas uma ressignificação do passado em um novo tempo. Uma versão (re) construída a partir do presente e de suas necessidades; amparada por fatos comprovados é, antes de tudo, uma forma, talvez a melhor, de passar o passado a limpo. A narrativa que ora se forma, não é, necessariamente, uma volta estática ao que ficou para trás.

Para a conclusão da obra *Memórias do Cárcere*, faltava justamente o último capítulo: aquele sobre as impressões que Graciliano teve ao ser libertado. Mas o livro fica inacabado com a sua morte. Mais uma vez a tarefa estava postergada. A inexistência do capítulo final, no entanto, é vista por Silviano Santiago como um reconhecimento profundo àqueles que resistem com dignidade às ditaduras, mesmo porque, apesar do talento, é penoso, quase mortífero, falar do indizível e contar as sensações de viver novamente em liberdade.

---

<sup>33</sup> COELHO, Willy Carvalho. Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo - Dossiê, Janeiro de 2012 – ISSN 1679-849X. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/grpesqla/revista/dossie06/>. Acesso em: 19 dez. 2013.

### 3.2. *Em liberdade*: Graciliano Ramos por Silviano Santiago

Resultado de cinco anos de estudo e de pesquisas em livros, em jornais, fotos, revistas, guias e outros, consultados à exaustão, *Em liberdade* é um exemplo de encontro entre a História e a Literatura; uma ficção em forma de diário que retrata fatos da vida de Graciliano Ramos na reconstrução de sua liberdade no pós-cárcere, paralelamente a acontecimentos de relevância da História do Brasil, focalizando a angústia da personagem com os olhos marcados pela reflexão, numa renúncia à síndrome da prisão. Um diário do presente que retoma o passado, num desafio da capacidade rememorativa de lembrar o que se quer esquecer.

Pode ser tudo verdade ou tudo ficção; mesmo sendo apresentada como uma narrativa ficcional, situações verídicas a permeiam. Os leitores, segundo o próprio autor, receberão a tarefa de distinguir entre um e outro atributo. Encontramos na obra uma descrição dos mínimos detalhes rastreados do cotidiano de Graciliano Ramos, como sua vida no Rio de Janeiro, em 1937, provavelmente para que a ficção ganhasse mais ares de veracidade. Há ainda uma articulação das relações entre o ex-presidiário político e essa cidade, o escritor e seus pares, o Estado e o intelectual. Apresenta uma confluência de sucessivos momentos da realidade política brasileira, sob o aspecto de “lutas pela liberdade”, em um suposto diário escrito por Graciliano Ramos. O texto retoma *Memórias do Cárcere* através das ações experimentadas por um “eu”, encenado por meio de uma autobiografia ficcional.

Ao sair da prisão, em janeiro de 1937, Graciliano Ramos passa a ser cobrado por todos, numa grande expectativa, para revelar o que tinha vivido no período do cárcere, mesmo porque ele tinha prometido contar ao mundo o que se passava no ambiente prisional instituído por Getúlio Vargas. Mas fazer isso poderia ser uma forma de continuar preso a esse cárcere que tanto o perseguiu: “Todos exigem — e nisso há humanidade — que eu escreva as minhas memórias do cárcere. Ninguém me pede anotações que estou fazendo dos meus tateios de liberdade.” (SANTIAGO, 1994, p. 135).

Como forma de esquecer, “apagando” da memória a incômoda fase pregressa, Graciliano teria escrito no calor do momento um diário, retratando toda a sua esperança de ser novamente um homem livre, mesclada às frustrações do tempo na prisão. A escrita retratava a tão sonhada liberdade conseguida com a sua soltura. A experiência de ser

novamente livre, poderia até se tornar o último capítulo dos dois volumes de *Memórias do Cárcere* que Graciliano Ramos pretendia escrever.

Percebendo que as anotações destoavam do conjunto da obra, Graciliano teria resolvido sacrificá-las, entregando-as a um amigo que as haveria repassado ao editor Silviano Santiago, que, por sua vez, usa esse suposto diário para dar origem à obra *Em Liberdade*, um texto de memórias, apresentado, agora, em forma de diário. Silviano imagina e realiza o registro diário pós-cárcere; um jogo de ideias opostas que se manifesta paradoxalmente em prisão e liberdade:

Abandonar a ficção e adentrar-me pelo diário íntimo, deixando que o livro não seja construído pelo argumento ou pela psicologia dos personagens, mas pelos próprios caminhos imprevisíveis de uma vida vivida. Na ficção, o livro é organizado pelo romancista. No diário, toda e qualquer organização pode ser delegada ao leitor. Ele que se vire se quiser fazer sentido com as frases ou com o enredo. (SANTIAGO, 1994, p. 22)

Em Nota do Editor, Santiago (1994) considera a obra como autobiografia de Graciliano Ramos, dizendo que recebera os manuscritos datilografados, via correio, da viúva de um amigo que ele teria conhecido durante uma edição que fizera de André Gide. Fora delegada a este amigo, por Graciliano Ramos, a tarefa de publicar o diário, mas somente depois de vinte e cinco anos de sua morte. Consta que, ao passar de seis anos, Graciliano solicitara ao amigo que queimasse os originais: “Conservei em segredo, até hoje, os originais de *Em liberdade*. Resolvo agora publicá-los, obedecendo ao prazo de vinte e cinco anos exigido pelo romancista.” (SANTIAGO, 1994, p. 11).

*Em liberdade* é narrada em primeira pessoa, porém deve ser tratada como uma pseudoautobiografia de Graciliano. Entretanto, para que a mesma ganhasse ares de realidade, o seu autor, Silviano Santiago, usa, na estrutura do livro, até mesmo asteriscos para explicar em nota de rodapé alguns detalhes presentes na escrita do próprio Graciliano Ramos, tentando, assim, alcançar a verossimilhança no texto:

A frase dentro do parêntese encontra-se manuscrita. Do lugar sai uma seta, indicando esta longa passagem, escrita no verso da página anterior, sem indicação de datas (refere-se certamente à conversa que teve lugar no início de fevereiro). (SANTIAGO, 1994, p. 24)

A ação ficcional se dá no final da década de 30; a cidade é a do Rio de Janeiro nos anos de 1936 / 1937, em meio à crise política e social. Silviano Santiago busca e espera encontrar, através da máquina do tempo, a história dos regimes autoritários no Brasil. Conforme menciona no prefácio de *Em Liberdade*, sua intenção é retratar a posição desconfortável que ocupam alguns intelectuais, ao manifestarem abertamente o desejo de uma sociedade “menos injusta”. O autor nos mostra o Brasil sob o regime ditatorial de Getúlio Vargas:

Vingança, perseguição, violência, cadeia, assassinato: são as armas utilizadas pelos mandões como mecanismo de persuasão. Ver reduzidas até a morte as nossas possibilidades de atuação política, acabamos por acreditar ou nas manhas do Destino ou nas mãos todo-poderosas de Deus. Se destino houver, ele é traçado pelas artimanhas da vingança dos homens; se Deus todo-poderoso houver, ele é de carne e osso, e mais: tem um revólver na mão. Em escala descendente, a começar no catete, onde pontifica o chefe Açu, e a terminar no último lugarejo do sertão, com um caudilho mirim, isto é um país a regurgitar de mandões de todos os matizes e feitios. (SANTIAGO, 1994, p. 29-30)

A obra haveria sido escrita, portanto, durante o período varguista mais repressor, no ano de implantação do Estado Novo, que coincide com a saída de Graciliano Ramos da cadeia. Ser livre parecia inútil, uma vez que, fora da prisão, o sentimento não era de liberdade:

Pode-se dizer que no ambiente “de fora” estamos todos nós e, por isso, não temos curiosidade. O “de fora” para quem esteve “lá dentro” não é o mesmo, tanto não o é que, por mais que queiram ficar “cá fora”, os meus melhores amigos querem que eu continue “lá dentro”, revivendo o período através das memórias. (SANTIAGO, 1994, p. 135)

O diário começa no dia 14 de janeiro de 1937, com o narrador-personagem Graciliano Ramos falando do seu corpo. Como lhe faltava força física para se sustentar na situação de “homem livre”, ele usa as palavras para expressar o que o corpo não sentia:

Não sinto o meu corpo. Não quero senti-lo por enquanto. Só permito a mim existir, hoje, enquanto consistência de palavras. (...). Ainda não tive coragem de ver-me em corpo inteiro, refletido no espelho que está por detrás da porta do guarda – roupa. Sei por isso que só o meu rosto existe. (SANTIAGO, 1994, p. 21)

A história se inicia com a saída do protagonista da prisão do Rio de Janeiro e o encontro com Heloísa, sua esposa; são as sensações iniciais de soltura, o ofuscamento pelo sol, a busca pelo corpo do outro:

O sol forte cega-me. Sinto que o pouco contato com ele, durante o último ano, fez com que os meus olhos esquecessem a clara e plena luminosidade. Como velhos amigos que se reencontram, por enquanto tateamos um ao outro no nosso primeiro contato em busca de um ponto de apoio no passado. (SANTIAGO, 1994, p. 34)

Segue narrando seus primeiros dias e suas primeiras impressões, apresentando detalhes de sua nova vida, tentando apagar as memórias do passado de angústia, porém, simultaneamente, mostrando neste homem os reflexos do encarceramento:

A liberdade circunstancial que experimento desde ontem é muito menos importante que a liberdade que descubro escrevendo estas páginas. Não estou preso, é claro; mais importante: não sou preso. Tiro o meu corpo da prisão dos homens e retiro a minha vida da cadeia divino-humana dos poderosos. Terei forças para continuar enfrentando os homens humanos que constroem celas e os homens divinos que tecem destinos? (SANTIAGO, 1994, p. 31)

[...]

Agora, em liberdade, tento avivar as antigas lembranças de jovem pelas ruas do Rio. (...) Pisar a areia. Ver o mar. Sentir a brisa úmida de encontro à pele do meu rosto recém-escanhado. Dia quente, céu azul, o sol brilhando sem tréguas. Caminhando em direção à praia, já de longe sentia o cheiro agridoce do mar e antes de enxergar o areal branco de Ipanema, com os olhos semicerrados pelo excesso de claridade, revia ilusoriamente praias nordestinas como se tivesse assistindo a um filme. A tela era o azul que o funil de casas configurava lá no fundo. Estava com a cabeça aqui e a mente lá. (SANTIAGO, 1994, p. 34)

A personagem<sup>34</sup> narra sua dificuldade em sustentar o próprio corpo, desejando que tivesse o mesmo vigor físico anterior:

Larguei por minutos o braço de Heloísa e apressei o passo para chegar logo e sentir-me tão forte quanto antes da cadeia. Heloísa apressou os seus passos também e com carinho sustentou-me de novo, quando parecia que o chão fugia aos meus pés. “Paciência, Gráci”, disse, “você esperou tanto tempo...” Entendi o significado das suas palavras e procurei viver o instante enquanto instante. (SANTIAGO, 1994, p. 34-5)

Graciliano parece querer retomar a vida que gozava antes do cárcere, cheio de esperanças e com uma perspectiva nova pela frente, mas era preciso lembrar que o homem pós-cárcere era outro e tinha que recomeçar. Chega a indagar se seria possível, depois da experiência vivida, existir uma verdadeira libertação:

Soltar o corpo, rejeitar a adversidade. Buscar a minha identidade em mim, frente a frente, face a face, corpo a corpo. Terei coragem de levantar-me desta escrivaninha, abrir a porta do armário, buscar o espelho e enfrentar a minha imagem refletida, para poder esquecer o passado impresso no corpo e prepará-lo para o futuro? Ainda não. (SANTIAGO, 1994, p. 27)

Graciliano Ramos demonstra ter acumulado uma experiência prisional capaz de defini-lo como alguém que viveu um destino trágico e, mesmo livre — podendo andar pelas ruas, passear pelo Rio de Janeiro, gozar de uma vida digna —, ainda carregava a situação de quem poderia ser eternamente um encarcerado, um homem amargo, profundamente desiludido em face dos valores e compromissos que durante anos regeram sua existência. Ao falar dessa experiência, Graciliano ressalta:

---

<sup>34</sup> Embora o diário seja um gênero em que se pressupõe uma escrita de si, portanto um sujeito real, Graciliano Ramos será tratado aqui como personagem, em virtude do projeto literário de Silviano Santiago na obra *Em Liberdade*, na qual verdade e ficção se mostram imbricadas.

Receio e chego a temer nos piores momentos, é que queiram — no fundo — reduzir-me à condição de eterno enjaulado, vítima para todo o sempre. Dizem que lutaram pela minha liberdade (e eu lhes agradeço de todo o coração), mas não querem deixar-me gozá-la. É contra isso que me insurjo, lutando para não acreditar nos elogios descabidos. Toda e qualquer luta política que repousa sobre a prisão e o ressentimento conduz a nada, no máximo uma ideologia de crucificados e mártires, que terminam por ser os fracassados heróis da causa. (SANTIAGO, 1994, p. 57)

Suas palavras são a evidência de quem ficou sujeito a instabilidades, desfrutando de sensação que poderia lhe escapar a qualquer momento. Ao mesmo tempo, temia a importância que queriam dar à sua vida política, pois o próprio Graciliano não considerava justa esta situação, já que, em condição semelhante à sua, estavam várias pessoas e, no cárcere, todos eram “iguais”.

É uma obra que fala de liberdade de maneira absolutamente visceral, porque toma uma figura que conheceu muito bem o seu valor, por tê-la perdido de maneira arbitrária em um momento repressor:

Será que tudo isso tem a ver com o fato de ter nascido no Nordeste? [...] Serei sempre um perseguido, ou sou eu que só posso aceitar-me na condição de perseguido? [...] Modifico a pergunta inicial (...). A pergunta correta: por que a nossa sociedade não aceita a oposição como necessidade vital no jogo político? (SANTIAGO, 1994, p. 27, 29)

Personagem de uma narrativa em que uma trajetória pessoal é marcada por questões sociais e políticas autoritárias, Graciliano dialoga com a realidade:

[...] o que estou chamando de adversidade nada mais é que uma resposta do governo e das instituições repressoras [...] Vingança, perseguição, violência, cadeia, assassinatos: são as armas utilizadas pelos mandões como mecanismo de persuasão [...] o ideal da situação é o governo central, forte e autoritário para acabar com o bode expiatório inventado em 1935. (SANTIAGO, 1994, p. 28- 29, 82)

Presenciamos, ainda, um homem que busca a reconstrução da sua vida — não apenas no aspecto social —, livrando-se da condição de eterno encarcerado, mas também o escritor, que deseja retomar sua escrita:

Ao mesmo tempo, preciso não descuidar-me, quero um projeto literário mais substantivo do que este diário. Quero retomar a experiência da cadeia, porém sem fazer obra do realismo estreito, sem fazer narrativa de tipo jornalístico (como Morel está querendo fazer). Quero qualquer coisa em torno da oposição entre política e cárcere, qualquer coisa sobre o destino trágico do intelectual no Brasil, sobre o desejo de vida, sobre compromisso com os seus e a liberdade. (SANTIAGO, 1994, p. 183)

O final da narrativa se dá em 26 de março de 1937, quando o personagem narra ter ido ao cais encontrar a esposa, que fora a Alagoas buscar as filhas do casal, para juntos reconstruírem suas vidas no Rio de Janeiro: “Fui buscar Heloísa hoje no cais. Veio com as nossas duas filhas menores. Não sei como vamos todos caber no exíguo quarto da pensão” (SANTIAGO, 1994, p. 253).

Em sua escrita, Silviano Santiago utiliza como recurso intertextual o pastiche — recurso narrativo de imitar, deliberadamente, o estilo de escrita de outro autor, como uma espécie de “roubo consentido”, ou melhor, de “plágio declarado”. Desta feita, Silviano consegue fazer uma imitação extremamente sofisticada a ponto de deixar o leitor com a sensação de ler um texto do próprio Graciliano Ramos. Há a “criação” de um Graciliano e esta vai muito além do ato de escrever. No entanto, o leitor mais atento percebe que, antes de começar a história, há uma “ressalva” de Santiago, assim anunciada: “uma ficção de Silviano Santiago”, algo como um subtítulo metafórico para uma ficção que se traduz em verdade. Sobre as duas obras, Wander Melo Miranda (2009) comenta:

As Memórias do cárcere são lidas por Em Liberdade num jogo intertextual que descarta, dadas as características de ambas as obras, a ingenuidade e o imediatismo que comprometem a plena realização artística e a efetiva ressonância política da grande maioria de textos similares no âmbito da literatura brasileira. (2009, p. 19)

Presenciamos, nesta obra, metáforas que traduzem as difíceis situações enfrentadas pelo povo brasileiro, a propósito, as que dizem respeito aos oprimidos são recorrentes, e, sendo de destaque a do trapezista, porque pressupõe o sofrimento de todos, do intelectual ao operário, vivendo numa eterna instabilidade, tentando sobreviver às vontades dos donos do poder. Mudam-se as formas e os sistemas de governo, de colonizados a independentes, seja na Monarquia, na República, no Parlamentarismo, na Ditadura ou na democracia, mas as atitudes se repetem: há sempre os que ditam regras e comportamentos enquanto os que são obrigados a obedecer sonham estar, um dia, realmente livre.

Na obra *Em liberdade*, o Graciliano de Silviano Santiago inicia a escrita do diário imediatamente após sua saída da prisão em 13 de janeiro de 1937. Esta inicia-se em 14 de janeiro de 1937 (um dia depois de ser liberto) e termina em 26 de março do mesmo ano.

Entendendo que se trata de uma “escrita apropriada”, de um eu que escreve sobre o outro, mas se passa por este, o leitor precisa ficar atento, pois é uma criação que se liberta de seu criador. Assim, devemos ler *Em liberdade* como um “fingimento”, uma ficção de Silviano Santiago que se diz Graciliano Ramos para contar talvez aquilo que o próprio Graciliano evitaria relatar no pós-cárcere. Sobre esse recurso tão bem desenvolvido por Santiago, esclarece Eneida Maria de Souza,

O autor tem a liberdade de utilizar o mesmo nome para sua personagem ou narrador, sem que tal gesto interfira no grau de fidelidade/ infidelidade narrativa, em oposição distinta daquela defendida por Philippe Lejeune quanto ao pacto autobiográfico. (2011, p. 23)

Através da sua escrita, Silviano Santiago lança ao leitor uma tarefa que não minimiza o seu trabalho, cabendo a este decifrar a leitura. Essa relação do narrador com o leitor é determinante para a obtenção do efeito pretendido pelo texto:

Esse jogo entre o narrador da ficção que é mentiroso e se diz portador da palavra da verdade poética, esse jogo entre a autobiografia e a invenção ficcional, é que possibilitou que eu pudesse levar até as últimas consequências a verdade no discurso híbrido. (SANTIAGO, 2008, p. 178)

No diário em questão, o narrador converte-se em autor e usa, de maneira dissimulada, de seus juízos e opiniões para relatar o dia a dia de Graciliano, construindo uma autobiografia ficcional. Ao lançar mão desse recurso, Santiago transfere ao leitor a responsabilidade de encontrar Graciliano Ramos na obra. Numa entrevista à Revista *Aletria*, publicada em 2008, o próprio Silviano Santiago esclarece:

As histórias – todas elas, eu diria num acesso de generalização – são mal contadas porque o narrador, independentemente do seu desejo consciente de se expressar dentro dos parâmetros da verdade, acaba por se surpreender a si pelo modo traiçoeiro como conta sua história (ao trair a si, trai a letra da história que deveria estar contando). A verdade não está explícita numa narrativa ficcional, está sempre implícita, recoberta pela capa da mentira, da ficção. No entanto, é a mentira, ou a ficção, que narra poeticamente a verdade ao leitor.

Por outro lado, a liberdade proporcionada pela Literatura permitiu a Silviano “mudar” a trajetória de Graciliano Ramos e “construir” um personagem que, antes de escrever as *Memórias do cárcere*, contou a sua vida pós-cárcere. Nas palavras do autor:

Inserir alguma coisa (o discurso autobiográfico) noutra diferente (o discurso ficcional) significa relativizar o poder e os limites de ambas, e significa também admitir outras perspectivas de trabalho para o escritor e oferecer-lhe outras facetas de percepção do objeto literário, que se tornou diferenciado e híbrido. Não contam mais as respectivas purezas centralizadoras da autobiografia e da ficção; são os processos de hibridização do autobiográfico pelo ficcional, e vice-versa, que contam. Ou melhor, são as margens em constante contaminação que se adiantam como lugar de trabalho do escritor e de resolução dos problemas da escrita criativa. (2008, p. 174)

Apresentando datas, acontecimentos, fatos de conhecimento geral, Silviano Santiago possibilita ao leitor o contato contínuo com uma memória outra, tecida por Graciliano. No contexto de *Em Liberdade* (1994), podemos presenciar um texto que relê *Memórias do cárcere* e refaz outra escrita, que absorve e se transforma num outro, apresentando criticamente diversas situações época.

Sempre num registro muito próximo do que seria uma escrita de Graciliano Ramos, Santiago consegue ocupar a maior parte dessa obra com os fictícios diários, passando, assim, a impressão de registrar as palavras do referido escritor. Nessa narrativa, percebemos um Graciliano consumido pela experiência prisional, esquivando, inclusive, do contato da mulher e dos amigos, mas desejoso por reafirmar a sua condição de homem livre, de intelectual comprometido com a elaboração de uma obra rigorosa e experimental a um só tempo.

Já *Memórias do cárcere* vai além da narrativa de cunho pessoal; apresenta-nos uma visão da realidade do país e da situação do preso na década de 30, sobretudo de quem era detido na condição de inimigo do poder político central. O cárcere, na obra, desnuda-se, podendo ser retratado como desumanização e desrespeito à vida humana. Todos que eram aprisionados, normalmente, eram despersonalizados, degradados e coibidos dos seus direitos, até mesmo o de saber os motivos de sua prisão, provando, assim, que direitos não existiam: “De repente nos afastamos do mundo: esquecemos o serviço, o estudo, os negócios, e penetramos os bastidores da revolução. Vamos informar-nos, será satisfeita a nossa longa curiosidade. Percebemos então, com assombro, que ela já não existe” (RAMOS, 2011, p. 245). Supõe-se que daí se depreende o viés de denúncia e de crítica social presente na obra de Graciliano Ramos, à medida que faz referência direta à opressão política, abrindo um espaço para os silenciados, mostrando outra versão da História.

Essa análise gera um “questionamento” da historiografia oficial, pois tais memórias dão margem à discussão de tensões sociais e políticas muitas vezes não reveladas e, ao mesmo tempo, apontam novos modos de pensar a sociedade da época e das condições do próprio ser humano.

Em uma integração da sociedade e de seus desdobramentos, o autor pode conseguir uma reconstrução da História, não na versão dos vencedores, mas segundo o olhar dos vencidos, construindo uma “história dos excluídos”: a dos que foram esquecidos ou ficaram mergulhados no passado, como o caso de Graciliano e dos demais presos durante o governo de Getúlio Vargas. E ao resgatar essa História, faz emergir o massacre e o autoritarismo do passado, permitindo-se-nos entender, com mais clareza, os acontecimentos presentes, questionando-os e assumindo uma postura mais crítica e reflexiva.

Em *Memórias do cárcere*, Graciliano Ramos tece o testemunho de uma época, fazendo, por meio de suas memórias, uma releitura do passado: o depoimento de um

homem que viu, viveu e sentiu o horror de perto. Diante disso, como lembrar? Como esquecer? Entretanto a imposição da memória é maior do que a necessidade do esquecimento, constituindo-se, desse modo, como reconstrução da verdade.

## CONCLUSÃO

A Literatura e a História tem trilhado caminhos paralelos, abrindo possibilidades para um rico intercâmbio entre essas duas disciplinas. Durante muito tempo, a Literatura foi caracterizada tão somente pelo seu veio artístico, sendo sua manifestação concebida como invenção, “fingimento”, expressão da subjetividade. Por outro lado, a História se caracterizava pela objetividade, com o compromisso do relato verdadeiro e a construção factual dos eventos. No historicismo do século XIX, os historiadores eram concebidos como dogmáticos, metódicos e descritivos, baseando seus estudos em perspectivas deterministas e paradigmáticas que tendiam ao absoluto. Sustentavam que a verdade estava presente nos documentos oficiais escritos e, numa ordem cronológica e linear, reviviam o passado da humanidade. Na primeira metade do século XX, surge na França o movimento conhecido como *Escola de Annales* que pregava, sobretudo, uma análise mais detalhada dos acontecimentos, permitindo uma melhor compreensão destes. A partir de 1980, no Brasil, a História Cultural possibilita o alargamento dos horizontes da reflexão histórica, pois esta registra uma nova postura do historiador, a partir dos conceitos de representação, imaginário, narrativa, ficção e sensibilidade.

Embora ainda haja divergências entre historiadores e literatos, verificamos que, atualmente, a História, na concepção de alguns estudiosos, como Sandra Pesavento, Paul Ricoeur, Hayden White e Luiz Costa Lima, se reveste de outros *status*, passando a ser vista não apenas como uma ciência fechada nos limites da sua verdade, mas entrelaçada por outras áreas do conhecimento, realizando com elas uma verdadeira simbiose. Já a Literatura tem demonstrado, cada vez mais, que uma narrativa pode fornecer uma versão da “história real” pelos olhos do escritor. Mesmo quando não tem a pretensão de “fazer história”, através de sua obra, consegue fornecer um conjunto de elementos e

características capazes de “dizer a história” em que se inserem. Assim, o discurso literário acaba por resultar de uma reflexão e se constituir em uma mediação social.

Outrossim, através dos modos de narrar e construir pontos de vista, pode-se revelar a História. Logo, acreditamos que as fronteiras entre as formas de registrar tanto o que aconteceu quanto a recriação do acontecido são hoje mais tênues, permitindo serem abertos novos olhares para o entendimento do processo de escrita historiográfica e ficcional.

Nesse entrecruzar entre narrativa histórica e literária, o mais importante é que ambas permaneçam nesse caminhar paralelo, iluminando-se reciprocamente, constituindo um emaranhado de informações, uma teia de comunicação, cujos elementos — históricos ou literários, vividos pelos indivíduos ou imaginosamente criados pelos narradores — ofereçam ao historiador e ao literato a maior quantidade de possibilidades de análise na construção de um texto.

Nesse emaranhado, nesse nó, ao puxarmos os fios da escrita de si de *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos e do *Diário*, de Getúlio Vargas, verificamos que escrever sobre a própria vida — em forma de memórias ou diários — é uma atividade tão antiga no universo literário quanto o desejo humano de salvar da morte a sua existência. Contando as suas histórias, Graciliano e Getúlio buscaram uma forma de se redescobrir, de reviver suas vidas, de desenhar os contornos de suas próprias identidades, de salvar suas existências, mesmo que se mostrassem conflituosas e árduas.

Na referida obra, Graciliano Ramos, como sujeito da enunciação, interpreta a si e a sua vida. Embora tenha adiado o ato de narrar, um encontro verdadeiro consigo mesmo possibilitou-lhe que a rememoração dos meses no cárcere desse vida a uma história ressignificada a partir dos rascunhos armazenados na memória, já que os originais foram descartados. A narrativa memorialística, por meio da “guarda” efetivada pelo relato por ela produzido, permitiu que as dores remanescentes, então revistas com novos olhos, fossem amenizadas.

Porém se considerarmos que, através das memórias, conseguimos resgatar um passado, os diários são a tentativa de guardar aquilo que flui no presente, antes que o tempo o apague. Apesar de produzirem um relato retrospectivo, permitem ao diarista fazê-lo estando muito próximo ao momento narrado — normalmente, no próprio dia.

Quando fazemos a leitura de um diário, geralmente acreditamos que o registro é um retrato fiel do desenrolar dos fatos. Mas precisamos nos atentar para as nuances de sentidos e significados nas noções de sinceridade e veracidade. O que está escrito, mesmo que

tenha sido feito de forma sincera, pode não corresponder ao que realmente aconteceu, pois o diarista, ao transpor os acontecimentos para o papel, permite-se imbuir de subjetividade, promovendo a presença da ficcionalidade. Porém se ficcionalizar não é necessariamente mentir, mas recriar a partir da verdade, acreditamos que há, sim, uma oscilação (ou fusão?) entre autor e personagem, entre o objetivo e o subjetivo.

Uma pressuposta falta de veracidade no registro dos fatos, no entanto, não necessariamente invalida o pacto de sinceridade entre o diarista e seu interlocutor. Um diário pode conter relatos de eventos não ocorridos ou idealizados a partir do que se passou, mas para quem lê o registro, surge uma dificuldade em distinguir estes dos acontecimentos presumidamente verdadeiros. Um diarista pode relatar sonhos, anseios, usar a ironia, sendo sincero consigo mesmo e, conseqüentemente, com seus futuros leitores. Mesmo se revestindo, às vezes, da dissimulação, revela seu pensar e seu sentir tão genuinamente quanto lhe aprouver.

Getúlio Vargas reuniu tempo e preocupação para registrar diariamente, durante o período de 1930 a 1942, fatos do seu cotidiano, eventos, impressões, análises, pensamentos e sentimentos. Descreveu viagens e emitiu opiniões sobre fatos, pessoas e personalidades.

Na História do Brasil, são raros os políticos que legaram à posterioridade o registro de sua vida cotidiana. E o *Diário*, de Getúlio Vargas, pode ser apontado como um desses exemplos. Em suas anotações, é possível perceber que Vargas escreve para si mesmo, buscando estabelecer uma íntima relação e um diálogo com seu próprio eu, embora se perceba claramente também o registro da História de uma época, no caso, o mesmo período parcialmente vivido pelo narrador-protagonista de *Memórias do cárcere*, na situação de “vítima” do governo autoritário de Getúlio Vargas.

Esse retrato de um momento histórico demarcando o homem público dá origem à dupla intenção na confecção de seu diário, pois Vargas propõe o registro sincero de seus atos como homem, para constituir com seus escritos uma fonte a consultar em momentos posteriores, o que faz o leitor acreditar que ali estariam presentes apenas as representações do homem, do esposo e do pai, produzindo uma leitura privilegiada e legitimadora da sua existência. No entanto, o autor acabou por conceber o diário como projeto autorreferente, destinado a cristalizar um protagonismo em eventos importantes que destacam o seu papel em relação à História. Sua astúcia como diarista nos revela um homem e um político que, investido de extrema vaidade, tenta habilmente registrar a História brasileira desse período segundo a sua versão. Como registrado em sua carta-testamento, ele “saiu da vida para

entrar na História”; e nada melhor do que um diário em que se mesclam vida privada e pública para legitimar seus feitos.

Um aspecto claramente perceptível está evidenciado no painel histórico e político apresentado ao longo de seu texto, quando Getúlio Vargas “sintetiza” os momentos importantes do homem público que tomava decisões capazes de mudar os rumos do país: [6 de setembro de 1931] “Estou bem com minha consciência no sincero esforço empregado para melhorar a situação do país.” (VARGAS, 1995, V.1, p. 71). Vargas ainda demonstra a preocupação de desenvolver as suas atividades políticas no sentido de convencer o povo brasileiro de que tomava as atitudes corretas para efetivar seu projeto governamental.

Há nele a preocupação de retrainar sentimentos e emoções, pois os momentos de alegria e descontração normalmente são contidos e surgem de modo muito discreto e breve, criando uma névoa sobre o *eu* que escreve, a fim de ofuscar o seu desnudamento. Por meio do *Diário*, Vargas avalia sua posição no mundo que deixa em si marcas profundas e, concomitantemente, vive e observa o momento histórico-político de seu tempo. É preciso ser perspicaz para encontrar nas entrelinhas a sensibilidade do político que escreve seu diário: [10 e 11 de setembro de 1932] “Encerro essas notas numa noite cheia de apreensões. Só a fé fortalece. A ela me acolho para não vacilar.” (VARGAS, 1995, v. 1, p. 131).

Vargas afirmava que não tinha um projeto literário, mas averiguamos que sua escrita reflete as revelações de um *eu* que se confessa. Ele usa as palavras para revelar um “outro que era eu”, com uma escrita centralizada num sujeito narcísico que se liberta pelo ato de escrever. O *Diário*, de Getúlio Vargas, tem um valor documental, o que, entretanto, não é o mais importante do livro. Importa o sujeito que se revela a nós: um homem público que mudou o destino do Brasil, mas conforme ele mesmo diz, não gostava de se explicar; deixava para os seus leitores a tarefa de interpretá-lo.

Nesse entrecruzar de vidas e destinos, de História e histórias, surge Graciliano Ramos. Visto como subversivo pelo regime da Era Vargas, é preso, passa por uma situação de extremo desconforto e humilhação. No cárcere, o homem não deixava de ser um morto camuflado; as cicatrizes estavam evidentes na alma e no físico. A experiência de sofrimento e dor emudeceu a língua, necessitando de tempo para que as palavras pudessem se tornar presentes e fossem registradas no papel.

Vivendo na prisão em estado de total desconsideração pelo ser humano, Graciliano Ramos se compara a um cadáver: “Estava medonho. Magro, barbado, covas no rosto cheio

de pregas, os olhos duros encovados.” (RAMOS, 2011, p. 551). Isolar aqueles que representavam qualquer ameaça à ordem instituída pelo governo de Vargas era um instrumento que garantia a sustentação do regime instaurado no Brasil a partir de 1930. Porém, entre esses “monstros” presos na Ilha Grande, a monstrosidade artística de um se fez maior; a voz do escritor superou a do homem, escancarando as assombrosas e cruéis atrocidades de um governo que dizia salvar o país, mesmo que, para tal, ele restringisse direitos garantidos pela Constituição de 1934.

Dez anos depois de experimentar novamente a liberdade, Graciliano consegue revestir os fatos com palavras, pois isso se impõe como uma necessidade, uma obrigação e o cumprimento de uma promessa feita ao diretor da Colônia Correcional: contar ao mundo o que se passava dentro dos presídios. Ao rememorar, compartilhou com os leitores e com a humanidade a sua experiência, a sua dor e a sua descida ao inferno; recordar pela escrita, além de um desabafo, foi uma forma de mostrar à sociedade o que se passou nos porões da ditadura de Vargas.

Em *Memórias do cárcere*, portanto, Graciliano Ramos trabalha o intercâmbio com a História, quando usa sua escrita para registrar as memórias de um momento crítico, numa relação conflituosa que estabelece com a realidade brasileira, nos anos de 1930. Suas lembranças, de caráter subjetivo, se refletem na tessitura da obra ao relatar fatos presumivelmente verdadeiros, portanto, de caráter objetivo. Contudo, o registro não se pretende historiográfico. Não basta tentar compreender onde Graciliano e *Memórias do Cárcere* se “inserem”. Esta atitude desconsideraria a genialidade deste grande escritor e o seu importante papel para a Literatura.

Graciliano Ramos, na obra analisada, nos fornece o relato de alguém que perdeu a identidade, pois num determinado momento, virou um número. Suas lembranças se entrecortavam por fracassos, rupturas, fragmentos. Era uma memória com significativos traços de ruínas, por ter decidido recordar a dor, a morte, a destruição, a desumanização: [...] “e como andávamos quase despidos, as almas enfim surgiram também meio nuas.” (RAMOS, 2011, p.672).

Ora, se a Literatura se propõe como uma arma diante de um sistema opressor, o escritor nela se ampara, usando as palavras para comunicar o “incomunicável”. Escrevendo, este faz emergir o caráter essencial da escrita para a figura do intelectual: a disseminação de suas ideias, já que escrever é posicionar-se diante do mundo; é emprestar sua voz aos que dela carecem. Na narrativa de *Memórias do Cárcere*, Graciliano Ramos

transforma a sua experiência num texto que se desdobra do testemunho ao documento histórico; das memórias à autobiografia.

A partir da ideia estabelecida por Luiz Costa Lima sobre hibridismo, identificamos, em *Memórias do Cárcere*, a presença de duas naturezas que se mesclam, evidenciando esse conceito: escrevendo, pela Literatura, um romance de memórias, podemos, também, nele perceber a História à medida que Graciliano expõe um momento real do passado que não se limita a analisar a si próprio e a seu comportamento, mas ao de outras pessoas que viveram situações semelhantes à sua. Numa linguagem literária, com a presença de aspectos da vida pública do período conhecido como Era Vargas, o autor, também narrador e personagem, representa não apenas a experiência vivida por ele, bem como, através desta, recompõe o painel de uma época, revelando aspectos, muitas vezes, não alcançados pela historiografia.

Nessa empreitada de verificar a ligação entre a História e a Literatura, acreditamos que emergiu a então referida “terceira margem”, alusão ao conhecido conto de João Guimarães Rosa, na qual enxergamos a oportunidade de um estudo híbrido que se alimenta dos aspectos mais ricos das duas áreas aqui focalizadas e tem como objetivo o embricamento destas, oferecendo-nos, a exemplo do que fez o pai, protagonista dessa narrativa roseana, o ensejo de navegar indefinidamente, nunca aportar em porto seguro, seguir o (dis) curso, realizá-lo:

Nosso pai não voltou. Ele não tinha ido a nenhuma parte. Só executava a invenção de se permanecer naqueles espaços do rio, de meio a meio, sempre dentro da canoa, para dela não saltar, nunca mais. A estranheza dessa verdade deu para estarrecer de todo a gente. Aquilo que não havia, acontecia. (ROSA, 1985, p.32)

Se, pela lógica científica dos fatos, a terceira margem não *há*, ela *acontece*. Nesse sentido, a narrativa histórica e a narrativa ficcional se confundem em limites nem sempre perceptíveis, cabendo, assim, ler a História se amparando na Literatura e ver na Literatura a História se escrevendo.

Desse modo, em que pesem os inúmeros e cautelosos referenciais que estruturam essa dissertação, cremos que o nosso propósito representa apenas uma parcela das vastas possibilidades existentes. De maneira alguma as nossas conclusões substituirão as próprias

obras, bem como outras fontes disponíveis sobre os assuntos aqui tratados, pois registramos tão somente as interpretações que não são as únicas e definitivas respostas para tantos outros questionamentos que poderão vir à tona sobre os ricos textos de Graciliano Ramos e Getúlio Vargas.

## REFERÊNCIAS

ABL - Academia Brasileira de Letras. Biografia de Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.academia.org.br>. Acesso em: 30 de out. de 2013.

\_\_\_\_\_. Discurso de posse de Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.academia.org.br>. Acesso em: 30 de out. de 2013.

ABREU, Alzira Alves de (org). **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Trad. Henrique Burrito. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ALBANO, Adriana Helena de Oliveira. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br>. Acesso em 10 de jul. de 2013.

ALMANAQUE da Polícia Militar do Distrito Federal para o ano de 1957. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1956.

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Trad. Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

BARTHES, Roland. O efeito de real. *In: O rumor da língua*. Trad. Mário Laranjeira. São Paulo: Cultrix, 2004.

BENJAMIN, Walter, O Narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov *in: Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (Obras Escolhidas, v. 1) – São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

BIBLIOTECA DIGITAL BRASIL. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 10 de nov. de 2013.

BLANCHOT, Maurice. O diário íntimo e a narrativa. *In: O livro por vir*. Trad. Leyla Perrone Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. **O espaço literário**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças**. 3. ed. São Paulo: Companhia, 1994.

BOURNE, Richard. **Getúlio Vargas: A esfinge dos Pampas**. Trad. Paulo Schmidt, Sônia Augusto. São Paulo: Geração editorial, 2012.

CANDIDO, Antonio. **Ficção e confissão: ensaios sobre Graciliano Ramos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

COELHO, Willy Carvalho. *In: Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo - Dossiê*, Janeiro de 2012 – ISSN 1679-849X. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/grpesqla/revista/dossie06/>. Acesso em: 19 dez. 2013.

DAMIÃO, Carla Milani. **Sobre o declínio da “sinceridade”: Filosofia e autobiografia de Jean-Jacques Rousseau a Walter Benjamin**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

DUQUE-ESTRADA, Elizabeth Muylaert. **Devires autobiográficos: a atualidade da escrita de si**. Rio de Janeiro: NAU/ editora PUC- Rio, 2009.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 9. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o desenvolvimento da Educação, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do Saber**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universidade, 2002.

\_\_\_\_\_. O que é um autor? *In: Ditos & Escritos III*. Trad. Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GOMES, Ângela de Castro (org). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GUNTER Axt. Flores da Cunha: um compromisso com a democracia liberal. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br>. Acesso em: 18 de nov.2013.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet**. Organização de Jovita Maria G. Noronha. Trad. Jovita Maria G. Noronha e Maria Inês C. Guedes. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LIMA, Costa Luiz. 1990. Persona e Sujeito Ficcional. *In: Literatura e Memória Cultural*. Belo Horizonte: ABRALIC, 2º congresso.

\_\_\_\_\_. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. **Mimesis: desafio ao pensamento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. **Sociedade e discurso ficcional**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1984.

MIRANDA, Wander Melo. **Corpos escritos: Graciliano Ramos e Silviano Santiago**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

MORAES, Dênis de. **O velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos**. 1. ed. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2012.

NERY, Vanda Cunha Albieri. **Narrativa da criação: a gênese de Memórias do Cárcere**. São Paulo: EI – Edições Inteligentes, 2006.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. **Getúlio Vargas, meu pai**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1963.

PERRONE, Marcelo. Tony Ramos vive Getúlio Vargas no filme "Os Últimos Dias de Getúlio". Zero Hora, 08/07/13. Segundo caderno/notícia. Disponível em: <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs>. Acesso em: 30 de dez. de 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2. ed.reimp-Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PICHONELLI, Matheus. Viver para contar. E combater. Carta Capital, 26/10/12, 14h21min, última modificação 27/10/12, 16h36min. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/cultura>. Acesso em: 25 de out. de 2013.

RAMOS, Clara. **Cadeia**. Rio de Janeiro: José Olympio/ Secretaria da Cultura do Rio de Janeiro, 1992.

RAMOS, Graciliano. **Memórias do Cárcere**. 45. ed., Rio de Janeiro: Record, 2011.

\_\_\_\_\_. Carta de Graciliano Getúlio Vargas - <http://www.folha.com.br>. Acesso em 12 de maio de 2013.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François et al. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2007.

ROSA, Guimarães. A terceira margem do rio. In: **Primeiras estórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SANTIAGO, Silviano. **Em liberdade: uma ficção de Silviano Santiago**. 4. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

\_\_\_\_\_. Meditação sobre o ofício de criar. *In: Aletria*. v. 18. jul. - dez. - 2008.

SILVEIRA, Joel. **Na fogueira: memórias**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

SOUZA, Eneida. **Janelas indiscretas: ensaios de crítica biográfica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

VARGAS, Getúlio. **Diário**. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995. 2 v.

\_\_\_\_\_. Discurso de Getúlio Vargas pronunciado a bordo do encouraçado Minas Gerais, capitania da esquadra nacional. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1940/21.pdf/download>. Acesso em: 20 de out. de 2013.

WHITE, Hyden. O fardo da História. *In: Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Trad. Alípio Correia de França Neto. São Paulo: Edusp, 2001.

## BIBLIOGRAFIA

### Geral

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da História.** Bauru: Edusc, 2007.

ALMANAQUE da Polícia Militar do Distrito Federal para o ano de 1957. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1956.

AGAMBEN, Giorgio. **Infância e história: destruição da experiência e origem da história.** Trad. Henrique Burrito. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

\_\_\_\_\_. **O que resta de Auschwitz.** Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo Editoria, 2008.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BORGES, Vavy Pacheco. **O que é história?** São Paulo: Brasiliense, 2005.

CAIRO, Luiz Roberto. **Dispersa Memória: Escritos sobre representação e memória na literatura brasileira/** Luiz Roberto Cairo, Silvia Maria Azevedo e Marcio Roberto Pereira (organizadores). Bauru, SP: Canal 6, 2009.

CENTRO de Documentação do Exército.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História.** Trad. Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude.** Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_. **A força das representações: história e ficção/** João Cezar de Castro Rocha (org). Chapecó, SC: Argos, 2011.

COTRIM, Gilberto. **História global – Brasil e Geral.** 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

DEANE, Philip. **Poder e ambição.** Trad. Gilson Baptista Soares. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

DICIONÁRIO Histórico- Biográfico Brasileiro. FGV/CPDOC.

DOSTOIEVSKI, Fiódor. **Memórias do subsolo**. Trad., prefácio e notas de Boris Schaiderman. São Paulo: Ed. 34, 2000.

\_\_\_\_\_. **Recordações da casa dos mortos**. Trad. Nicolau S. Peticov. São Paulo: Nova Alexandria: 2010.

FRANK, A. **O diário de Anne Frank**. Ed. integral. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000.

FUCHS, Angela Maria Silva; FRANÇA, Maria Nani; PINHEIRO, Maria Salete de Freitas. **Guia para normalização de publicações técnico-científicas**. Uberlândia: EDUFU, 2013.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Walter Benjamin: os cacos da história**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

\_\_\_\_\_. **História e narração em Walter Benjamin**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

<http://graciliano.com.br/site/obras/>. Acesso em: 10 de nov.2013.

KLINGER, Diana. **Escritas de si, escritas do outro: o retorno do autor e a virada etnográfica**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LIMA, Luiz Costa. **Pensando nos trópicos**. Rio de Janeiro: Editora Rocco Ltda., 1991.

LOPEZ, Adriana. **História do Brasil: uma interpretação**/Adriana Lopes, Carlos Guilherme Mota. São Paulo: Editora SENAC, 2008.

LORIGA, Sabina. **O pequeno x: da biografia à história**. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

RICHARD, Nelly. **Intervenções críticas: arte, cultura, gênero, política**. Trad. Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo III. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Papyrus, 1997.

TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**. Trad. Caio Meira. 2. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

\_\_\_\_\_. **O homem desenraizado**. Trad. Christina Cabo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

### **Sobre Getúlio Vargas**

ASCENSÃO, Vera Lúcia da, SÁ, Paulo Sérgio Moraes de, GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado, ESTEVÃO, Silvia Ninita de Moura, orgs. **A Revolução de 30 - Textos e Documentos**. Brasília: Tomo I, Editora UnB, 1982.

BRANDÃO MURAKAMI, Ana M.. **A Revolução de 1930 e seus antecedentes**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

CAFÉ FILHO. **Do sindicato ao Catete**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1966.

CARDIM, Carlos Henrique. **Revolução de 1930 - Textos e Documentos**, 2 v. Brasília: Editora da UNB, 1982.

COHEN, Marleine. **Getúlio Vargas**. São Paulo: Globo, 2007.

DEL PICCHIA, Menotti. **A Revolução Paulista de 32: através de um testemunho do gabinete do governador**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1932.

FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas - O Poder e o Sorriso - Coleção Perfis Brasileiros**. Belo Horizonte: Companhia das Letras, 2006.

HENRIQUES, Afonso. **Ascensão e queda de Getúlio Vargas**. 3 v. São Paulo: Editora Record, 1964.

NETO, Lira. **Getúlio: do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

RIBEIRO, José Augusto. **A Era Vargas**. 3 v. Rio de Janeiro: Casa Jorge, 2001.

SILVA, Juremir Machado da. **Getúlio**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

## Sobre Graciliano Ramos

BASTOS, Hermenegildo. **Memórias do Cárcere, literatura e testemunho**. Brasília: Editora da UnB, 1998.

BOSI, Alfredo. "A escrita do testemunho em Memórias do Cárcere". In: **Literatura e Resistência**. São Paulo: Editora Schwarcz. 2002.

BRUNACCI, Maria Izabel. **Graciliano Ramos: um personagem escritor**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

FARIA, Octávio de. "Graciliano e o sentido do humano". Prefácio. In: RAMOS, Graciliano. **Infância**. 9. ed. São Paulo: Martins, 1972.

GUIMARÃES, J. Ubireval Alencar. **Graciliano Ramos e a fala das memórias**. Maceió: Ediculte/Seculte, 1987.

LAFETÁ, João Luiz. **O mundo à revelia, prefácio à 34ª edição de São Bernardo**. Rio de Janeiro: Record, 1979.

MIRANDA, Wander Melo. **Graciliano Ramos**. São Paulo: Publifolha, 2004.

RAMOS, Clara. **Mestre Graciliano: confirmação humana de uma obra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

RAMOS, Graciliano. Entrevista concedida em 1948. Publicada originalmente na **República das letras**. 3. ed. Rio de Janeiro: Revista do Globo, 473, Civilização Brasileira, 1996. 18 dez. 1948.

RAMOS, Ricardo. **Graciliano: retrato fragmentado**. São Paulo: Siciliano, 1992.

RÓNAI, Paulo. "No mundo de Graciliano Ramos". In: **Encontros com o Brasil**. Rio de Janeiro: INL, 1958.

SILVA, Sérgio Antônio. **Papel, penas e tinta: a memória da escrita em Graciliano Ramos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. Prefácio. In: RAMOS, Graciliano. **Memórias do cárcere**. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 1979.

VIANA, Viviana de Assis (org.). **Literatura comentada: Graciliano Ramos**. São Paulo: Nova Cultural, 1990.

## ANEXOS

## 1- Carta de Graciliano a Getúlio Vargas

Rio - 29 - agosto - 1938

Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas

Peço permissão a V. Excia. para entretê-lo com alguns fatos de pequena importância, referentes a um indivíduo. Desculpe-me V. Excia. importuná-lo com eles: são insignificantes, mas a verdade é que deviam ter sido narrados há quase dois anos. Resumo-os em poucas linhas.

Em princípio de 1936 eu ocupava um cargo na administração de Alagoas. Creio que não servi direito: por circunstâncias alheias à minha vontade, fui remetido para o Rio de maneira bastante desagradável. Percorri vários lugares estranhos e conheci de perto vagabundos, malandros, operários, soldados, jornalistas, médicos, engenheiros e professores da Universidade. Só não conheci o delegado de polícia, porque se esqueceram de interrogar-me. Depois de onze meses abriam-me as grades, em silêncio, e nunca mais me incomodaram. Donde concluo que a minha presença aqui não constituía perigo.

Mas eu vivia em Maceió, era lá que trabalhava, embora o meu trabalho tenha sido julgado subversivo. Quando me trouxeram para o Rio, imaginei muitas coisas: que me conservassem detido e arranjasse um processo, que me devolvessem ao lugar donde me tiraram, que me dessem meio de viver em outra parte. Está claro que a comissão incumbida de malhar o extremismo não era obrigada a oferecer-me colocação; retirou-me, porém, o ofício que eu tinha, e até hoje ignora porque se deu semelhante desastre.

Adotei, em falta de melhor, uma profissão horrível: esta de escrever, difícil para um sujeito que em 1930 era prefeito na roça. Se não me houvesse resignado a ela, provavelmente não estaria agora redigindo estas impertinências, que um negócio de livraria me sugeriu a semana passada. O meu editor referiu-me com entusiasmo a publicação de cinquenta milhares dos discursos de V. Excia. — e isto me trouxe a idéia esquisita de que V. Excia. havia descido um pouco. Apesar de vivermos enormemente afastados, dentro de alguns dias nos encontraremos numa vitrine, representados por discursos políticos e por três ou quatro romances. Essa vizinhança me induz a apoquentá-lo, coisa que não teria sido possível antes de 1930.

V. Excia. é um escritor. Mas, embora lance os seus livros com uma tiragem que nos faz invejar, não vai ganhar muito e sabe que neste país a literatura não rende. Andaria tudo bem se tivéssemos exportação, pois o mercado interno é lastimável. Um bluff a exportação. Ultimamente uma companhia americana resolveu traduzir para o espanhol alguns romances brasileiros. Com certeza apareceram dificuldades: as obras escolhidas encailharam. E é provável que circulem na América do Sul os livros da Academia. V. Excia. conhece os livros da Academia? Realmente o sr. conde Affonso Celso entregou a alma a Deus, mas podemos estar certos de que o substituto dele não será melhor. Enfim não possuímos literatura, o que temos é dilettantismo, um dilettantismo produtor de coisas ordinariamente fracas.

Mas estou descambiando em generalidades, e no começo desta carta pedi licença para tratar dum caso pessoal. Como disse a V. Excia., a comissão repressora dum dos extremismos, do primeiro, achou inconveniente que eu permanecesse em Alagoas, trouxe-me para o Rio e concedeu-me hospedagem durante onze meses. Sem motivo, suprimiu-se a hospedagem, o que me causou transtorno considerável. Agora é necessário que eu trabalhe, não apenas em livros, mas em coisas menos aéreas. Ou que o Estado me remeta ao ponto donde me afastou, porque enfim não tive intenção de mudar-me nem de ser literato.

Como declarei a V. Excia., ignoro as razões por que me tornei indesejável na minha terra. Acho, porém, que lá cometi um erro: encontrei vinte mil crianças nas escolas e em três anos coloquei nelas cincoenta mil, o que produziu celeuma. Os professores ficaram descontentes, creio eu. E o pior é que se matricularam nos grupos da capital muitos negrinhos. Não sei bem se pratiquei outras iniquidades. É possível. Afinal o prejuízo foi pequeno, e lá naturalmente acharam meio de restabelecer a ordem.

Sinto muito, senhor Presidente, haver-lhe roubado alguns minutos. Mas a culpa é de V. Excia., que vai editar o seu livro numa casa onde trabalham sujeitos completamente desconhecidos. Pelo êxito dele, que julgo certo, aqui lhe trago as minhas felicitações.

Caso V. Excia. queira ocupar-se com o assunto desta carta, peço-lhe que se entenda com o meu amigo Mauro de Freitas, uma das poucas pessoas decentes que aqui tenho conhecido.

Apresento-lhe os meus respetos, senhor Presidente, e confesso-me admirador de V. Excia.

Rio - 29 - agosto - 1938

Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas:

Peço permissão a V. Excia. para entretê-lo com alguns fatos de pequena importância, referentes a um indivíduo. Desculpe-me V. Excia. importuná-lo com eles: são insignificantes, mas a verdade é que deviam ter sido narrados há quase dois anos. Resumo-os em poucas linhas.

Em princípio de 1936 eu ocupava um cargo na administração de Alagoas. Creio que não servi direito: por circunstâncias alheias à minha vontade, fui remetido para o Rio de maneira bastante desagradável. Percorri vários lugares estranhos e conheci de perto vagabundos, malandros, operários, soldados, jornalistas, médicos, engenheiros e professores da Universidade. Só não conheci o delegado de polícia, porque se esqueceram de interrogar-me. Depois de onze meses abriam-me as grades, em silêncio, e nunca mais me incomodaram. Donde concluo que a minha presença aqui não constituía perigo.

Mas eu vivia em Maceió, era lá que trabalhava, embora o meu trabalho tenha sido julgado subversivo. Quando me trouxeram para o Rio, imaginei muitas coisas: que me conservassem detido e arranjasse um processo, que me devolvessem ao lugar donde me tiraram, que me dessem meio de viver em outra parte. Está claro que a comissão incumbida de malhar o extremismo não era obrigada a oferecer-me colocação; retirou-me, porém, o ofício que eu tinha, e até hoje ignora porque se deu semelhante desastre.

Adotei, em falta de melhor, uma profissão horrível: esta de escrever, difícil para um sujeito que em 1930 era prefeito na roça. Se não me houvesse resignado a ela, provavelmente não estaria agora redigindo estas impertinências, que um negócio de livraria me sugeriu a semana passada. O meu editor referiu-me com entusiasmo a publicação de cinquenta milhares dos discursos de V. Excia. — e isto me trouxe a idéia esquisita de que V. Excia. havia descido um pouco. Apesar de vivermos enormemente afastados, dentro de alguns dias nos encontraremos numa vitrine, representados por discursos políticos e por três ou quatro romances. Essa vizinhança me induz a apoquentá-lo, coisa que não teria sido possível antes de 1930.

V. Excia. é um escritor. Mas, embora lance os seus livros com uma tiragem que nos faz invejar, não vai ganhar muito e sabe que neste país a literatura não rende. Andaria tudo bem se tivéssemos exportação, pois o mercado interno é lastimável. Um bluff a exportação. Ultimamente uma companhia americana resolveu traduzir para o espanhol alguns romances brasileiros. Com certeza apareceram dificuldades: as obras escolhidas encailharam. E é provável que circulem na América do Sul os livros da Academia. V. Excia. conhece os livros da Academia? Realmente o sr. conde Affonso Celso entregou a alma a Deus, mas podemos estar certos de que o substituto dele não será melhor. Enfim não possuímos literatura, o que temos é dilettantismo, um dilettantismo produtor de coisas ordinariamente fracas.

Mas estou descambiando em generalidades, e no começo desta carta pedi licença para tratar dum caso pessoal. Como disse a V. Excia., a comissão repressora dum dos extremismos, do primeiro, achou inconveniente que eu permanecesse em Alagoas, trouxe-me para o Rio e concedeu-me hospedagem durante onze meses. Sem motivo, suprimiu-se a hospedagem, o que me causou transtorno considerável. Agora é necessário que eu trabalhe, não apenas em livros, mas em coisas menos aéreas. Ou que o Estado me remeta ao ponto donde me afastou, porque enfim não tive intenção de mudar-me nem de ser literato.

Como declarei a V. Excia., ignoro as razões por que me tornei indesejável na minha terra. Acho, porém, que lá cometi um erro: encontrei vinte mil crianças nas escolas e em três anos coloquei nelas cincoenta mil, o que produziu celeuma. Os professores ficaram descontentes, creio eu. E o pior é que se matricularam nos grupos da capital muitos negrinhos. Não sei bem se pratiquei outras iniquidades. É possível. Afinal o prejuízo foi pequeno, e lá naturalmente acharam meio de restabelecer a ordem.

Sinto muito, senhor Presidente, haver-lhe roubado alguns minutos. Mas a culpa é de V. Excia., que vai editar o seu livro numa casa onde trabalham sujeitos completamente desconhecidos. Pelo êxito dele, que julgo certo, aqui lhe trago as minhas felicitações.

Caso V. Excia. queira ocupar-se com o assunto desta carta, peço-lhe que se entenda com o meu amigo Mauro de Freitas, uma das poucas pessoas decentes que aqui tenho conhecido.

Apresento-lhe os meus respetos, senhor Presidente, e confesso-me admirador de V. Excia.



### **3- Outras mídias referentes a Getúlio Vargas e Graciliano Ramos**

#### **3.1. Sobre Getúlio Vargas**

CHATÔ – O Rei do Brasil. Direção Guilherme Fontes. O filme começou a ser produzido em 1995 e ainda não chegou ao cinema.

FOR All – O Trampolim da Vitória (1997). Direção Buza Ferraz, Luiz Carlos Lacerda. Brasil: 1997, 90 min., colorido.

LOST Zweig (2002). Direção Sylvio Back. 2002, 104 min., colorido.

MINISSÉRIE JK (2006). Direção geral Dennis Carvalho. Brasil: Rede Globo de Televisão, 46 capítulos, exibida de 03/01/2006 a 24/06/2006.

O PAÍS dos Tenentes (1987). Direção João Batista de Andrade. Brasil: 1987, 85 min., colorido.

OLGA (2006). Direção Jayme Monjardim. Europa Filmes. Brasil: 2006, 141 min., colorido.

OS ÚLTIMOS dias de Getúlio. Previsão de lançamento em 2014. Direção de João Jardim.

### 3.2 Sobre Graciliano Ramos

ALEXANDRE e outros heróis. Adaptação de dois contos de Graciliano Ramos: “*O olho torto de Alexandre*” e “*A morte de Alexandre*”. Brasil: Rede Globo de Televisão, exibido no dia 18 de dezembro de 2013.

*MEMÓRIAS do Cárcere*. Direção de Nelson Pereira dos Santos. Regina Filmes, L.C.Barreto e Embrafilme: Sagres Vídeo e Rio Filme. Brasil: Rio de Janeiro, 1984, 210 min., colorido.

*SÃO BERNARDO*. Direção de Leon Hirszman. Mapa filmes. Brasil: Rio de Janeiro 1972, 110 min., colorido.

*VIDAS Secas*. Direção de Nelson Pereira dos Santos. Sino Filmes. Brasil: Rio de Janeiro, 1963, 110 min., preto e branco.

4. Notas metodológicas do *Diário* de Getúlio Vargas

GETÚLIO VARGAS • DIÁRIO

## NOTAS METODOLÓGICAS

## ESTABELECIMENTO DO TEXTO

Esta não é uma reprodução fac-similar. Trata-se de um esforço no sentido de articular a coerência da narrativa com a representação gráfica dos diários manuscritos de Getúlio Vargas, produzidos ao longo de 13 anos, com vistas à sua publicação. A transposição integral do texto-base em obra impressa exigiu a adoção de procedimentos que garantissem uma reconstrução fidedigna do original. Em resumo, foram os seguintes:

**CONFIDÊNCIA DE FIDELIDADE:** Incluiu etapas distintas a partir de uma primeira versão digitada do original, realizando-se, por dias vezes, o cotejo pormenorizado do texto manuscrito com o transcrito e, a todo o tempo, a recorrência necessária à elucidação da grafia e do conteúdo informativo.

**DATAS:** Foram reproduzidas como constam no original, sem correções ou normalização, mantendo-se mesmo os casos de enunciação incompleta, repetição de dias, saltos ou seqüências alteradas.

**ORTOGRAFIA:** foi atualizada, bem como a grafia de topônimos e antropônimos, efetuando-se as correções gramaticais necessárias em erros ou equívocos evidentes. Não foram objeto de notação especial palavras e locuções repetidas inadvertidamente e que foram suprimidas, bem como artigos, pronomes, preposições, conjunções, advérbios inseridos, de modo a não sobrecarregar o texto impresso com realces gráficos excessivos. O mesmo não ocorreu com verbos, substantivos e adjetivos introduzidos para suprir lapsos e/ou omissões, e que foram assinalados entre colchetes, evitando-se acréscimos conjeturais e buscando-se reproduzir vocábulos utilizados pelo autor.

**NORMALIZAÇÃO:** maiúsculas, minúsculas e numerais foram uniformizados. Siglas de nomes de pessoas, instituições, órgãos e partidos foram desdobradas, bem como abreviaturas de vocábulos. As expressões em língua estrangeira foram assinaladas em itálico, adotando-se a forma itálico-redondo para as exceções "lauderanya" e "sgoráva". Sublinhados e parênteses são destaques do autor. Colchetes e asteriscos indicam intervenção da edição.

\* — assinala correções de equívocos, deslizes de atenção e esclarecimentos inseridos no pé de página.

[...] — corresponde a lacunas equivalentes a espaços deixados em branco pelo autor com vistas a possíveis acréscimos;

[?] — indica palavra inteligível ou omissão;

[sic] — informa sobre a reprodução literal de passagens incompletas, imprecisas, de significado duídio, incorreto ou pouco usual, cujos elementos não foram alterados para não haver quebra grave do sentido.

PONTUAÇÃO: tendo em vista a pontuação irregular dos manuscritos, houve intervenção, quando necessário, mediante adição ou supressão de sinais e parágrafos, de modo a propiciar o imediato entendimento do texto, evitando-se ambigüidades e assegurando-se sua coerência. Mantev-se, todavia, o estilo do autor. Pontos de interrogação, exclamação e reticências são convenções por ele adotadas.

#### NOTAS DE PÉ DE PÁGINA

Seguram um critério explicativo, buscando situar os problemas e temáticas relativos às políticas nacional e internacional, apresentados no texto de forma apenas tópica, evitando-se análises. Raramente se referem a questões de ordem particular, exceto para esclarecer trechos ambíguos quanto ao episódio ou a pessoa mencionada.

Embora produzidas com base em uma extensa gama de livros de história, optou-se por não indicar em cada nota as referências utilizadas, registrando-se ao final do livro a bibliografia básica.

#### ÍNDICE BIOGRÁFICO

Elaborado com o objetivo de identificar os personagens citados, fornecer dados sobre sua atuação e estabelecer vínculos familiares e pessoais.

A entrada se fez, *grasso modo*, pelo último sobrenome, indicando-se em itálico a forma mais consagrada, e a ordenação alfabética, letra a letra. As exceções, incluindo os personagens que se consagraram por um prenome composto, foram assinaladas por meio de remissivas.

Cada um dos verbetes apresenta o nome completo do personagem, seguido de dados como local de nascimento, data de nascimento e morte, formação profissional e principais atividades exercidas no período. Foram empregadas siglas de domínio público, como a dos estados e do Distrito Federal, do Supremo Tribunal Federal, Supremo Tribunal Militar e do Banco do Brasil, bem como dos partidos e frentes políticas mais importantes.

#### ÍNDICE TEMÁTICO E INTITULATIVO

Construído com o objetivo de auxiliar a compreensão do texto e fornecer um panorama esquemático da diversidade de instituições, temas, eventos e partidos políticos relevantes no período, bem como do conjunto de órgãos então criados, muitos dos quais exemplos paradigmáticos da era getulista.

O registro de temas e partidos possibilita a recuperação de acontecimentos nacionais e internacionais que marcaram essa fase da história, apontando para os compromissos político-institucionais do chefe do governo, enquanto entidades culturais, recreativas e outras refletem seu ritual cotidiano doméstico, atividades sociais e os hábitos e costumes da elite carioca da época. As empresas nacionais e estrangeiras e os eventos assimilados informam sobre a presença de determinados segmentos nos diversos aspectos da vida do país.

Foram excluídos os órgãos que compunham a estrutura administrativa do Estado (ministérios e Banco do Brasil) ou integravam a assessoria direta do governo, e aqueles vinculados às administrações estaduais e municipais, bem como os palácios do Catete e Guanabara, por serem objeto de menção quase diária, tornando impraticável e mesmo desnecessária sua localização por página. Também deixaram de integrar o índice as grandes unidades das forças armadas e suas subdivisões, bastante numerosas e de referência frequente. As exceções se justificam pelo papel desempenhado em determinados acontecimentos ou conjunturas.

A entrada dos verbetes nem sempre corresponde a denominação idêntica no texto, tendo em vista as diferentes formas por que cada assunto ou órgão é mencionado. Buscou-se, todavia, em grande parte, contemplar a forma consagrada ou oficial mediante correções no pé de página, complementos inseridos no texto entre colchetes ou remissivas. Os temas podem ser recuperados, além da titulação, por seu conteúdo.

#### DESCRIÇÃO DOS VOLUMES\*

CADERNO 1: caderno pequeno (18,0 x 14,5 x 1,0 cm), de couro marrom, gravado em ouro "1928 — O Rio Grande do Sul em Revista — Impressões". Em bom estado de conservação. Período abrangido: de 3 a 11 de outubro de 1930. Apresenta as motivações de Getúlio Vargas para fazer um registro diário e relata o início do processo revolucionário.

\* Compreende a descrição de cada volume, estado de conservação, período abrangido e unidade das temáticas, bem como a indicação dos retornos, comentários e identificação de páginas feitas por Altem Vargas do Amaral Pereira — AWV. A especificação técnica se deve a Ingrid Beck.

Contém ainda um texto sobre drapagem e uma análise justificativa de sua candidatura à Presidência da República. Sem anotações de AVAP.

CADERNO 2: caderno pequeno (15,0 x 11,0 x 1,0 cm), revestido em tecido preto. Em razoável estado de conservação. Período abrangido: de 11 de outubro de 1930 a 3 de fevereiro de 1931. Resumo de AVAP: "Diário de GV — início e fim da Revolução de 30. Primeiras dificuldades do governo e início da crise paulista". Registra fundamentalmente a viagem de trem empreendida por Getúlio Vargas do Rio Grande do Sul ao Rio de Janeiro, informando sobre o desenrolar do movimento revolucionário. Texto de difícil leitura.

CADERNO 3: caderno pequeno (15,5 x 11,0 x 1,0 cm), de cor verde. Em bom estado de conservação. Período abrangido: de 4 de fevereiro de 1931 a 6-8 de março de 1932. Resumo e comentários de AVAP: "Diário de GV de 1931 a começo de 1932. Traz mais luz a certos acontecimentos da época e atuais. Início do caso entre rabanetes e picolés. Picolé, recém-surgido, era o artigo da moda, sinônimo de oficiais revolucionários punidos e exilados que pretendiam voltar à tropa com o posto a que se julgavam com direito. Rabanete, vermelho por fora e branco por dentro, eram os oficiais que haviam permanecido na tropa e não queriam ser prejudicados pelos que voltavam".

CADERNO 4: caderno pequeno (16,5 x 11,5 x 1,0 cm), de cor azul. Em razoável estado de conservação. Período abrangido: de 9 e 10 de março a 12 de setembro de 1932. Resumo de AVAP: "O dia-a-dia da revolução de São Paulo. Muita gente no muro. Solução parcial do caso rabanetes versus picolés". AVAP identifica ainda pessoas citadas.

CADERNO 5: caderno pequeno (16,0 x 11,5 x 1,0 cm), de cor preta, com lombada verde. Em razoável estado de conservação. Período abrangido: de 13 e 14 de setembro de 1932 a 20 de janeiro de 1933. Resumo de AVAP: "O final da revolução paulista e o início do processo de constitucionalização". AVAP identifica ainda pessoas citadas.

CADERNO 6: caderno pequeno (18,0 x 11,5 x 1,0 cm), de couro preto, com friso interno dourado. Em bom estado de conservação. Período abrangido: de 21 e 22 de janeiro a 15 e 16 de julho de 1933. Resumo e comentários de AVAP: "Diário de GV, de janeiro a julho, 1933. Descreve problemas relacionados à eleição para a Constituinte e o acidente de automóvel que GV e sua família sofreram, com o consequente acolhimento dos candidatos em potencial e a solução do caso paulista com a escolha de Armando de Sales Oliveira".

CADERNO 7: caderno pequeno (18,0 x 11,5 x 1,0 cm), de couro preto, com friso interno dourado. Em bom estado de conservação. Período abrangido: de 17 de julho de 1933 a 3 e 4 de março de 1934. Comentários de AVAP: "Este volume é altamente importante por vários motivos: início da desagregação dos vários revolucionários; o drama de Santo Tomé, que continua mal contado; a exaltação do caso mineiro e a escolha de Benedito

Valadares; a crise da presidência da Constituinte e o estrequecimento entre Flores da Cunha e Osvaldo Aranha e suas consequências".

CADERNO 8: caderno grande (21,5 x 17,0 x 1,5 cm), de couro preto. Em bom estado de conservação. Período abrangido: de 6 de março de 1934 a 4 e 5 de outubro de 1935. Resumo e comentários de AVAP: "Período bastante importante. Abrange: promulgação da Constituição, eleição para presidente e formação do novo ministério político; visita do presidente do Uruguai; eleição governadores estaduais; casamento religioso de GV; início ascensão Dutra; redistribuição das vistas dos presidentes da Argentina e Uruguai; atentado ao presidente do Uruguai; intervenção inglesa de Flores da Cunha no caso do Estado do Rio, durante as comemorações do Centenário Farroupilha".

CADERNO 9: caderno grande (21,5 x 17,0 x 2,0 cm), de couro preto. Estado de conservação precário, com índices de unidade. Período abrangido: de 6 de outubro de 1935 a 22 de janeiro de 1937. Resumo e comentários de AVAP: "Caderno importante. Tentativas de Flores da Cunha de intervir na política dos estados com vistas à sucessão. Atitudes ambíguas Góis. Revolução comunista. Tribunal de Segurança. Irritação popular, atraso medidas punitivas, tendo como pano de fundo manobras sucessórias. Prisão Prestes e feroz campanha contra Pedro Ernesto, culminando com sua prisão. Permissão Congresso para processar deputados comunistas presos, casos Miranilha, Mato Grosso, São Paulo e Rio Grande do Sul. Integralismo, passagem Roosevelt pelo Brasil. Conferência de Buenos Aires e sucessão presidencial, plebiscito de candidatos".

CADERNO 10: caderno grande (21,0 x 16,5 x 2,0 cm), de couro preto. Estado de conservação precário, com índices de forte incidência de unidade. Período abrangido: de 24 de janeiro de 1937 a 19 de janeiro de 1939. Resumo e comentários de AVAP: "Comentam debates políticos para sucessão Armando Sales ou José Américo; candidatos do grupo Flores, Juracy, Lima Cavalcanti; presidência da Câmara; início defecção governo de Pernambuco; lançamento candidatura José Américo; arrufos Valadares; primeiros movimentos militares; suspensão censura; candidatura Plínio Salgado; primeiros movimentos crise fluminense; 17 de outubro renúncia Flores; encontro com Plínio em casa de Renato da Rocha Miranda, em novembro desfile integralista; saída Macedo e entrada Francisco Campos; Estado Novo".

CADERNO 11: caderno grande (24,0 x 15,5 x 1,5 cm), de couro preto. Estado de conservação precário, capa solta. Período abrangido: de 20 de janeiro de 1939 a 16 de janeiro de 1940. Registra, no plano interno, o processo de centralização e o esforço de nacionalização administrativa; informa sobre a situação internacional, com a eclosão do conflito europeu; a posição brasileira de neutralidade, a política externa de aproximação com os Estados Unidos e seus desdobramentos nos planos econômico e militar. Sem anotações de AVAP.

GETÚLIO VARGAS • DIÁRIO

CADERNO 12: caderno grande (24,0 x 16,0 x 1,5 cm), de couro preto. Em bom estado de conservação. Período abrangido: de 17 de janeiro de 1940 a 25 de maio de 1941. Predominam os registros sobre a guerra na Europa e a manutenção da neutralidade brasileira, e as referências aos acordos comerciais com diversos países, às medidas restritivas à imigração e ao programa siderúrgico nacional. Sem anotações de AVAP.

CADERNO 13: caderno grande (24,0 x 16,0 x 1,5 cm), de cor verde. Em bom estado de conservação. Período abrangido: de 26 de maio de 1941 a 27 de setembro de 1942. Registra sobretudo o conflito internacional, com a entrada dos Estados Unidos na guerra e as consequências no âmbito das políticas externa e interna brasileiras; a necessidade de reaparelhamento militar; a III Reunião dos Chanceleres, no Rio de Janeiro; o rompimento do Brasil com o Eixo e a justificativa de encerrar o diário. Sem anotações de AVAP.

1930

